



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE – UNICENTRO  
CAMPUS DE IRATI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM  
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO-PPGIDC

**THALITA RAFAELA NEVES**

**Percursos cartográficos e histórias vividas: a exploração sexual comercial de  
crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu – PR**

IRATI  
2015

THALITA RAFAELA NEVES

**Percursos cartográficos e histórias vividas: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário como requisito parcial para obtenção de título de Mestre pela Universidade Estadual do Centro Oeste.

Orientador: Prof.º Dr.º Rafael Siqueira de Guimarães.

IRATI

2015

Catálogo na Fonte  
Biblioteca da UNICENTRO

N518p	<p>NEVES, Thalita Rafaela. Percurso cartográficos e histórias vividas : a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu – PR / Thalita Rafaela Neves. – Irati, PR : [s.n], 2015. 155f.</p> <p>Orientador: Prof.º Dr.º Rafael Siqueira de Guimarães. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.</p> <p>1. Patologia social – dissertação. 2. Violência sexual – infância. 3. ESCCA. 4. Drogas – doenças. 5. Método Cartografia. 6. Direito da Criança e do Adolescente. 7. Turismo – Fronteira. I. Guimarães, Rafael Siqueira de. II. UNICENTRO. III. Título.</p>
-------	---

CDD 20 ed. 362.7

**THALITA RAFAELA NEVES**

**Percursos cartográficos e histórias vividas: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário como requisito parcial para obtenção de título de Mestre pela Universidade Estadual do Centro Oeste.

Orientador: Prof.º Dr.º Rafael Siqueira de Guimarães.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães

UNICENTRO

---

Prof. Dr. Sidney Nilton de Oliveira

UFPR

---

Prof. Dr. Emerson Luiz Velozo

UNICENTRO

---

Profª. Drª. Rachel de Faria Brino

UFSCar/UNICENTRO

---

Prof. Dr. Gilmar de Carvalho Cruz

UNICENTRO

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, pela força e coragem. À minha família, pelo interesse e apoio, principalmente aos meus pais, Carmen e Amilton (em memória), obrigada por acreditarem naquilo que nem eu mesma sabia que poderia fazer. Aos meus amigos e amigas, sobretudo aos amados colegas de mestrado, Rafael, Briena e Vanessa. Aos queridos parceiros de vida, Igor, Fernanda, Flávia e Thaís. Sou grata à equipe de pesquisa que colaborou com o projeto, Luana, Bruno e Léo, sem vocês não teria acontecido. Ainda tenho minha gratidão à Fundação Parque Tecnológico Itaipu - FPTI, agradeço pelo investimento neste estudo. Ao professor Rafael pelas orientações e reflexões sempre tão ricas, ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – PPGDC no qual aprendi lições para toda a vida. Às crianças, adolescentes e profissionais que participaram da pesquisa e a quem se dedica ao combate contra qualquer expressão de violência.

*As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.*

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.*

*Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:*

*Que não são embora sejam.*

*Que não falam idiomas, falam dialetos.*

*Que não praticam religiões, praticam superstições.*

*Que não fazem arte, fazem artesanato.*

*Que não são seres humanos, são recursos humanos.*

*Que não tem cultura, têm folclore.*

*Que não têm cara, têm braços.*

*Que não têm nome, têm número.*

*Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.*

*Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.*

(GALEANO, 2015)

Dedico a todas as crianças e adolescentes.

NEVES, T. R. **Percursos cartográficos e histórias vividas: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu – PR.** 2015. 155 Páginas [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus Irati, Paraná, 2015.

## **RESUMO**

A ESCCA é um fenômeno que ocorre de maneira mascarada e secreta. Permite com que diversos jovens estejam expostos à doenças e ao uso de drogas, além das demais expressões de violência. Como a região de Foz do Iguaçu – PR encontra-se na Tríplice Fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil, realizamos um estudo para investigar o fenômeno da ESCCA na cidade influenciada pelo turismo e pela realidade da fronteira. Entramos em contato com profissionais que combatiam a violência sexual e com jovens que a sofreram. O estudo ocorreu pelo método da Cartografia. Vimos que há uma falha no comprometimento dos conceitos de Desenvolvimento Comunitário na cidade, bem como crianças e adolescentes sem acesso à informação quanto aos seus direitos e dignidade.

**Palavras-Chave:** exploração sexual comercial; violência sexual; infância; adolescência.

NEVES, T. R. **Mapping routes and lived stories: the commercial sexual exploitation of children and teenagers in Foz do Iguaçu – PR.** 2015. 155 Pages [Dissertation of MSc degree]. Interdisciplinary Post Graduation Program in Community Development. Midwest State University, Campus Irati, Paraná, 2015.

### **ABSTRACT**

The commercial sexual exploration of children and teenagers is a phenomenon that happens in a secret and masked way. It allows that many young people are exposed to diseases, drugs use and others expressions of violence. The *Foz do Iguaçu – PR area* it belongs to *Tríplice Fronteira* between Paraguay, Argentina and Brazil. We studied the commercial sexual exploitation in *Foz do Iguaçu*, a tourism town that is located on the border. We contacted professionals who combated the sexual violence and the young people who have been involved. The search was conducted by the Cartographic method. We have seen that there is a failure in the Community Development in the city, as well as children and teenagers without access to information about their rights and dignity.

**Key-Words:** commercial sexual exploration; sexual violence; childhood; adolescence.

## LISTA DE SIGLAS

- CAPS** Centro de Atenção Psicossocial
- CREAS** Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- CRAS** Centro de Referência em Assistência Social
- ESCCA** Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes
- FPTI** Fundação Parque Tecnológico Itaipu
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- NUCRIA** Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente
- OIT** Organização Internacional do Trabalho
- PR** Paraná
- PETI** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- SESI** Serviço Social da Indústria
- UNICEF** Fundo das Nações Unidas para a Infância

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Relação de número de profissionais para cada instituição.....	44
<b>Tabela 2:</b> Relação dos nomes dos profissionais com as respectivas instituições que atuam.....	44
<b>Tabela 3:</b> Relação do número de crianças/adolescentes para cada instituição.....	51
<b>Tabela 4:</b> Relação dos nomes de cada criança e as instituições que representam..	51

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Referente à localização de Foz do Iguaçu em relação ao Brasil.....	30
<b>Figura 2:</b> Figura referente à localização da cidade de Foz do Iguaçu - Paraná.....	30
<b>Figura 3:</b> Referente às Cataratas do Iguaçu.....	31
<b>Figura 4:</b> Referente à Usina Hidrelétrica Itaipu.....	31
<b>Figura 5:</b> Referente às cidades que participam da Tríplice Fronteira.....	32
<b>Figura 6:</b> Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.....	33
<b>Figura 7:</b> Fluxo ocorrido na primeira visita a Foz do Iguaçu.....	56
<b>Figura 8:</b> Fluxo ocorrido na segunda visita a Foz do Iguaçu.....	57
<b>Figura 9:</b> Fluxo ocorrido na terceira visita a Foz do Iguaçu.....	59
<b>Figura 10:</b> Fluxo ocorrido na quarta visita a Foz do Iguaçu.....	62
<b>Figura 11:</b> Fluxo ocorrido na quinta visita a Foz do Iguaçu.....	64
<b>Figura 12:</b> Fluxo ocorrido na sexta visita a Foz do Iguaçu.....	66

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Mediadores teóricos.....</b>	<b>18</b>
1.1.1 Ser humano, ser criança, ser adolescente.....	18
1.1.2 Violência, violação, exploração.....	23
1.1.3 Sexo, sexualidade, sociedade .....	27
1.1.4 Um retrato de Foz do Iguaçu.....	30
<b>1.2 Contexto e método de pesquisa.....</b>	<b>34</b>
1.2.1 O método.....	34
1.2.2 O percurso cartográfico.....	42
<b>1.3 Caracterização das instituições, crianças e adolescentes.....</b>	<b>43</b>
<b>1.4 As instituições.....</b>	<b>43</b>
1.4.1 CRAS.....	45
1.4.2 Novos Rumos.....	46
1.4.3 CREAS.....	46
1.4. 4 Casa Azul.....	47
1.4.5 Conselho Tutelar.....	48
1.4.6 Tribos.....	48
1.4.7 Casa Amarela.....	49
1.4.8 Fórum .....	49
1.4.9 Observação nas ruas.....	50
1.4.10 ITAIPU.....	50
<b>1.5 Um pouco sobre as crianças e adolescentes .....</b>	<b>51</b>
1.5.1 Amanda.....	52
1.5.2 Camila.....	52
1.5.3 Paulo.....	53
1.5.4 Carol.....	53
1.5.5 Ana.....	53
1.5.6 Marcela.....	53
1.5.7 Isabela.....	54
1.5.8 Eduarda.....	54
<b>1.6 A jornada.....</b>	<b>54</b>

1.6.1 A primeira vez em Foz do Iguaçu.....	55
1.6.2 A segunda vez.....	56
1.6.3 A terceira vez.....	57
1.6.4 A quarta vez.....	59
1.6.5 A quinta vez.....	62
1.6.6 A última vez.....	64
<b>2. A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS SOBRE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS COM A ESCCA.....</b>	<b>66</b>
<b>2.1 Um pouco mais sobre Foz do Iguaçu.....</b>	<b>66</b>
2.1.1 A situação das políticas públicas e a ESCCA de Foz do Iguaçu.....	67
2.1.2 A ESCCA envolve violadores de todas as classes sociais.....	71
2.1.3 O turismo e a fronteira.....	73
<b>2.2 As redes de pensamento que entrelaçam com a realidade do tráfico de drogas.....</b>	<b>81</b>
2.2.1 O acesso à droga.....	81
2.2.2 A relação do uso de drogas com a ESCCA.....	83
2.2.3 Quando não há suporte institucional para o usuário.....	86
<b>2.3 Uma discussão sobre Gênero.....</b>	<b>89</b>
2.3.1 O lugar/papel da mulher.....	89
2.3.2 Quando os meninos são explorados – a criança enquanto objeto de submissão.....	96
<b>2.4 O que pensam esses jovens?.....</b>	<b>99</b>
2.4.1 Uma troca vantajosa.....	100
2.4.2 Quando a vítima se encontra em situação de baixa renda.....	103
2.4.3 A naturalidade na ESCCA.....	105
<b>3. A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EXPLORADOS SOBRE SUAS PRÓPRIAS VIVÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
<b>3.1 A desinformação – crianças sem acesso aos seus direitos.....</b>	<b>109</b>
<b>3.2 A vergonha e silêncio.....</b>	<b>113</b>
<b>3.3 A raiva.....</b>	<b>115</b>
<b>3.4 A tristeza.....</b>	<b>116</b>
<b>3.5 Quando há informação e denúncia.....</b>	<b>117</b>
<b>4. UM POUCO MAIS SOBRE A ESCCA DE FOZ DE IGUAÇU.....</b>	<b>119</b>

<b>4.1 A realidade da ESCCA extra-familiar é distinta da realidade da ESCCA intrafamiliar.....</b>	<b>119</b>
<b>4.2 O Desenvolvimento Comunitário e a ESCCA.....</b>	<b>121</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>130</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>148</b>
APÊNDICE A.....	149
APÊNDICE B.....	150
APÊNDICE C.....	153

## 1. INTRODUÇÃO

*Nuestro mundo, aunque parezca quietecito, gira y gira*  
(CARMAGNOLA, 2015)

Nosso mundo é assumido como um lugar que pode demonstrar serenidade, mas que ao mesmo tempo, não fica parado. Podemos compreender que há terrenos mais escondidos que imaginamos, assuntos mais ocultos que esperamos, e mais questões mascaradas do que pensamos ter. Pensar em nosso mundo é poder compartilhar e ainda vivenciar não só os contentamentos, mas também o sofrimento do outro, fazendo jus ao pronome “nosso”, tomando as dores, alegrias, dando espaço, afeição e voz a quem encontra-se ao nosso lado.

Há um grupo social que pretendemos desenvolver aqui e que principalmente entendemos que este, se não nunca, mas quase nunca, tem voz. Esse grupo é representado por crianças e adolescentes, contudo, não são aquelas que em sua maioria são acompanhadas de uma família protetora e que possuem seus direitos garantidos. O grupo social que aspiramos no momento é o de adolescentes e de crianças mais peculiares, as que às vezes escutamos falar nos telejornais, ou raramente lemos nas universidades e livros acadêmicos. Estamos afirmando sobre as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, mais precisamente, da exploração sexual e comercial.

Sabemos que a criança e adolescente, como ainda encontram-se em fase de crescimento, considerando o aspecto físico, possuem menor tamanho frente a maioria dos adultos e, não deixam de compreender um poder, força e espaço inferiorizado. Aqui nesse estudo, nos atraem não pelo que possuem – se bem que temos que aprender por demasiado com este público – mas pelo o que lhes faltam. E ao notarmos que nem todas as crianças e adolescentes desfrutam dos direitos humanos, que estão relacionados a um acesso básico à saúde, proteção, alimentação, moradia e convívio familiar com afeto e cuidado, é possível afirmarmos que iniciou-se um incômodo quanto a esta situação. Incômodo relacionado a um direito não menos importante que os demais, o de dignidade.

Sobre essa breve discussão e situação, que representa meninos e meninas em situação de violência, iniciamos a indagar-nos a respeito dos casos de crianças e adolescentes que são explorados não apenas de maneira sexual, mas também

comercial. O que estes pensam sobre isso? Quais são as histórias contadas por/sobre estes? Como as vivenciam?

E diante disso, antes de propostas inovadoras, acreditamos que foi necessária a escuta das vítimas para assim compreender o que querem, quais são suas percepções sobre o fenômeno da exploração sexual infantil e assim, podermos gerar reflexões sobre a temática. Escutar essas crianças e adolescentes é dar voz a elas, fazendo-as serem mais que garotos ou garotas de programas sexuais, ou mais que vítimas, mas sim considerá-las como seres humanos, vivos, desejantes e principalmente dotados de direitos. Acreditamos que elas têm muito mais que seus corpos para oferecer, e que precisam, com urgência de visibilidade, atenção e amor. Importante também considerarmos que ouvir o discurso dos profissionais que lidam com violência sexual infantil foi de suma importância.

Sobre isso, na cidade de Foz do Iguaçu-PR, optamos em fazer um estudo acerca desse assunto considerando o significativo comércio sexual de crianças e adolescentes da região. Entendemos que esta rede é facilitada devido à localização geográfica da cidade, que acaba fazendo fronteira com duas cidades pertencentes a outros dois países, Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina) (MORAES, 2009). Além da facilidade na exploração sexual comercial de crianças e adolescentes por conta de Foz ser uma cidade que se localiza em uma região de fronteira, há o elevado turismo na cidade, devido às Cataras do Iguaçu dentre outros pontos turísticos, promovendo espaço para o turismo sexual (MORAES, 2009).

Através da Fundação Parque Tecnológico Itaipu, conseguimos um financiamento para a pesquisa facilitando nossas idas e estadia até a cidade. Frente a isso, tivemos como principal objetivo entender como é percebida a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes pelas crianças e adolescentes vítimas dessa forma de violência e pelos profissionais que trabalham com estes na cidade. Como objetivos específicos buscamos: compreender como as crianças e adolescentes que vivenciaram a exploração sexual comercial percebem esse fenômeno; conhecer qual é o posicionamento dos profissionais que atuam no combate dessa forma de violência diante da exploração sexual comercial e das crianças e adolescentes explorados; e compreender a opinião destes profissionais a respeito da visão que a criança e adolescente explorado tem dessa violência.

O método utilizado foi o da Cartografia, e ao lado, o uso dos diários de campo. Essa metodologia, assim denominada por Deleuze e Guattari (1997) permitiu-nos como pesquisadores, acompanhar a pesquisa enquanto um processo, que dessa maneira, cabe a transformações, não sendo considerada apenas como um objeto estático. O método é quem acaba se levando pelos movimentos proporcionados pela pesquisa e promovendo o seu decorrer construindo seus caminhos e demais vertentes, diante disso, a trajetória cartográfica não se constitui por modelos que se encontram prontos e já estruturados, mas disponíveis a possíveis desvios, aventuras, abrangências e devires. A cartografia nos consentiu ainda desenrolar uma troca emocional com o que estava sendo estudado, assumindo a importância do afeto e da incorporação dos sentimentos no proceder da pesquisa e para assim, admitir a ampliação do território estudado, já que o método incide através de fluxos e uso de mapas.

Contudo, consiste em considerar não só o território físico, visto como geográfico, mas também o simbólico estudado (DELEUZE e GUATTARI, 1997), bem como os aspectos culturais, hábitos, e subjetividades apresentadas a partir de seus significados, sentidos, percepções e expressões que se relacionam. Levando em consideração que o presente estudo ocorreu não só em um local específico, mas em diversas instituições e áreas da cidade, incluindo a observação nas ruas. Além do mais, podemos considerar que a área estudada, apesar de ser pertencente ao governo brasileiro, tem uma fortíssima presença e influência da cultura argentina e paraguaia. Entramos em contato com profissionais que lidam ou lidaram com crianças e adolescentes explorados sexualmente e comercialmente, tivemos acesso direto com as vítimas, utilizamos entrevistas, acompanhamentos individuais, grupais. E à medida que o contato com o público ocorria, novas ideias de intervenção surgiam de acordo com a funcionalidade do método.

Nosso trabalho ocorreu com mais três estudantes, uma também mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Luana de Oliveira, mais dois graduandos do curso de Psicologia da mesma instituição, Léo Rodolfo Bianchini e Bruno Filipe Marques. De Setembro de 2013 à Janeiro de 2014 viajamos para Foz do Iguaçu-PR em busca de instituições, profissionais, crianças e adolescentes que pudessem contribuir com a pesquisa. Íamos para Foz a cada quinze dias, às vezes, a cada

vinte, ou uma vez por mês com o intuito de compreender esse fenômeno, em grande parte, incompreendido.

Com isso, em meio a tantas viagens, aventuras, buscas, conversas e caminhadas pelas ruas da região, e dentre tantas outras oportunidades proporcionadas pelo próprio trabalho cartográfico, chegamos a diversas conclusões, algumas delas estarão aqui. Para uma compreensão mais clara do fenômeno estudado, explanamos alguns mediadores teóricos que visam discutir o presente tema abordado. Indicamos ainda os relatos da trajetória acerca dos contatos que tivemos com as instituições, profissionais, adolescentes e crianças envolvidas com a violência abordada. Apresentamos o método por nós utilizado e discutimos sobre o discurso das crianças e adolescentes violados em função da exploração sexual comercial e o discurso dos profissionais que lidam com esse fenômeno interligando com conceitos do Desenvolvimento Comunitário e violência. Esse estudo pretende girar e girar.

## **1.1 Mediadores teóricos**

Para uma compreensão sobre ESCCA, apresentamos uma breve reflexão do que é ser criança e adolescente, seus direitos enquanto cidadãos; a violência sexual, principalmente a exploração comercial sexual de crianças e adolescentes; discorreremos um retrato sobre a cidade de Foz do Iguaçu e como os conceitos do Desenvolvimento comunitário podem interferir em meio a uma comunidade.

### **1.1.1 Ser humano, ser criança, ser adolescente**

Pensar em infância e suas características nos remete em refletir sobre sua história, e principalmente nos direitos que estas alcançaram no decorrer do tempo. Através de influências da educação grega e romana temos a compreensão de que a criança e o adolescente precisam de educação e proteção. Entendemos ainda que a

noção de vergonha é importante para a concepção do conceito de infância, que acabou colaborando para a proteção destas dos segredos adultos, incluindo os sexuais. No entanto, constatamos que na Idade Média as crianças eram consideradas como pequenos adultos que apenas não tinham maturidade para guerrear (POSTMAN, 2005), e com isso, percebemos, ainda nas obras de arte da época, em que as crianças se vestiam como adultos, não sendo considerados muito diferentes deles.

O que podemos dizer, então, com certeza é que no mundo medieval não havia nenhuma concepção de desenvolvimento infantil, nenhuma concepção de pré-requisitos, desaprendizagem seqüencial, nenhuma concepção de escolarização como preparação para o mundo adulto (POSTMAN, 2005, p.29).

Assim, nessa época, assumimos que não havia uma preocupação em separar o ambiente infantil do não infantil, pois este havia se confundido. Eram os mesmos jogos, brincadeiras, assuntos, conversas, comidas e bebidas. Era até comum os adultos se sentirem na liberdade de tocarem nos órgãos sexuais das crianças (POSTMAN, 2005). As crianças eram tratadas como adultos em miniatura e os cuidados que recebiam eram dedicados aos primeiros anos de vida e às classes sociais mais elitizadas. Era habitual que as crianças participassem das atividades dos adultos bem como orgias e trabalhos forçados negando a diferença entre elas e as pessoas mais velhas (ÁRIES, 1978).

No século XII, há indícios de um olhar e atenção psicológica e social nas crianças (HEYWOOD, 2004). Mas com a invenção da imprensa, no século XV, esse quadro passou a ser modificado, a simbologia e escrita contribuiu para a separação da criança com o adulto, pois este último teve acesso ao mundo simbólico, ou seja, da escrita, e para ser um adulto notável, era preciso ingressar na rede de informações e conhecimento, inclusive nos livros de Pediatria e Educação (POSTMAN, 2005). “Claro que a infância não surgiu da noite para o dia. Precisou de quase duzentos anos para se transformar num aspecto aparentemente irreversível da civilização ocidental.” (POSTMAN, 2005, p.42)

Frente a esse contexto, por mais que venhamos a notar uma separação da criança com o adulto, sua inserção na escola não foi descartada, assim, as famílias se atentaram a protegê-las e responsabilizarem-se pela educação, manutenção e punição destas. Por meio da Educação, surgiu novamente a noção da vergonha e a

repressão sexual, além da importância de se ir à escola e à classe social infantil. (POSTAMN, 2005).

Assim, no século XVI e XVII, havia um entendimento de que a criança era diferente do adulto (HEYWOOD, 2004) e uma consciência de que a infância era envolvida por inocência (ÁRIES, 1978). No século XVIII, houve um lugar particular para a infância, e até estudos nesse público trazendo margem às transformações sociais dentro dos âmbitos familiares valorizando a criança e evidenciando o amor e cuidado familiar (FROTA, 2007). No século XIX, o sentimento de infância se solidificou dando-lhe um valor emocional e um conceito visado para o seguinte século (ÁRIES, 1978). Assim, a compreensão de infância ou de criança passou a ser reconhecida a partir da seguinte afirmação:

Não existe algo como a criança ou a infância, um ser e um estado essencial esperando para ser descoberto, definido e entendido, de forma que possamos dizer a nós mesmos e aos outros, “o que é a criança? O que é a infância?”. Em vez disso, há muitas crianças e muitas infâncias, cada uma construída por nossos entendimentos da infância e do que as crianças são e devem ser. (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p. 63).

Entendemos que a temática apresentada não se define apenas por aspectos emocionais, cognitivos ou que constituem o desenvolvimento humano de maneira estruturalista da criança, mas de uma abordagem social envolvendo o contexto histórico e cultural que esta está inserida. Cada criança possui uma história de vida singular, e ao defini-la estaríamos negando as determinações sociais que as constituem. Em grande parte, um conceito ou teoria dominante desvaloriza percepções e olhares que estão em minoria, perdendo um novo tipo de saber e conclusão tirado por um público pensante que visa compreender as várias infâncias, crianças e até ciências.

Corroboramos com Áries (1978) considerando que a infância se constitui e se transforma com o tempo, com o contexto social, econômico, geográfico além das singularidades individuais, por isso que a criança de hoje não é dotada da mesma percepção, modo de agir e olhar da criança do passado, e nem terá as mesmas peculiaridades que a do futuro.

No caso da realidade brasileira, houve a designação de um termo que considera a criança desvalorizada: menor. Essa terminologia surgiu para

caracterizar a faixa etária de crianças pelo Código de Menores em 1927, relacionando às crianças pobres, no entanto, passou a carregar um valor negativo. Os menores eram aqueles que a sociedade atribuía um significado negativo, de crianças pobres, de risco social, marginais, com uma infância abandonada, com famílias que não seguiam os modelos estruturais, convencionais e tradicionais. O “menor”, entregue aos poderes estatais, submeteu-se a institucionalizações e a cuidados sob discriminação e preconceito. Todavia, com a intervenção do ECA, promulgado em 1990 pelo Ministério da Ação Social, esse termo foi abolido e a criança passou a possuir direitos humanos como todo cidadão (FROTA, 2007), nessa época, no Brasil, houve uma atenção para a violação de direitos dessas crianças e também dos adolescentes (MORAES, 2009).

Sobre o adolescente, sua visibilidade passou a ser compreendida nos contextos de alistamento militar obrigatório, no século XIX, principalmente por sua já capacidade física, e somente. Era assim conhecido por já ser apto a procriar. Se a infância surgiu a partir de um longo processo, não foi diferente com a adolescência. Nessa época, acabou sendo objeto de estudo por seus comportamentos e transformações sexuais (GROSSMAN, 2010). Para Áries (1978), apenas com o entendimento do sentimento de infância no século XIX, que a concepção de adolescência foi emergida enquanto distinta das demais épocas da vida, e acabou se consolidando a partir das influências da Modernidade, no século XX.

Temos o entendimento que o e a adolescente acabam passando por outras transformações que vão além das corporais, mas as psicológicas e sociais. É o período da constituição de novas formas de pensar, agir, e possivelmente de novas identidades sendo possível a presença de contradições, confusões, ambivalências e temores. E não podemos deixar de afirmar que a aproximação com o mundo adulto e as próprias transformações do corpo auxiliam para esse momento que pode ser ou não turbulento (ABERASTURY e KNOBEL, 1985).

Contudo, de tal modo como a infância, o período da adolescência se compreende pelos sentidos históricos apresentados e existentes. Essa fase deve ser analisada com o auxílio da própria realidade da sociedade (PITOMBEIRA, 2005). Para muitos teóricos, a adolescência é marcada por mudanças físicas sexuais corporais, o início da puberdade, fase que deixa a infância e media para a vida adulta atravessando por turbulências emocionais e crises de identidade. No entanto,

a adolescência não pode ser entendida como apenas uma fase de transição (FROTA, 2007) e nem por uma fase dotada de uma idade cronológica específica, mas por meio da história, do conhecimento antropológico das sociedades que se encontram (LEVI; SCHIMITT, 1996).

É preciso que as visões naturalizantes e estruturantes presentes na Psicologia sejam superadas e que a adolescência seja compreendida como um processo que está sob condição social, histórica e cultural passando a falar do jovem considerando o grupo cultural que está inserido, seus valores e princípios, deixando de generalizar seus modos de ser e viver (OZELLA, 2003).

Pensando em termos legais, de acordo com o ECA (BRASIL, 2002), toda criança é considerada como tal por ter até doze anos de idade incompletos, e o adolescente por estar na faixa etária entre doze e dezoito anos. Assim, por meio da Lei nº 8.069, o ECA disponibiliza proteção à criança e ao adolescente. E como todos os cidadãos brasileiros, afirma que estes estão providos dos direitos de uma vida digna, incluindo escolaridade, saúde, lazer e principalmente o acesso a um desenvolvimento saudável mental, físico e moral. Frente a isso, cabem ao poder público, à comunidade e às famílias protegê-los das formas de negligências, danos, violências e de exploração (BRASIL, 2002). “A diferença básica dessa nova lei é que a criança e o adolescente deixaram de ser objeto de direitos para se tornarem cidadãos e, como tais, sujeitos de direitos” (FERRARI, 2002, p. 54). Através disso, puderam conquistar um lugar de humanidade e cidadania e passaram, diante da lei brasileira, a terem maior visibilidade.

A partir desse momento, a imprensa enfatizou os lugares considerados como inapropriados que muitas crianças brasileiras se encontravam, pois estavam vivendo nas ruas, frente a marginalidade. O termo “lugar de criança é na escola” passou a ser reproduzido em nossa sociedade e a criança e adolescente começou a ser visivelmente denunciada pelos meios midiáticos: “A imprensa destaca dois aspectos da possibilidade de marginalização: prostituição infantil e consumo de drogas, ambos envolvendo meninos e meninas” (NUNES, 2003, p. 79).

Assim, entendemos que com uma nova concepção do ser criança e adolescente, diversas posturas sociais foram concretizadas. Porém, apesar dos avanços da sociedade, nos deparamos com injustiças ocasionadas à crianças e

adolescentes de maneira organizada e secreta. Dentre essas crianças, é possível encontrarmos as que sofreram exploração sexual comercial.

### 1.1.2 Violência, violação, exploração

Dentre os significados existentes quanto ao termo violência, a que mais nos chama atenção é a definição mencionada pelo Novo Dicionário Aurélio (OLANDA, 1986): “Constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém”. No ato de violentar há a imposição da força de quem, no momento, tem o maior poder, força esta que pode ser física ou psicológica (TOMKIEWICZ, 1997).

Afirmamos que a violência representa-se de diversas formas: como negligência, violência física, psicológica ou sexual. Esta última acaba sendo entrelaçada por todas as outras maneiras, principalmente quando ocorre com crianças e adolescentes. Isso porque, no caso, entendemos como negligência quando a família omite-se em providenciar as necessidades básicas da criança ou adolescente, incluindo as físicas e emocionais, bem como a alimentação, educação, proteção, dentre outras (BRAUN, 2002). A violência pode ocorrer fora ou até mesmo dentro da própria família da criança ou adolescente sendo extra-familiar ou intrafamiliar respectivamente (BRASIL, 2001).

Em relação à violência física, é caracterizada pelo uso da força e contato físico com outra pessoa, possivelmente levando a conseqüências físicas como lesões corporais, fraturas, ferimentos ou até mesmo a morte. A violência psicológica, muitas vezes, não deixa de acompanhar as citadas anteriormente, pois é considerada por causar danos emocionais na pessoa violentada através da rejeição, isolamento, ameaças, e danos morais provenientes do violentador (BRAUN, 2002).

Sobre a violência sexual, esta se constitui na utilização do corpo de outro na finalidade da satisfação do desejo sexual do transgressor (TOMKIEWICZ, 1997). Segundo Faleiros (2007, p. 76):

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação dos direitos da pessoa humana e da pessoa em desenvolvimento; direitos à integridade física e psicológica. Ao respeito e à dignidade, ao desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadios. No mercado do sexo são violados seus direitos à convivência familiar e comunitárias

protetoras e ao trabalho não explorado, digno, seguro, adequado à idade, não-degradante, direitos estes garantidos no ECA.

Quanto à ESCAA, nos diz respeito aos jovens que são aproveitados em grande parte por homens, maiores de dezoito anos. O público explorado realiza relações sexuais em troca de dinheiro ou algo que possa ter algum valor simbólico à criança/adolescente (FALEIROS; CAMPOS, 2000). O conceito de exploração sexual abarca o abuso sexual, a prostituição e o tráfico e venda de pessoas (LEAL, 1999). Frente a isso, podemos admitir que são tratamentos violentos em que se assume a criança ou adolescente como um objeto e que podem estar sujeitos à uma relação de mercantilização. No entanto, compreendemos que levam consigo um drástico sofrimento as crianças e adolescentes que vivenciam a violência sexual (BRASIL, 2001).

O abuso sexual envolve as seguintes situações forçadas, geralmente com adultos: conversas obscenas; participação com pornografia; exibição dos órgãos sexuais da criança ou do adulto; masturbação do adulto; e relações sexuais impostas, como as vaginais, anais ou orais (BOUCHET; PERÁRD; ZORMAN, 1997).

Sobre a prostituição, afirmamos que o corpo acaba sendo considerado como mercadoria e assim, se submete às leis de compra e venda voltadas a interesses percebidos como políticos. A prostituição em nossa sociedade atual, em grande parte, é relacionada com imoralidade, desvio de caráter, a doenças sexualmente transmissíveis e ao uso de drogas:

É importante, ainda, entender que este tema está imbuído de visões conservadoras, principalmente por se tratar de uma violação relacionada à sexualidade e formas distintas de prostituição, assunto de âmbito privado que, culturalmente, esteve sob uma racionalidade moral-repressiva, objeto de tabu e de discriminação pela sociedade e suas instituições. Tratar publicamente esta temática requer confrontar os diferentes projetos de sexualidade e a sua relação com a violência sexual e os projetos societários (LEAL; LEAL, 2005, p.21).

É ainda, vista como profissão, e a figura da profissional do sexo se opõe a da virgem e mãe, que representam socialmente a moralidade. Ao mesmo tempo, a prostituição também é considerada como devassidão: “Esconder que a prostituição seja trabalho é muito mais cômodo para a elite dominante que trata o problema como vício e como secundário, sem importância (FALEIROS, 2004, p.52).

No entanto, as redes governamentais e não governamentais entendem que a criança e adolescente não escolhem se prostituir, mas são induzidos a fazer tal prática, pois ainda não possuem uma maturidade para terem poder de decisão (LEAL, 1999), é por isso que não consideramos que estas crianças são profissionais do sexo, mas vítimas de exploração sexual comercial sendo prostituídas.

Em relação ao turismo sexual, diz respeito a cidades turísticas, pois envolve turistas tanto nacionais quanto internacionais, incluindo a exploração sexual e comercial de meninas que estão em países em desenvolvimento. Essa forma de exploração comercial se articula fortemente com as atividades econômicas da cidade envolvida, pois auxilia, mesmo que indiretamente na promoção de hotéis, restaurantes, bares, boates e taxistas (FALEIROS, 2007). No entanto, compreendemos que grande parte desses estabelecimentos combatem esse modelo de turismo e se aderem a campanhas contra o turismo sexual ou à exploração sexual comercial.

Em meio a toda essa exploração, não se deixa de considerar a propensão de doenças sexualmente transmissíveis que podem estar envolvidas, demonstrando dessa maneira em como, no caso das crianças e adolescentes, estão vulneráveis a algum tipo de dano. Além das inúmeras formas de violência praticadas, como a psicológica, moral e a física, incluindo estupros, espancamentos (GOMES, 1994) degradações e xingamentos.

Assim, como afirma Gomes (1994, p. 63), sobre a exploração sexual comercial,: “Este nível de violência é forjado por um sistema social desigual, onde um enorme número de pessoas é explorado para garantir privilégios de um pequeno número de outras”. Percebe-se que um dos elementos que contribuem para a manutenção da violência contra as meninas, é a diferença de gênero para com seus clientes, diferença esta que sofre influências sociais das desigualdades econômicas, e de escolaridade resultando na desigualdade de poder (MARINHEIRO; VIEIRA; SOUZA, 2006). Apesar dos avanços decorrentes quanto à posição da mulher perante a sociedade, ainda carregamos as diferenças existentes em todos os meios. Leal e Leal (2005) também enfatizam as determinações das relações culturais, como

o machismo, os valores patriarcais<sup>1</sup>, de classe, etnia que inserem as crianças em uma situação de desvantagem.

A desigualdade estrutural da sociedade brasileira é constituída não só pela dominação de classes, como de gênero e de raça. É também marcada pelo autoritarismo nas relações adulto/criança. A criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas objeto da dominação dos adultos, tanto através da exploração de seu corpo no trabalho, quanto de seu sexo e da sua submissão (LEAL, 1999, p.9).

A violência estrutural cabe ainda nesse contexto em que afirma a violência existente frente à própria organização econômica, social e política de uma sociedade: “ela pode ser caracterizada pela existência de um sistema social desigual produtor de exclusão social” (Libório, 2005, p. 414), sistema que abrange fortemente a política neoliberal contribuindo para essa desigualdade. Além dos processos existentes relacionados aos atributos pessoais e a presença ou não das redes de apoio a esse fenômeno, de acordo com o último autor mencionado, cabe-se considerar as questões de identidade tanto pessoal quanto social, a construção da auto-estima e principalmente de rótulos e estigmatizações presentes no meio de tantas crianças e adolescentes exploradas.

E ainda concordamos que a ESCCA é uma relação comercial e de abuso com o corpo de crianças ou de adolescentes por pessoas que são exploradoras sexualmente sendo por meio de redes organizadas ou pelos familiares ou consumidores desse serviço (FALEIROS; CAMPOS, 2000). Assim, essa forma de exploração é um abuso contra crianças e adolescentes, definindo abuso a partir da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization – WHO) como:

Todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de informar seu consentimento. (...) Pode incluir também práticas com caráter de exploração, como uso de crianças em prostituição. (WHO, 1999, p.6).

No Brasil, foi em meados de 1990 que a sociedade passou a ter uma conscientização quanto às crianças e adolescentes explorados, bem como um

---

<sup>1</sup> Sobre esses valores, Leal e Leal (2005) afirmam a predominância hierárquica do adulto sobre a criança, principalmente do adulto-homem sobre tanto a menina quanto o menino. Esse pensamento é oriundo das tradições familiares na Roma Antiga em que o poder do patriarca, ou do homem/chefe da família sobre sua mulher, seus servos e filhos era exercido através do direito de vida e morte sobre estes. Dentro desse poder trazemos a afirmação da superioridade do homem sobre a mulher e do homem mais velho sobre os jovens envolvendo também o controle de seus corpos, inclusive o de suas respectivas sexualidades.

combate a esse fenômeno (FALEIROS, CAMPOS, 2000) lembrando que foi o mesmo período em que se instituiu o ECA e que a Comissão Parlamentar de Inquérito começou o processo de investigação de denúncias do comércio sexual que incluíam pessoas menores de dezoito anos de idade (LIBÓRIO, 2003). A ESCCA pode ocorrer de uma maneira formal ou informal, no meio formal, as crianças e adolescentes são agenciados por um terceiro que não é o cliente do serviço sexual, o agenciador possui direitos sobre o lucro que a criança ou adolescente recebeu com a relação sexual. No mercado informal é a própria criança ou adolescente que gerencia os serviços sexuais com o cliente, não tendo a intervenção de uma terceira pessoa no processo (DAVIDSON; TAYLOR, 1996).

A exploração sexual comercial infantil é um fenômeno multidimensional e se determina na violência criminal, e nas relações macro-sociais envolvendo a precarização do trabalho e a expansão do crime organizado e da exploração comercial sexual (LEAL; LEAL, 2005). Apesar de esse tema ser de suma importância para qualquer comunidade, cremos que é um fenômeno complexo a ser estudado, justamente por vários atores estarem envolvidos, como as famílias, aliciadores e usuários desse tipo de comércio (MORAES, 2009). Além da dificuldade de acesso às informações, pois é uma rede extremamente perigosa.

Diante disso, compreendemos que o a violência é um fenômeno complexo, interligado e caracterizado por uma dinâmica, em parte, inacessível, o que dificulta o seu combate e nos permite desenvolver reflexões e questionamentos cada vez mais aprofundados. Ao falarmos de violência contra crianças e adolescentes, temos que considerar o lugar frágil que estão para podermos protegê-las e defendê-las de maus tratos, inclusive os sexuais.

### 1.1.3 Sexo, sexualidade e sociedade

A sexualidade e suas discussões são condições culturais sendo construídas de diferentes formas no decorrer da história e do tempo (LOURO, 2010). Nesse contexto, está associado com a ideia de moral que para Foucault (1999) relaciona-se ao comportamento das pessoas sobre as regras e valores lhe impostas

socialmente. Falar sobre sexo e sexualidade nos é permitido, mas não em qualquer hora e em qualquer lugar. Se não fosse assim, não haveria censura na TV aberta ou cuidados sobre alguns assuntos explanados na proximidade de crianças e adolescentes.

Vemos que a questão do sexo e sexualidade é tão determinante que acaba sendo elemento construtivo de nossas identidades e personalidades (LOURO, 2010). Por isso é possível que o que é voltado para o sexo e sexualidade venha a rotular, estigmatizar. E para Louro (2010), isso vem de nossas heranças morais absolutistas cristãs que generalizam ao invés de possuírem um olhar mais amplo sobre o indivíduo.

Com a influência da igreja, no período medieval, surgiu uma repressão contra a sexualidade que passou a enfatizar a relação sexual apenas para fins de procriação. Esse rigor possivelmente se emergiu frente à extrema liberdade sexual proveniente dos povos pagãos que aos poucos foram enquadrando-se à moral cristã (NUNES, 1987).

Por muito tempo o sexo foi reprimido, principalmente dizendo-se sobre crianças, que já chegaram a ser consideradas como assexuadas. O sexo era algo para ser e estar dentro de um quarto trancado, escondido. E o lugar para as outras formas de sexualidades era o que visava lucros. Essa repressão se estendeu e intensificou com o capitalismo, no século XVII, que enfatizou a importância do trabalho e a não busca pelo prazer (FOCAULT, 1999). Sobre isso, para Nunes (1987, p.92) “O sexo é o grande inimigo do trabalho, agora a nova forma de compreender o homem”, assim a mão-de-obra acabava preservando sua força de trabalho auxiliando no desenvolver dos lucros da indústria para qual fornecia seus serviços braçais. Com a modernidade, a repressão sexual que já existia aumentou visando controlar o comportamento sexual da população condenando a masturbação dentre outros modelos de demonstrações sexuais consideradas imorais além do sexo para fins prazerosos gerando um sentimento de vergonha, doença e/ou de pecado.

O sexo subjetivo, humano, prazeroso desaparece. O corpo é negado no trabalho e na repressão sexual. O “eu” corporal não existe; existem, sim, civilidade e a máscara social. Sobre o sexo nasce a cultura da vergonha e do pecado em níveis tão profundos que nem mesmo a Idade Média tinha conseguido (NUNES, 198, p.93).

Todavia, nos dias de hoje, a sexualidade em grande parte, é percebida de forma banal determinando o comportamento de nossa geração, inclusive os jovens, adolescentes e crianças. Com as influências dos meios de comunicação e mídia, nossa população enfrenta anúncios e mensagens que vendem e supervalorizam o sexo estando disponível em diversos meios como a internet, televisão, nas revistas, livros reproduzindo ideias e informações distorcidas quanto ao sexo e sexualidade influenciando numa prática, muitas vezes, sem consciência quanto aos impulsos sexuais levando os jovens a estarem distante de refletirem sobre o valor de seus corpos e de quem tem o direito de tocá-los (SPITZNER, 2005).

Porém, ainda enfrentamos indícios de uma herança absolutista e cristã quanto o enfrentamento do sexo, pois até mesmo as palavras consideradas como torpes e ofensivas tem alguma relação com sexo e sexualidade, indicando uma ligação com imoralidade. Pensando nisso, é que corroboramos com Lamour (1997) que assume que muitos dos que sofrem violência sexual acabam se sentindo culpadas por provocarem tais abusadores e por meio dessa vivência, até dotam-se do sentimento de imoralidade.

No entanto, há diversos outros motivos para que uma criança abusada não vivencie a violência como algo natural, além do sentimento de vergonha e culpa, há a dor física, o medo diante das ameaças do violador, o sentimento de impotência e da própria violência gerando danos emocionais, psicológicos e físicos o que resulta no comprometimento do desenvolvimento saudável desse grupo.

#### 1.1.4 Um retrato de Foz do Iguaçu

A cidade de Foz, de acordo com o IBGE (2010), possui 617,700 km<sup>2</sup> e tem uma população em torno de 263 mil habitantes. Localiza-se no extremo oeste do Paraná (FOZ DO IGUAÇU, 2015), na região Sul do Brasil.



Figura 1: referente à localização de Foz do Iguaçu em relação ao Brasil  
 Fonte: <http://www.sosolikes.com.br/tag/foz-do-iguacu/>

Foz localiza-se em uma área onde o clima é considerado como subtropical úmido, alcançando elevadas temperaturas, verões quentes e chuvas em todos os meses do ano. É conhecida internacionalmente pelas Cataratas do Iguaçu e pela Hidrelétrica da Itaipu, dentre outros pontos turísticos. Conta com uma infra-estrutura de restaurantes e hotéis sendo foco de atração de turistas provenientes do mundo todo gerando um fluxo populacional abrangente. Esses elementos favorecem para o desenvolvimento econômico e cultural da região favorecendo o lugar de centro turístico que a cidade possui, em vista nacional. Na cidade são cerca de 80 nacionalidades representadas como de origem libanesa, chinesa, paraguaia e argentina dando espaço para uma das cidades mais cosmopolitas do Brasil (FOZ DO IGUAÇU, 2015).

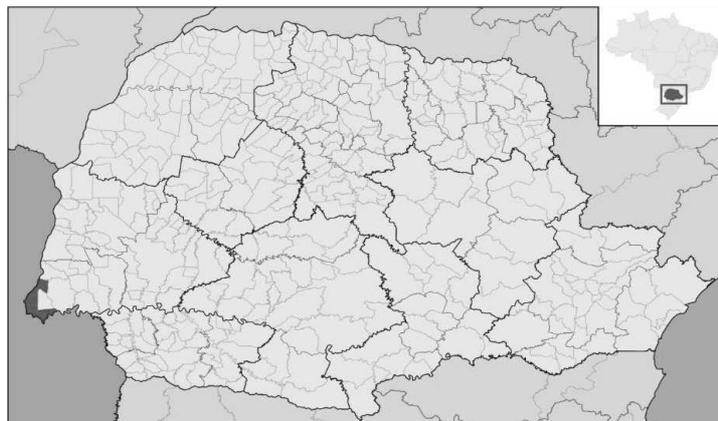


Figura 2 : Figura referente à localização da cidade de Foz do Iguaçu - Paraná.  
 Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_bairros\\_de\\_Foz\\_do\\_Igua%C3%A7u#mediaviewer/Ficheiro:Parana\\_Municip\\_FozdoIguacu.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_bairros_de_Foz_do_Igua%C3%A7u#mediaviewer/Ficheiro:Parana_Municip_FozdoIguacu.svg)

Sobre as Cataratas do Iguaçu, nome estabelecido pelos guaranis (significando “muita água”), são um complexo de 275 quedas estendidos por aproximadamente 5 quilômetros do Rio Iguaçu, uma parte dessas quedas localizam-se na Argentina sendo possível a vista do Brasil. As Cataratas são envolvidas por parques nacionais e pela Mata Atlântica sendo uma região rica em fauna e flora. No Brasil seu parque denomina-se “Parque Nacional Iguaçu” e na Argentina “Parque Nacional del Iguazú” (FOZ DO IGUAÇU, 2015).



Figura 3: referente às Cataratas do Iguaçu  
<http://www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/Fotos.aspx>

A Hidrelétrica Itaipu também acabou sendo um centro turístico na região atraindo visitantes de diversos lugares. É considerada como a maior hidrelétrica do mundo em geração de energia e a sétima maravilha em termos modernos. A hidrelétrica é binacional ocupando empreendimentos entre o Paraguai e Brasil sendo uma atração devido sua própria grandeza (FOZ DO IGUAÇU, 2015).

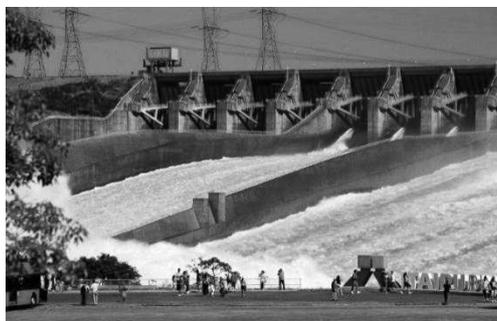


Figura 4: referente à Usina Hidrelétrica Itaipu  
Fonte: <https://www.turismoitaipu.com.br/pt/atracoes/visita-panoramica>

A cidade de Foz do Iguaçu se localiza na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina fazendo divisa com mais duas cidades: Ciudad de Este e Puerto Iguazú.

A Ciudad del Este é o município mais povoado do interior do Paraguai, caracterizada por acolher milhares de imigrantes e turistas atraídos pelo mercado da região, muito conhecido pelos baixos impostos sobre as mercadorias. A cidade possui cerca de 233.000 habitantes e é comum por possuir um forte fluxo de pessoas que vêm do Brasil por Foz para fazer compras. Não é necessário possuir documento para atravessar a fronteira, a fiscalização ocorre sobre as mercadorias, mas dificilmente sobre as pessoas (FOZ DO IGUAÇU, 2014).



Figura 5: referente as cidades que participam da Tríplice Fronteira  
 Fonte: <http://www.sosolikes.com.br/tag/foz-do-iguacu/>

Diferente é o caso da cidade de Puerto Iguazú, que necessita de documento de Identidade para atravessar a fronteira, o que dificulta a passagem de grande parte de pessoas que desejam entrar ou sair ilegalmente do país. Essa cidade fica a 10 km de Foz, possui aproximadamente 32.000 habitantes e também é uma região atrativa para os turistas que visitam a área. (FOZ DO IGUAÇU, 2014).

Em meio a esse fluxo de pessoas, e a grande facilidade de passagem entre o Brasil e o Paraguai, não nos surpreende a facilidade do acesso às drogas e ao investimento no turismo sexual, incluindo menores de idade. Com isso, surgem pessoas de diferentes regiões do mundo com o intuito não de conhecer os pontos turísticos da região da Tríplice Fronteira, mas afim de relações sexuais, relações essas que ocorrem principalmente com pessoas de idade inferior a 18 anos. (MORAES, 2009). Foz do Iguaçu é repleta de folhetos, *banners* e *folders* de

campanhas contra violência sexual infantil e o tráfico humano. E se essa mobilização existe, entendemos que foi necessária.

Os três países da Tríplice Fronteira possuem suas próprias leis que visam proteger as crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual infantil, apesar da complexidade de sua efetivação. Percebemos que diante disso, são países que assumem terem um problema, e através do apoio da UNICEF, Itaipu e da FPTI, tem desenvolvido projetos e pesquisas em torno do tema de exploração sexual, tráfico de crianças e violência (SPRANDEL, 2005).



Figura 6: Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Fonte: <http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/07/mapas-de-puerto-iguazu-argentina.html>

Além disso, a região aqui citada é foco de transmissão do vírus HIV contaminando em sua maioria mulheres e crianças órfãs. Essa doença é transmitida principalmente por meio da utilização de drogas e do sexo sem proteção. Além dos indícios alarmantes de exploração sexual nessa região, há outros tipos de crimes relacionados, como já mencionado, o tráfico de drogas. Infelizmente muitas crianças são usuárias (SPRANDEL, 2005).

A ESCCA é reconhecida tanto nas zonas urbanas quanto nas de fronteira e próximas às áreas de atividades econômicas, isso demonstra que não há uma classe social específica que vivencia essa realidade e que não há dados que especifiquem sua origem. As idades dos jovens variam entre 9 e 17 anos. São meninas e meninos que trabalham nas ruas, em prostíbulos, motéis e bares (SPRANDEL, 2005), sem falar nos casos intrafamiliares em que crianças e

adolescentes são exploradas pelos próprios padrastos, tios, avôs em troca de brinquedos, dinheiro ou até mesmo por conta do sustento da casa.

De acordo com Leal (1999) são várias as campanhas e projetos realizados pelo governo e organizações não governamentais, bem como o PETI, CREAS, OIT, Disque denúncias, entre outras campanhas. Todavia, essa forte economia e atrativo regional possui uma rede bem entrelaçada de aliciadores da ESCCA, o que envolve até mesmo a participação ilegal de policiais, o que dificulta acaba dificultando o combate. A região é muito mais que turismo e compras e parte dos turistas que percebem isso acabam favorecendo o mercado sexual ao invés de lutar contra este.

## **1.2 Contexto e método de pesquisa**

Portanto, para o aprendiz-cartógrafo o campo territorial não tem a identidade de suas certezas, mas a paixão de uma aventura (ALVAREZ; PASSOS, 2009).

Nossa trajetória se incidiu por meio da Cartografia, assim participamos de vários encontros com profissionais e crianças e adolescentes envolvidos. Vimos como primordial desenvolvermos uma relação afetiva com os participantes não nos limitando a apenas um dia de pesquisa. Aqui ressaltamos a importância de explanar sobre a realidade de cada criança e adolescente que entramos em contato e expor as principais características das instituições estudadas. Ainda citamos o processo de conhecimento adquirido e como as relações foram construídas. A cada dia nos deparávamos com novidades e tínhamos que estar prontos para imprevistos. Nisso resultou em cartografia.

### **1.2.1 O método**

Toda experiência cartográfica acompanha processos, mais do que representa estados de coisa; intervém na realidade, mais do que a interpreta; monta dispositivos, mais do que atribui a eles qualquer natureza; dissolve o ponto de vista dos observadores, mais do que centraliza o conhecimento em uma perspectiva identitária e pessoal (PASSOS; BARROS, p.169).

O método por nós utilizado definiu-se como o método Cartográfico. A cartografia refere-se à noção de mapeamentos do local a ser pesquisado, indo

contra o pensamento quantitativo que visa caracterizar os terrenos de maneira estática. Esse modelo possui um cunho processual, dinâmico, que acompanha as transformações recorrentes do terreno explorado não deixando de considerar a intervenção e implicação do cartógrafo e do próprio mundo que está sendo cartografado (FONSECA; KIRST, 2003).

A cartografia é praticada e não aplicada, não se trata de um método medido por regras gerais que se enquadram em particulares casos, mas é um fenômeno que se constitui caso a caso considerando as especificidades destes. Sendo uma abordagem geográfica acompanha os processos da pesquisa através das linhas subjetivas no campo que atuam de maneira simultânea sobre os territórios que se encontram (KASTRUP; BARROS, 2009). Assim sendo, a cartografia dota uma dual natureza, a não só de pesquisa, mas de intervenção (TADESCO; ESCÓSSIA 2009) que consiste na implicação do cartógrafo frente às linhas territoriais estudada/mapeada. Com a intervenção, admitimos a participação ativa do pesquisador no campo sendo este afetado e deixando-se afetar por sua própria pesquisa. Através dessa prática somos influenciados e influenciemos o território estudado (TADESCO e ESCÓSSIA; 2009). E por meio disso há um encontro afetivo entre o investigador e o objeto: “A investigação é cuidado ou cultivo de um território existencial no qual o pesquisador e pesquisado se encontram” (Johnny e Passos, 2009, p. 144).

A noção do conceito de território é compreendida a partir de procedimentos conjuntos que se permitem ser explicados. No entanto, a pesquisa cartográfica não se define – se é possível defini-la – por meio de descrição de dados, mas no acompanhamento destes. Para pesquisar nesse interim, é necessária a nossa habitação em um território exigindo um interesse em aprender sobre esse espaço, é um trabalho de “cultivo e refinamento” (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p.135) em que há não só o estudo do território, mas a composição e engajação deste: “Mas sabemos que o processo de composição de um território existencial requer um cultivo ou um processo construtivo” (ALVARES; PASSOS, 2009, p. 135) além de que:

Vai sendo provocado e contagiado pelas experiências de habitação, abandonando as formas rígidas, as regras fixas e experimentando a abertura de uma atenção flutuante, numa espreita a avaliar a tomar decisões encarnadas na experiência concreta. Vai desenvolvendo uma

mudança da atenção focada e reduzida para uma atenção desfocada que pode apreender os movimentos do território. O aprendiz-cartógrafo vai aprendendo que não há outro caminho para o processo de habitação de um território senão aquele que se encontra encarnado nas situações (JOHNNY e PASSOS, 2009, p.147).

Nós, cartógrafos, iniciamos a habitação do território com uma receptividade de afeto, em outras palavras, estamos dispostos a realizar a conexão e a não distinção do campo com a pesquisa, do pesquisador com o campo, da teoria com a prática (ALVAREZ; PASSOS, 2009).

Para habitar um território existencial é preciso um processo de aprendizado, entendido mais como experiência de engajamento do que como etapas prescritíveis de uma metodologia de pesquisa. Experiência que só se dá a medida que se realiza, sem pré-condições. O aprendiz-cartógrafo, inicialmente inseguro por não conhecer o campo que encontra (afinal, mais encontramos do que buscamos algo), vai descobrindo aos poucos que as regras prévias são valores móveis que não existem de modo rígido e universal, como nada garantem. Vai sendo provocado e contagiado pelas experiências de habitação, abandonando as formas rígidas, as regras fixas e experimentando a abertura de uma atenção flutuante, numa espreita a avaliar e tomar decisões encarnadas na experiência concreta (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p.147).

Ao habitar nesse território, enquanto cartógrafos, temos que nos dispormos a fazer parte e compor este, não nos comprometendo em nos submeter ou dominar o campo, mas tornarmos parte dos elementos envolvidos. Dessa maneira, interpretar, atuar, conhecer e habitar acabam sendo experiências relacionadas umas às outras diante do mundo pesquisado (ALVAREZ; PASSOS, 2009).

Entendemos aqui que um território não é restringido a um local físico, mas é um espaço possível de ser habitado por sujeitos que transpassam de um local para o outro acompanhando consigo suas devidas vozes, afetos e formas de pensar. O território não pertence a alguém, vai além dos limites geográficos e podem ser atravessados, criados, renovados. Nele perpetuam ideais, pensamentos, são tecidos redes, desenvolvidas comunidades (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

Para Deleuze & Guattari (1997), o território é um espaço subjetivo que pode ser vivido, apropriado, onde o sujeito sente-se seguro, confortável sendo resultado de uma aglomeração de representações, comportamentos, culturas (GUATTARI; ROLNIK; 1996). Não há uma limitação a um espaço físico, estável, fixo, pelo contrário, o espaço é flutuante e dinâmico (PERLONGHER, 2008).

Sobre a cartografia e seus possíveis espaços, Deleuze e Guattari (1997) em Mil platôs desenrolam a compreensão de rizoma através do pensamento cartográfico. Essa ilustração surgiu por meio do modo de funcionamento do rizoma da botânica, que tanto pode agir como raiz, talo ou ramo, dependendo da planta, o que independe de sua localização nesta. O rizoma acaba sendo a extensão do caule da planta, unindo sucessivos brotos, cresce horizontalmente podendo ser extenso ou curto. Assim, sua estrutura procura ramificar-se transformando em um broto ou até tubérculo, possui a potencialidade de fazer a conexão de um ponto a qualquer outro, não tendo uma raiz pivô, diferente das árvores e frente a isso, nele não se encontra um início, fim ou centro.

Essa metáfora resiste ao sistema unitário, vertical, hierárquico e disciplinar comparado ao modelo “árvore-raiz” que possui princípio e fim. A atuação do rizoma se desdobra horizontalmente e a partir de um plano indefinido e não hierarquizado dispõe-se a variações de interpretações e ações não sendo formado por unidades, mas multiplicidades lineares que se cruzam e formam redes. Essas redes são as que conectam os pontos tecendo as infinitas teias, teias estas que no sentido subjetivo podem ser de discursos, afetos, relações (FONSECA; KISRT, 2003).

Essa cartografia diz respeito aos processos, aos movimentos crescentes que englobam as redes de forças das relações e comunicações no campo de pesquisa que as posições fixas que estão instalados, faz referências do conceito de mapas geográficos ou de territórios, mas ressalta os campos de forças, os eixos espaciais, temporais e históricos estabelecidos (FONSECA; KISRT, 2003). A partir desse pensamento, é possível compreender que para cartografar, é preciso considerar o campo estudado como um mapa aberto que pode ser montado e desmontado, reversível, flexível, que está conectado a infinitas dimensões e sujeito a constantes modificações (DELEUZE; GUATTARRI, 1997).

Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.22).

Sendo assim, vivemos em espaços que são possíveis de serem cartografados (FONSECA; KIRST, 2003), envoltos por pessoas, redes, discursos e instituições. No

entanto, através do método cartográfico identificamos a intervenção do pesquisador-cartógrafo frente a um eixo de comunicação que se apresenta de maneira multidimensional, não apenas horizontal ou vertical, mas transversal. A cartografia é acompanhar esse plano e as linhas que por ele são compostas. Essas linhas podem ser homogêneas reproduzindo eixos hierárquicos de organização da realidade havendo a apresentação de variáveis maiores (eixo vertical) *versus* as variáveis menores (eixo horizontal), denominados de sistema de reatamento. Sobre essas últimas, ilustram-se as crianças, os pobres, negros, mulheres e homossexuais; e quanto ao eixo vertical, percebemos os adultos, ricos, brancos, homens e heterossexuais. Diante dessa realidade ocorre a operação de hierarquização referente as práticas sociais: adulto x criança, rico x pobre, branco x negro, homem x mulher, heterossexual x homossexual reproduzindo os ideais sociais e desfavorecendo minorias bem como crianças e até as mulheres (PASSOS; BARROS, 2009).

No entanto, há ainda um novo rearranjo de realidade, o movimento de cosmoese, mais reconhecido como desarranjo ou de novos arranjos de produções de realidades que não sintonizam com o primeiro modelo apresentado, pelo contrário, operam por meios de modelos diferenciados dos homogêneos compreendidos como unicamente “aceitos” sendo os homens-brancos-ricos-heterossexuais-adultos ou mulheres-negras-pobres-homossexuais-crianças. No desarranjo há o encontro de um viver diferenciado, não só encontro, mas também aceitação da existência deste, como o do homem homossexual ou do negro rico, ambos em lugares vistos como heterogêneos devido à discriminação e preconceitos que sofrem por suas posições sociais e históricas. Porém estes não deixam de fazer parte dos diversos contextos comunitários (PASSOS; BARROS, 2009).

Partindo do conceito de transversalidade, o método cartográfico enquanto análise, visa ao mesmo tempo intervir, descrever e criar sobre aquilo que se está sendo pesquisado e considerar os eixos horizontais, verticais e ainda os transversais vistos a partir da ótica do sistema de reatamento ou de cosmoese englobando os mais amplos aspectos e mapas de sua pesquisa. Assim, o método da cartografia visa expandir o coeficiente da transversalidade não se deixando limitar por eixos hegemônicos que sistematizam as diferenças hierarquicamente ou que organizam aqueles que são iguais de forma corporativa (PASSOS; BARROS, 2009).

O conceito de transversalidade, inicialmente proposto por Guattari (2004), sugere uma alteração no modelo de comunicação das instituições expressando uma nova realidade que experimenta o entrelaçamento das diversas forças produzidas por meio dos encontros dos nós de uma rede de enunciação promovendo o surgimento de um novo mundo disposto a ser compartilhado por seus sujeitos (PASSOS; EIRADO, 2009). Como princípio metodológico acaba dando direcionamento a uma experiência de comunicação que permite a variação dos pontos de vista não se limitando a apenas dois eixos ou a abolição destes. Propõe o atravessamento de múltiplas vozes sem adotar uma como própria ou única, assim “A transversalidade, nesse seu sentido comunicacional, dever ser pensada sob a base de uma comunidade, ou seja, de um ser-” comum”. (PASSOS; EIRADO, 2009, p.116). Dentro desse pensamento, entendemos que a verdadeira comunidade surge ao produzir as diferenças que ela inclui. A proposta de Guattari (2004) é uma prática de pesquisa em que não há o distanciamento entre a produção de conhecimento e de realidade admitindo as diversas facetas e redes que podem ser compreendidas no universo cartográfico.

Nesse processo é importante a função da atenção partida de nós, pesquisadores cartógrafos, no entanto esta não se constitui de uma simples seleção de informações, mas na detecção dos processos em andamento (KASTRUP, 2009). A atenção flutuante, a ser destacada aqui, apontada nos estudos de Freud (1912) no texto “Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise”, o teórico afirma a importância em não privilegiar um elemento a mais do que outro a ser analisado mantendo a importância de conservar a atenção de uma forma uniforme ao que se está sendo observado. Esse pensamento, aplicado ao método cartográfico visa considerar os mais diversos discursos apresentados no campo da pesquisa não desfavorecendo ou desprivilegiando as mais diversas falas e apontamentos apresentados no decorrer da jornada. Quando há seleção da atenção, ou seja, quando a atenção é focada é apenas algum elemento, é possível a negligência de dados que seriam importantes para o analisando/pesquisador.

A Cartografia aprecia os processos existentes nos contextos estudados, por isso que é preciso estarmos sempre prontos e atentos para lidar com o que cada dia de estudo pode nos oferecer de novo “A entrada do aprendiz de cartógrafo no campo pesquisa coloca imediatamente a questão de onde pousar sua atenção”

(Kastrup, 2009, p.35), afinal, tudo pode ser observado, aprendido, anotado. Ao lidarmos com processos e não com estados dos objetos estudados (GUATTARI e ROLNIK, 1996) assumimos uma postura de pesquisadores que estão dispostos a encontrar o novo e a lidar com aquilo, pois compreendemos que a cartografia segue o rigor de um método e de propostas que prontas, mas que ao mesmo tempo não abre mão de imprevisibilidades “que constitui uma exigência positiva do processo de investigação” (Kastrup, 2009, p. 43).

Sobre esse método, uma outra característica que lhe é atribuído é seu caráter inventivo, que propõe o desafio em criar práticas frente a novos problemas e processos dentro do campo. Assim, consideramos as informações e conhecimentos em processos de transformações, por isso não deixam de criar novos problemas e de exigir novas atuações de investigações frente a estes (BARROS; KASTRUP, 2009).

Frente a isso, ainda diante de mapas – mesmo/inclusive os subjetivos - o método nos permite a desterritorialização e conseqüentemente possibilidades da deslinearização, assim, o surgimento do novo (DELEUZE e GUATTARI, 1997) e o encorajamento da imersão de lugares antes desconhecidos, de novos mapas, territórios, de novidades saindo do patamar dito como rotineiro. Por isso a importância de nós, enquanto pesquisadores, em também sermos criativos e de tal modo acompanharmos esse processo de criação e transformação do próprio campo e dos objetos de pesquisa “O método vai se fazendo no acompanhamento das subjetividades e dos territórios” (Kastrup e Barros, 2009, p. 77). Na cartografia, todo território é de observação, pesquisa e de criação (KASTRUP, 2009) e “assim, a pesquisa se faz em movimento, no acompanhamento de processos, que nos tocam, nos transformam e produzem mundos” (Barros e Kastrup, 2009, p. 73).

Com isso, a cartografia ainda visa entrelaçar seus objetos de estudo com suas articulações históricas “o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (BARROS, KASTRUP, 2009, p. 57). Falando da ciência moderna, as fases da pesquisa são: coleta, análise e discussão dos dados, sendo uma série sucessiva de fases, separadas, ou seja, apenas quando um momento termina, que é possível iniciar o outro. No trajeto da pesquisa cartográfica há “passos que se sucedem sem se separar. Como o próprio

ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo” (BARROS; KASTRUP, 2009, p.59), nesse caminho, cada fase da pesquisa traz juntamente consigo o momento anterior e permitindo o prolongamento dos próximos passos que ocorrem como em redes, entrelaçados e determinados pelas etapas que já passaram e dispostos a se prolongarem às que virão.

É ainda importante nesse procedimento a prática do diário de campo que colabora na produção e organização dos dados e da própria pesquisa, no diário há as anotações das experiências vividas, observações e dos conhecimentos adquiridos “Há transformação de experiência em conhecimento e de conhecimento em experiência, numa circularidade aberta ao tempo que passa” (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 70). A própria política de intervenção acaba requerendo essa narratividade para nos auxiliar na produção e registro da pesquisa (BARROS e PASSOS, 2009).

Diante disso, entendemos que o método da cartografia não possui um conjunto de regras a serem aplicadas ou um saber pronto a ser transmitido não dependendo de obtenção de conhecimento ou informação como forma aquisitiva. A cartografia é praticada e a nossa formação de cartógrafo se fundamenta em suas vivências do presente, a partir de suas experiências e intervenções, de tal modo que se propõe a um sistema perceptivo e sensitivo, além do saber que é acumulável ou memorizável, tornando em vista a relevância da atenção e de suas problemáticas inseridas em processos de transformações históricas, sociais, individuais, territoriais (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Nessa medida, para tomar-se cartógrafo não basta ler este livro ou outros textos teóricos sobre o assunto. É preciso praticar, ir a campo, seguir processos, lançar-se na água, experimentar dispositivos, habitar um território, afinar a atenção, deslocar pontos de vista e praticar a escrita, sempre levando em conta a produção coletiva do conhecimento. Na aventura cotidiana de uma pesquisa enfrentamos diversos riscos e podemos produzir cartografias melhores ou piores, excelentes ou simplesmente interessantes (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p.203).

Sendo cartógrafos, tanto principiantes quanto já experientes, é possível termos o sentimento de distanciamento do foco, no entanto, são os acontecimentos imprevistos provenientes do território de pesquisa que qualificam o caráter do mapa estudado e nos impulsionam a seguir em frente e a atrair nossa atenção. São os fragmentos que estão soltos, que aos poucos acabam se incorporando e trazendo

os objetivos estabelecidos novamente à tona, a pesquisa cartográfica o é por se disponibilizar a resolver problemas, a se flexibilizar pelo novo, por mapas abertos, enfim, por fazer cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Por fim, compreendemos que o método aqui abordado, requer uma preocupação com os acontecimentos da experiência do presente. Com isso, “o corpo a corpo da pesquisa comporta sempre uma dose de imprevisibilidade e mesmo de aventura” (Passos; Kastrup e Escóssia, 2009, p. 205) formando um diferencial nesse modo de pesquisa tornando-o abrangente e ao mesmo tempo profundo em sua busca por conhecimento.

### 1.2.2 O percurso cartográfico

Durante nosso estudo, de acordo com o que nos era apresentado num dia, pensávamos em formas diferentes de lidar no próximo, pois a cada dia recebíamos novas informações, novas fontes, novas observações, novos espaços a serem conhecidos. No caso da intervenção com as crianças, por exemplo, tínhamos materiais, roteiros, propostas para lidar com estas, porém, ao mesmo tempo, estávamos com o conhecimento de que poderiam ocorrer imprevistos dentro de nossas visitas. Mesmo nos dias que focávamos apenas às crianças do abrigo, por exemplo, não deixávamos de prestar atenção na forma que as profissionais se relacionavam com elas.

Em Foz do Iguaçu, ao todo foram nove instituições visitadas que acabavam se relacionando entre si como uma rede, um fluxo na cidade, e conseguimos entrar em contato com duas adolescentes em suas casas, além de observar alguns dos pontos de prostituição da cidade e conversar com crianças institucionalizadas e os profissionais que nelas atuavam. As instituições eram governamentais e não governamentais que trabalhavam no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Seguíamos de uma instituição a outra por indicação dos próprios agentes e profissionais atuantes respectivos, assim, não fomos à todas as instituições de uma única vez. Por vezes, era necessário mais que uma visita para desenvolver um vínculo com estes e com as crianças e adolescentes nos apresentados. As instituições contatadas em Foz foram 9: CREAS; CRAS; Conselho

Tutelar; Itaipu e Fórum; além de duas ONGs e dois Abrigos. Ainda, por indicação da maioria dos profissionais contatados, reconhecemos a relevância em nos comunicarmos com o NUCRIA<sup>2</sup>, no entanto, foi a única instituição em que não tivemos sucesso em busca de dados, pois os representantes nunca estavam disponíveis a nos atender, tanto pessoalmente quanto por meio de ligações telefônicas. Notamos que isso ocorreu devido ao fato de esse estabelecimento ter uma demanda muito alta de vítimas e denúncias e poucos profissionais disponíveis para o serviço, resultando em nenhum tempo para nós. Quanto às outras fontes, nos receberam e aceitaram nossa presença e confiança.

### **1.3 Caracterização das instituições, crianças e adolescentes**

Nossa primeira relação com o campo foi por meio de telefonemas, com isso agendávamos um encontro pessoal com as pessoas disponíveis da respectiva instituição e explicávamos o projeto deixando uma cópia deste no local proporcionando aos profissionais um aprofundamento mais intenso na temática, que fosse além de nossa conversa.

Após isso, a disponibilidade da instituição e outro retorno nosso à cidade de Foz, fazíamos o possível para agendarmos a entrevista com os profissionais e ainda iniciarmos o contato com as crianças e adolescentes institucionalizados, contato este que ocorreu através de uma aproximação sucessiva. Tivemos o entendimento que não podíamos ser apenas pesquisadores com o intuito de realizar um estudo sem tomar parte dos sentimentos de quem estávamos pesquisando, principalmente no caso das crianças. Por conta disso, tomamos cuidados em lidar com o assunto tão delicado, num grupo que tomamos como sensível. Procuramos nos aproximar aos poucos das crianças e adolescentes, conhecê-las, e fazer-nos conhecidas e a partir dessa troca de afetos, o assunto da violência surgiu juntamente com o assunto de suas histórias, seus interesses, e respectivamente suas vidas. Aqui teremos a cautela de usar nomes fictícios tanto na referência aos profissionais quanto às

---

<sup>2</sup>O NUCRIA é popularmente conhecido como Delegacia da criança e do adolescente e seus agentes atuam nos processos em que crianças e adolescentes são vítimas de crimes (JUSBRASIL, 2015).

crianças e adolescentes por conta de considerações éticas preservando a identidade de cada participante.

#### 1.4 As instituições

Ao todo, entramos em contato com vinte e um trabalhadores atuantes das instituições citadas: seis assistentes sociais; sete psicólogos; uma técnica de empregabilidade; uma pedagoga; uma conselheira tutelar; uma juíza, uma coordenadora de uma das casas-lares e uma mãe social.

Tabela 1: Relação de número de profissionais para cada instituição

<b>Instituição</b>	<b>Profissionais</b>
<b>CRAS</b>	1 Assistente Social
<b>CREAS</b>	2 Psicólogos e 1 Assistente Social
<b>ONG Novos Rumos<sup>3</sup></b>	1 Assistente Social, 1 Psicóloga, 1 Técnica de Empregabilidade, 1 Pedagoga
<b>Conselho Tutelar</b>	1 Conselheira Tutelar
<b>ONG Tribos</b>	2 Psicólogos, 2 Assistentes Sociais, 1 Coordenadora de uma casa-lar
<b>Casa Azul</b>	1 Mãe Social, 1 Psicóloga, 1 Assistente Social
<b>Casa Amarela</b>	1 Psicóloga
<b>Fórum</b>	1 Juíza
<b>Itaipu</b>	1 Administrador, 1 Assistente

Tabela 2: Relação dos nomes<sup>4</sup> dos profissionais com as respectivas instituições que atuam

<b>Profissional</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Instituição</b>
<b>Luíza</b>	Assistente Social	CRAS
<b>Thamires</b>	Psicóloga	Novos Rumos
<b>Luma</b>	Pedagoga	Novos Rumos

<sup>3</sup> Os nomes de todas as ONGs são fictícios para a preservação do sigilo da identidade de cada Organização Não Governamental

<sup>4</sup> Todos os nomes utilizados são fictícios para a preservação da identidade de cada profissional

<b>Carolina</b>	Técnica de empregabilidade	Novos Rumos
<b>Lorena</b>	Assistente Social	Novos Rumos
<b>Milena</b>	Psicóloga	CREAS
<b>Sofia</b>	Psicóloga	CREAS
<b>Rebeca</b>	Assistente Social	CREAS
<b>Rosa</b>	Psicóloga	Casa Azul
<b>Lucy</b>	Assistente Social	Casa Azul
<b>Maria</b>	Mãe Social	Casa Azul
<b>Rute</b>	Conselheira Tutelar	Conselho Tutelar
<b>Cícero</b>	Psicólogo	Tribos
<b>Carla</b>	Psicóloga	Tribos
<b>Débora</b>	Coordenadora de Casa Lar	Tribos
<b>Jéssica</b>	Assistente Social	Tribos
<b>Magali</b>	Assistente Social	Tribos
<b>Eloísa</b>	Psicóloga	Casa Amarela
<b>Adriana</b>	Juíza	Fórum
<b>Cláudio</b>	Administrador	Itaipu
<b>Jenifer</b>	Assistente	Itaipu

Cada instituição possuía sua particularidade e modelo de atuação frente à sociedade, assim é pertinente explanarmos:

#### 1.4.1 CRAS

O CRAS é o Centro de Referência em Assistência Social que visa medidas de prevenção da violência sendo uma unidade pública descentralizada e estatal. Age como uma porta de entrada no Sistema Único de Assistência Social e organiza os encaminhamentos e serviços de Proteção Básica para os cidadãos que se encontram em algum tipo de vulnerabilidade ou risco social. Seu serviço principal tem como objetivo proteger famílias, prevenir a ruptura de vínculos e garantir o

acesso aos direitos e a qualidade de vida (MDS, 2015). O CRAS que conhecemos em Foz localizava-se em um bairro mais distante do centro da cidade, fomos para lá apenas uma vez conversar com a assistente social Luíza. Ela nos informou a realidade da instituição e seu funcionamento bem como a situação dos adolescentes que procuram o local e como são encaminhados. O CRAS de Foz não atende os adolescentes explorados, mas que é ponto de referência para encaminhá-los à ONG Novos Rumos.

#### 1.4.2 Novos Rumos

O Novos Rumos, programa desenvolvido pelo Conselho Nacional do SESI, suportava jovens na faixa etária de 16 a 21 anos de idade que sofreram violência sexual, inclusive a exploração sexual comercial. Essa ONG visava oportunizar aos interessados a inserção no mercado de trabalho através dos estudos e grupos de apoio de equipes multidisciplinares. Lidava diretamente com adolescentes que saíram da exploração sexual comercial e fornecia bolsa de estudos e capacitação profissional para estes se inserirem no mundo do trabalho (VIRA VIDA, 2015). Por forças maiores não foi possível o contato com os adolescentes, mas pudemos conversar com os profissionais ali envolvidos, a psicóloga Thamires; a pedagoga, Luma; a comunicadora social, Carolina; e a assistente social, Lorena . Ao todo, fizemos duas visitas a essa instituição.

#### 1.4.3 CREAS

O CREAS é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, também uma unidade pública estatal, pode abranger o município ou região que se encontra e trabalha com famílias que estão em situação de risco e com seus direitos violados. Esse sistema oferta serviços socioassistenciais de caráter contínuo para essas famílias e indivíduos incluindo acolhida; escuta qualificada; encaminhamentos;

fortalecimento do vínculo entre famílias; interrupção de relacionamentos parentais quando não saudáveis ou indicadores de violação de direitos; prevenção de agravamentos dessas violações e violências e disponibilidade de informações e orientações necessárias referentes aos direitos básicos humanos (MDS, 2015). Sua proteção consiste no trabalho social realizado para médias complexidades. O CREAS que visitamos possuía uma equipe profissional experiente quanto a temática sobre exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, assim pudemos ter contato com essa equipe e conhecer seus discursos acerca do assunto. Os profissionais do local eram representados pelas psicólogas Milena e Sofia além da assistente social Rebeca. Visitamos o CREAS por duas vezes.

#### 1.4.4 Casa Azul

A Casa Azul era uma Casa-Lar para crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violação de seus direitos, por isso, tiveram que se afastar de suas famílias e se abrigarem em outro estabelecimento por ordem judicial, sendo por um período temporário ou não, nesse último caso, as crianças ou adolescentes se sujeitavam a adoção. Os atendimentos nas casas-lares são destinados a um grupo de até 10 crianças e/ou adolescentes e há profissionais que atuam no desenvolvimento e afirmação dos direitos destes, além das mães sociais (MDS, 2015).

A Casa Azul comportava duas casas, ao todo 20 pessoas com idade abaixo de 18 anos. As profissionais que ali trabalhavam, Rosa (psicóloga), Lucy (assistente social) e Maria (mãe social) foram abertas à nossa pesquisa e se mostraram receptivas ao nosso grupo, através disso, tivemos não só de uma forma subjetiva, mas literalmente um espaço para nos relacionarmos com as crianças que poderiam contribuir com a pesquisa, ao todo, eram seis: Ana, Carol, Paulo (esses três são irmãos) e Eduarda, Marcela e Isabela (essas duas últimas são irmãs).

A princípio, as profissionais afirmaram não lidar com nenhum caso de exploração na Casa-Lar, mas quando esclarecemos que se tratava também de trocas de objetos, elas nos passaram os casos das crianças que eram violentadas

pelos próprios familiares e que a mãe se omitia frente a isso para não perder os benefícios financeiros e até mesmo emocionais provenientes do abusador, que em sua maioria era o parceiro destas. Os casos que tivemos contato com essa instituição foram de uma exploração sexual comercial caracterizada por crianças que eram abusadas e por conta disso recebiam presentes do abusador ou então lhes era oferecido dinheiro, entendemos que era uma exploração de via intrafamiliar ou ocasionada por pessoas próximas da família.

Como não tínhamos o propósito de provocar mais uma forma de violência forçando as crianças a falarem novamente no assunto de uma forma desagradável, apresentamos a ideia de nos aproximarmos delas primeiramente, conhecê-las, buscar uma troca afetiva e depois aprofundarmos na temática. Por isso, essa aproximação tanto com as crianças quanto com os profissionais ocorreu através de mais de uma visita à instituição. Proporcionamos dinâmicas de grupos, jogos, brincadeiras para concretização do trabalho. Assim, nos apresentamos àquela casa por 6 vezes.

#### 1.4.5 Conselho Tutelar

Nosso contato com o um dos Conselhos Tutelar da cidade foi muito facilitado graças ao acesso com a presidenta da instituição e conselheira tutelar, Rute. Em todo tempo mostrou-se muito aberta ao trabalho e à emergência do fenômeno apresentado. O Conselho Tutelar é um órgão responsável por zelar os direitos da criança e do adolescente, no entanto, não exerce o poder judiciário, mas tem caráter administrativo. Assim, o conselheiro tutelar é quem atende às denúncias ocasionadas pela comunidade em relação às crianças e adolescentes vítimas de alguma forma de violação de direitos e procura encaminhá-los para instituições e programas que garantam seus direitos (SOUSA, 2008). Visitamos o Conselho Tutelar de Foz por 5 vezes e através do contato com Rute, tivemos a oportunidade de conhecer duas adolescentes vítima de exploração intrafamiliar.

#### 1.4.6 Tribos

A Organização não governamental aqui denominada por Tribos é sem fins lucrativos e desenvolve ações relacionadas com a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes através de uma intervenção social e comunitária. É um trabalho sustentado a partir de pessoas físicas e jurídicas que financiam os projetos existentes, estes são divulgados a nível nacional e internacional. Sobre o acolhimento institucional, cada casa-lar/núcleo familiar existente comportava até nove crianças ou adolescentes abrigados que ficavam sob os cuidados de uma mãe social, também denominada como cuidadora residente. O núcleo familiar estava inserido na comunidade permitindo ao jovem atuar e intervir na realidade local. Os meninos e meninas eram encaminhados pelas autoridades da Infância, como juízes e promotores e abrigados e orientados até possuírem autonomia (ALDEIAS INFANTIS, 2015).

Os profissionais dessa ONG mostraram-se sempre muito receptivos e abertos quanto à temática, foram o psicólogo Cícero, a psicóloga Carla, a coordenadora de uma das casas-lares, Débora, e as assistentes sociais Jéssica e Magali. A Tribos, apesar de se focar com um trabalho de meninos de rua, não deixou de contribuir para a pesquisa. Visitamos essa ONG por 4 vezes.

#### 1.4.7 Casa Amarela

Também era reconhecida como uma Casa-Lar, como nas outras mencionadas. Dessa forma, caso a família da criança ou adolescente institucionalizada viesse a modificar sua condição de vida e demonstrar proporcionar uma situação digna para este, era possível a ocorrência da volta à casa de origem, se não, o jovem entrava em processo de adoção para estar sob cuidados de outra família. Essas decisões dependiam de ordens judiciais. Nesse trâmite, a psicóloga, assistente social e mãe social cuidam da rotina das crianças, e da afirmação de seus

direitos bem como escola, creche dentre outras atividades possíveis. Conseguimos conversar com a psicóloga Eloísa, ao todo fizemos duas visitas.

#### 1.4.8 Fórum

Nosso contato no Fórum foi com a juíza da Vara da Criança e da Juventude, Adriana, responsável por averiguar os casos judiciais de crianças e adolescentes que possuíam seus direitos violados. As Varas da Infância e Juventude são órgãos do Poder Judiciário que aplicavam medidas judiciais necessárias à garantia dos direitos infantis. Esses órgãos eram constituídos por juízes que atuam sob o Conselho Tutelar e Ministério Público (AGUERA, 2011). Pudemos compreender seu olhar sobre a violência sexual na região e um pouco mais de seu trabalho. Conversamos com a juíza por duas vezes.

#### 1.4.9 Observação nas ruas

A observação ocorreu em uma das avenidas mais movimentadas da cidade, popularmente conhecida por haver pontos de prostituição e uma frequência de meninas envolvidas com exploração sexual comercial. Observamo-las em um dia.

#### 1.4.10 ITAIPU

É responsável pelo abastecimento de 17 % da energia elétrica consumida dentro do Brasil sendo considerada a maior geradora de energia renovável e ainda limpa da Terra. É um dos pontos turísticos de Foz atraindo visitantes de diversas regiões do mundo, e por conta de sua potência, não deixa de promover projetos e ações sociais que visem a prevenção e combate contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Sua rede de combate desenvolve campanhas

com o intuito de conscientizar e capacitar trabalhadores na área do Turismo, Educação e Saúde (ITAIPU, 2015).

Muito nos importava entrar em contato com uma indústria extremamente significativa na região que promove projetos no combate da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. A percepção que os representantes Cláudio e Jenifer nos trouxeram foi interessante, visitamos o local uma vez.

### 1.5 Um pouco sobre as crianças e adolescentes

Houveram duas instituições em que tivemos uma interação direta com as crianças e adolescentes exploradas, o Conselho Tutelar e a Casa Azul. Ao todo, foram cinco crianças e três adolescentes. Todavia, através dos discursos dos profissionais, também pudemos compreender sobre as vivências de outros jovens que não estiveram em nosso alcance.

Tabela 3: Relação do número de crianças/adolescentes para cada instituição

<b>Instituição</b>	<b>Quantidade de Crianças e Adolescentes</b>
<b>Conselho Tutelar</b>	2 Adolescentes
<b>Casa Azul</b>	5 Crianças e 1 Adolescente

Antes de explanarmos sobre a realização do processo cartográfico, entendemos a importância de apresentarmos um retrato da realidade de cada criança/adolescente que entramos em contato direto. Em todos os casos estamos utilizando nomes fictícios para preservar a identidade de cada.

Tabela 4: Relação dos nomes<sup>5</sup> de cada criança e as instituições que representam

<b>Criança/ Adolescente</b>	<b>Idade</b>	<b>Instituição</b>
<b>Amanda</b>	13 anos	Conselho Tutelar

<sup>5</sup> Todos os nomes utilizados são fictícios para a preservação da identidade de cada criança e adolescente

<b>Camila</b>	15 anos	Conselho Tutelar
<b>Paulo</b>	6 anos	Casa Azul
<b>Carol</b>	8 anos	Casa Azul
<b>Ana</b>	9 anos	Casa Azul
<b>Marcela</b>	10 anos	Casa Azul
<b>Isabela</b>	15 anos	Casa Azul
<b>Eduarda</b>	9 anos	Casa Azul

### 1.5.1 Amanda

Amanda tinha 13 anos, mas fisicamente aparenta tem 16 ou 17, era morena, com os cabelos longos e negros. Ela ficou abrigada juntamente com sua irmã mais nova por cerca de três meses na Casa Amarela. O principal motivo do afastamento com a família foi devido à exploração sexual que sofria do padrasto por anos indeterminados, mas pelo o que indicava, desde sua infância. Ao denunciar à mãe, a adolescente não recebeu a devida atenção e logo após procurou ajuda com uma psicóloga de uma instituição que Amanda estudava. Depois disso, houve a intervenção do Conselho Tutelar e da Casa-Lar. A adolescente admitiu que o padrasto lhe oferecia dinheiro após os atos sexuais, no entanto Amanda nunca aceitou. O caso é entendido como de exploração sexual comercial ainda porque de acordo com as suspeitas do Conselho Tutelar, a mãe se omitiu frente à violência por receio de não receber os benefícios financeiros do padrasto, bem como o quitamento das contas de água, luz e de alimentos necessários para o mantimento da casa.

### 1.5.2 Camila

Camila, 15 anos, é a irmã mais velha de Amanda, no entanto, parecia ser mais nova, pois era mais baixa e magra, seu modo de falar aparentava um a deficiência intelectual, ela ainda não sabia ler, tinha a pele branca e os cabelos lisos

e negros. Também sofreu do mesmo processo abusivo do padrasto desde a infância, no entanto, por ter saído de casa e ido morar com o namorado, a violência sofrida foi cessada. No momento da pesquisa, o padrasto não convivia mais com a mãe das adolescentes por conta da intervenção do Conselho Tutelar.

### 1.5.3 Paulo

Paulo tinha 6 anos de idade, estava sob os cuidados da Casa Azul. Tinha os cabelos loiros e os olhos azuis. Sofreu exploração sexual comercial do pai, além de agressões físicas. A criança recebia doces e brinquedos em excesso, entendidos pelas profissionais da Casa-Lar onde estava abrigado, como uma forma de pagamento pelos atos sexuais. Paulo não sabia o motivo de estar afastado da família.

### 1.5.4 Carol

Carol, 8 anos de idade, era irmã de Paulo, loira, magra e com os olhos verdes também sofreu exploração do pai.

### 1.5.5 Ana

Irmã de Paulo e Carol, tinha 9 anos. Também era loira, magra dos olhos claros e seu modo de falar era aparente de um adulto. Utilizava vocábulos distantes dos infantis e tinha conhecimento do motivo de estar na Casa Azul. À Ana lhe era oferecido dinheiro após a violência sexual, no entanto, ela também não aceitava.

### 1.5.6 Marcela

Marcela tinha 10 anos, a pele mais morena, e os cabelos pretos e encaracolados. Sofreu agressões físicas da irmã usuária de drogas e negligência da mãe, além dos abusos sexuais vivenciados pelo padrasto. Esses fatos resultaram na fuga da criança de casa e sua morada na rua. Através de denúncias, a menina acabou indo morar na Casa Azul.

### 1.5.7 Isabela

Isabela, 15 anos, era uma das irmãs de Marcela, também morena dos cabelos encaracolados, possuía uma deficiência intelectual tendo dificuldades na fala e escrita. Acabou passando pelas mesmas situações que a irmã e resultando no afastamento familiar.

### 1.5.8 Eduarda

Eduarda tinha 9 anos, era tímida, falava moderadamente tanto em grupo quanto individualmente. Estava na Casa-Lar por, principalmente, ter sofrido negligência dos pais que eram alcoolistas e estavam passando por um processo de tratamento para poderem conviver com a criança novamente. A menina ainda vivenciou exploração sexual através de um vizinho que lhe era conferido seus cuidados e fornecia ajudas financeiras aos pais alcoolistas por isso gerando estranhamento na equipe profissional do Conselho Tutelar e da Casa-Lar. Eduarda recebia dinheiro e presentes do vizinho.

## 1.6 A jornada

Como cartógrafos, nos aproximamos do campo como estrangeiros visitantes de um território que não habitamos. O território vai sendo explorado por olhares, escutas, pela sensibilidade aos odores, gostos e ritmos (BARROS; KASTRUP, p.61).

Com todas nossas viagens e estadias em Foz do Iguaçu passamos ao todo 20 dias pesquisando na cidade, o primeiro dia foi 24 de Setembro de 2013 e o último 17 de Janeiro de 2014. Nesse tempo foram seis viagens de Irati-PR a Foz do Iguaçu-PR. As vezes nos hospedávamos por quatro dias, as vezes por três ou dois. Consistiram cerca de 4 meses de cartografia, trocas afetivas, estudos, buscas, investigações, observações, análises e descobrimentos sobre a temática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. E com isso, tivemos a oportunidade de expressar como o trabalho percorreu.

### 1.6.1 A primeira vez em Foz do Iguaçu

Em nossa primeira vez em Foz do Iguaçu, pesquisamos desde 24 Setembro de 2013 a 25 do mesmo mês e ano. No primeiro dia conversamos com Cícero (coordenador) e Henrique (psicólogo), atuantes da ONG Tribos e explanamos sobre nossa proposta de pesquisa, estes afirmaram que a equipe de profissionais dali já trabalharam com casos desse perfil e que era possível de contribuir com suas experiências.

Nesse mesmo dia, fomos a ONG Novos Rumos com o mesmo objetivo, no entanto, por ser uma instituição que lidava diretamente com adolescentes que saíram da exploração sexual comercial tínhamos a expectativa de entrar em contato com estes também, mas por segurança e não liberação dos administradores da ONG, pudemos entrar em contato apenas com Thamires e Luma que nos esclareceram sobre a realidade da cidade e do local e se disponibilizaram a fazer parte da pesquisa.

No outro dia fomos à Casa Azul fazer a apresentação da pesquisa, quem nos recebeu foi Rosa e Lucy, afirmaram, a princípio, que não tinham casos de crianças abrigadas que poderiam participar do estudo, mas ao esclarecermos que a exploração sexual comercial também envolvia a troca de objetos, como brinquedos, ou de favores, elas acabaram nos indicando seis crianças que nós poderíamos conhecer. Deixamos claro que antes da intervenção, era necessário criarmos um vínculo com as crianças e assim buscar uma troca afetiva, sendo um processo que ocorreria a partir de várias visitas a casa.

Nesse dia ainda fomos ao CREAS, recebidos por toda a equipe profissional, apresentamos o projeto e estes se disponibilizaram a nos fornecer dados por meio de suas próprias vivências e ainda entrar em contato com crianças e adolescentes, se interessados. No entanto, alertaram que é um público em grande parte desinteressado com a relação com a instituição, ainda por esta se localizar distante do centro da cidade, dificultando seu acesso. Foram dias de apresentações e ao mesmo tempo de início de imersão no mundo cartográfico.

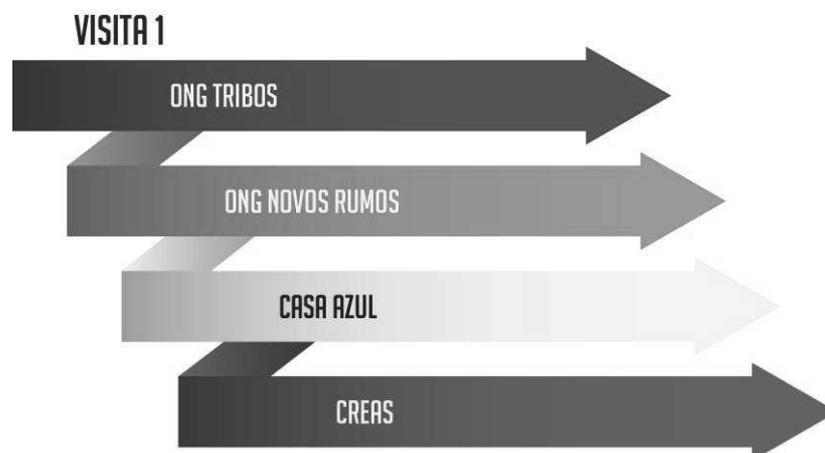


Figura 7: Fluxo ocorrente na primeira visita a Foz do Iguaçu

### 1.6.2 A segunda vez

No dia 15 de Outubro de 2013 visitamos o Conselho Tutelar, quem nos recebeu foi Rute, e esta afirmou que a instituição atendia muitos casos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes provenientes do Brasil,

Paraguai e Argentina provenientes das cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú. A conselheira disse ainda que sobre os principais pontos de prostituição de Foz e sobre a dificuldade das organizações policiais em combater essa violência, relacionada ao tráfico e uso de drogas. Comentou ainda sobre meninas paraguaias que vinham ao Brasil com o intuito de trabalharem como empregadas domésticas, mas que são enganadas por aliciadores e acabavam na exploração sexual comercial. Dali combinamos de acompanhá-la em suas próximas visitas, em seus casos, já que Rute se disponibilizou em auxiliar.

No dia 16 de Outubro de 2013 fomos à Casa Azul novamente, havíamos combinado com as responsáveis do local de fazer uma dinâmica com todas as crianças, incluindo as que não iriam participar da pesquisa, pois aquele primeiro dia era apenas para nos apresentarmos aos meninos e meninas, e fazer-nos conhecidos por estes. Como a casa-lar comportava duas casas, no período da manhã ficamos em uma – para seis crianças - e a tarde em outra – para sete crianças. Fizemos a mesma proposta para ambas, a de desenharem em um papel o que mais gostavam de fazer, nisso íamos conversando com elas, descobrindo sobre seus gostos e interesses. A maioria participou, era comunicativa e afetuosa. Por fim, explicamos que iríamos voltar mais vezes e que gostaríamos de conhecê-las mais.



Figura 8: Fluxo ocorrente na segunda visita a Foz do Iguaçu

### 1.6.3 A terceira vez

Dessa vez, não fomos em quatro pesquisadores para Foz do Iguaçu, apenas em dois, eu e minha colega de mestrado. Era 13 de Novembro de 2013, nos encontramos com os psicólogos Carla e Henrique da ONG Tribos, novamente

apresentamos nosso projeto, Carla mencionou de um caso que atendiam, mas que possivelmente, essa pessoa não se interessaria em participar da pesquisa. Ainda comentou possibilidade da equipe em compartilhar suas vivências pela instituição. Frente a isso, combinamos que em nossa próxima oportunidade, iríamos avisá-los se poderíamos visitá-los novamente e conversar mais a fundo sobre a temática.

Nesse mesmo dia retornamos à Casa Azul, a proposta para as crianças daquele dia foi a de fazer dobraduras de papel, o resultado da dobradura acabou sendo um coração e nele as crianças poderiam desenhar ou escrever quem lhes era importante, como amigos ou familiares. Algumas chegaram a nos desenhar. Nesse dia, pudemos acompanhar apenas uma casa, pois não tínhamos a mesma disponibilidade de horários que a da Casa Azul para aquela semana, as crianças também tinham seus outros afazeres. Assim, nos despedimos das crianças e dissemos que o antes possível, iríamos voltar.

Em 14 de Novembro de 2013 fomos novamente ao Conselho Tutelar, Rute nos convidou a acompanhá-la em algumas de suas visitas rotineiras e em compartilhar casos relacionados com a exploração sexual comercial de meninos e meninas. A primeira visita foi a um bairro mais distante do centro da cidade, e extremamente desfavorecido economicamente, Rute iria nos apresentar uma família em que duas jovens haviam sido abrigadas devido à negligência por parte da mãe e à violência sexual sofrida pelo padrasto. A adolescente tinha 13 anos, e sua irmã mais nova, 9. Havia outra irmã, Camila, de 15, também havia sofrido violência, mas não passou pelo abrigamento por não conviver mais com a família de origem. O caso foi considerado como de exploração sexual comercial, pois a mãe tinha ciência do abuso, e não se mobilizava frente a isso por ser dependente financeiramente do padrasto. No caso, esta tirava proveito da violência para o sustento da casa. No entanto, ao chegarmos na residência, não havia ninguém em casa. Partimos em busca de contato com outra adolescente, 11 anos, de acordo com a conselheira tutelar, a jovem havia passado por três abortos. Ao chegarmos no local de trabalho da mãe da menina, esta nos informou que a adolescente não residia mais na cidade, estava morando com o pai.

Seguimos com a conselheira, dessa vez, para a Casa Amarela, onde Rute apresentou-nos Eloísa e Fernanda, psicóloga e assistente social do local, à elas, pudemos expor o projeto, e estas se disponibilizaram a compartilhar de suas

experiências em uma outra oportunidade e a entrar em contato com uma mulher, que cresceu naquela Casa-Lar, esta quando adolescente, era explorada sexualmente e comercialmente e se concordasse, poderia participar da pesquisa. Rute pôde discutir com as profissionais sobre alguns dos casos que acompanha, logo após trocamos contatos e nos despedimos.

No dia 15, fomos novamente ao Conselho Tutelar, nos encontramos novamente com Rute, esta se disponibilizou a ir mais uma vez visitar a casa que no dia anterior estava vazia. Ao chegarmos no destino, não havia ninguém, porém, dois moradores do bairro nos informaram que aquela família estava morando em outra rua, fomos à procura da casa correta e encontramos. Pudemos conhecer a família, inclusive as três filhas, nos apresentamos, conversamos, mas não falamos o que estávamos pesquisando, apenas que éramos psicólogas. Como a mais nova não se socializava, conseguimos marcar um encontro apenas com Amanda, a de 13 anos. O encontro seria no Conselho Tutelar. Rute nos ajudou na conversa, disse que gostaríamos de conhecer mais Amanda, assim, a família aparentou estar confortável e segura com a situação, já que éramos estranhas no local. Trocamos telefonemas, agendamos uma data e estávamos prontas para continuar a intervenção. Logo após, nos despedimos de todos, e agradecemos Rute.

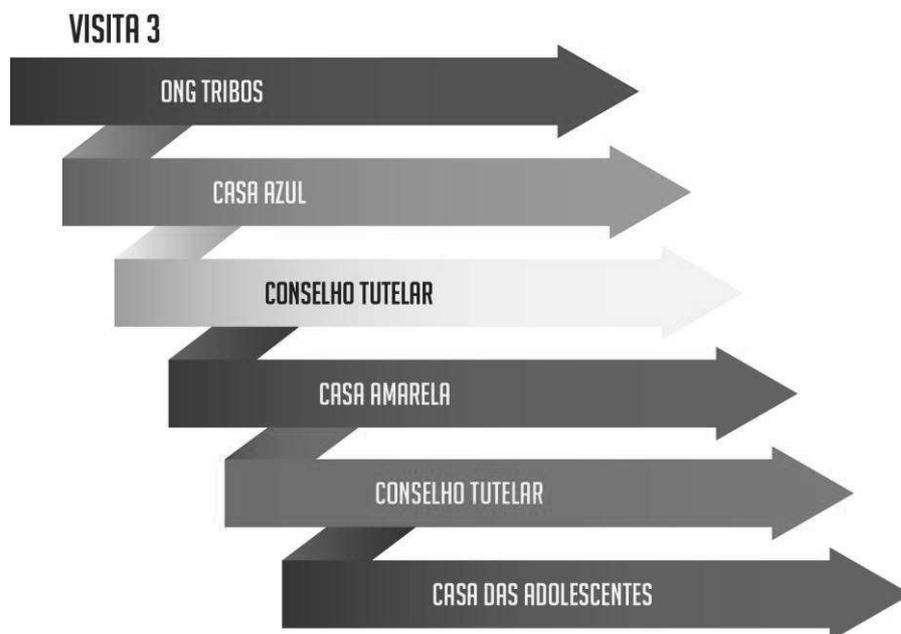


Figura 9: fluxo ocorrente na terceira visita a Foz do Iguaçu

#### 1.6.4 A quarta vez

Era dia 26 de Novembro de 2013, dia de encontrar com Amanda no Conselho Tutelar, como éramos em quatro pesquisadores, concluímos que seria um tanto quanto intimidador todos conversarmos com a adolescente, por isso, fomos apenas eu e Luana. Ao chegarmos ao local, Amanda já estava esperando acompanhada de sua irmã Camila. Aproveitamos a oportunidade e pedimos para que ambas entrassem em uma das salas que Rute havia reservado para nosso uso e iniciamos uma conversa com estas. O primeiro assunto foi o de nos apresentarmos novamente, e esclarecermos de que gostaríamos de conhecê-las, nos aprofundar sobre seus sentimentos enquanto uma estava abrigada e a outra não, até aos poucos, entrarmos no motivo do abrigo. Foi um espaço de escuta para ambas, que afirmaram ter sido um momento triste, de choro e dificuldade em não poderem se ver com frequência. Afirmamos que se distanciar de quem amamos não é fácil, e lembramos que agora podem se ver novamente.

Logo após, sugerimos uma atividade para as meninas, a “Linha do Tempo”<sup>6</sup>, serve como um dispositivo para conhecer uma parte do passado do sujeito, incluindo aquilo que lhe foi agradável ou não. Nisso, ambas acabaram compartilhando sobre a violência sexual sofrida pelo padrasto. Amanda afirmou que ele lhe oferecia dinheiro, mas ela nunca aceitava e depois de um tempo, procurou ajuda, o que resultou na Casa-Amarela. Jaqueline sofria abusos também, mas na época da denúncia, não sofria mais, pois morava com o namorado. Acrescentamos ainda a importância da denúncia. Dissemos que Amanda foi corajosa em falar e que se alguém quiser tocá-las novamente de uma forma desagradável, elas têm o direito de denunciar. Conversamos sobre outros assuntos, como namoro, escola, futuro e por fim, dissemos que foi agradável conversar com elas e que gostaríamos de revê-las em nossa próxima vinda à cidade.

No dia 27 de Novembro de 2013 retornamos a Casa Azul, mas dessa vez, iríamos iniciar encontros individuais com cada criança que estava no perfil da pesquisa, a psicóloga e assistente social do local concordaram. A proposta era que

---

<sup>6</sup>A “Linha do Tempo” consiste em uma atividade catalisadora para que o sujeito através da criação de uma linha do tempo sobre sua história de vida aponte os momentos que lhe foram importantes, bem como nascimento, relacionamentos amorosos, alegrias, tristezas, perdas, dores, dentre outras situações.

enquanto eu e Luana ficássemos com uma criança por vez, Bruno e Léo proporcionavam dinâmicas e brincadeiras entretendo o restante. Naquele dia, os encontros individuais ocorreram com Ana, Carol, Paulo, Eduarda, Isabela e Marcela. Com essa nova tática, podíamos ouvir com mais atenção o que cada criança tinha a dizer. A atividade do dia para estas foi a de desenharem o que faziam em seu dia-a-dia. Todos os encontros ocorreram na biblioteca do local, propícia para sentar, escrever, ler e desenhar. Nem todas as crianças aderiram ao sugerido, no caso de Paulo, tivemos que lhe contar histórias, e nisso fazendo perguntas relacionadas com seu dia-a-dia, Carol já não falava conforme os outros encontros, estava mais retraída, frente a isso, tínhamos que fazer perguntas para que esta conversasse conosco. Assim, íamos criando um espaço singular que dizia respeito a um momento de escuta e conhecimento para aquelas crianças. Ao compreendê-las individualmente pudemos interpretar suas realidades de maneira mais aprofundada.

No dia seguinte, eu e Luana visitamos a ONG Novos Rumos para entrevistar as profissionais do local e ouvir suas opiniões acerca da exploração sexual comercial dos adolescentes que estas lidavam na instituição. Passamos a manhã entrevistando-as, tanto a psicóloga, a pedagoga, a assistente social e a técnica de empregabilidade do local contribuíram de modo significativo para a pesquisa.

No dia 29, nós todos fomos ao Fórum da cidade, mais precisamente no departamento da Vara da Criança e da Juventude. Ali tivemos a oportunidade de sermos recebidos pela juíza Adriana. Esta ouviu acerca do nosso estudo, pediu que enviássemos via e-mail, pois dessa vez não tínhamos em mãos como das outras vezes, Adriana demonstrou interesse em contribuir com o estudo. Comentou rapidamente sobre seu olhar frente à Foz do Iguaçu quanto à temática e combinamos que iríamos agendar um próximo encontro para maiores esclarecimentos após ela fazer a leitura do projeto.

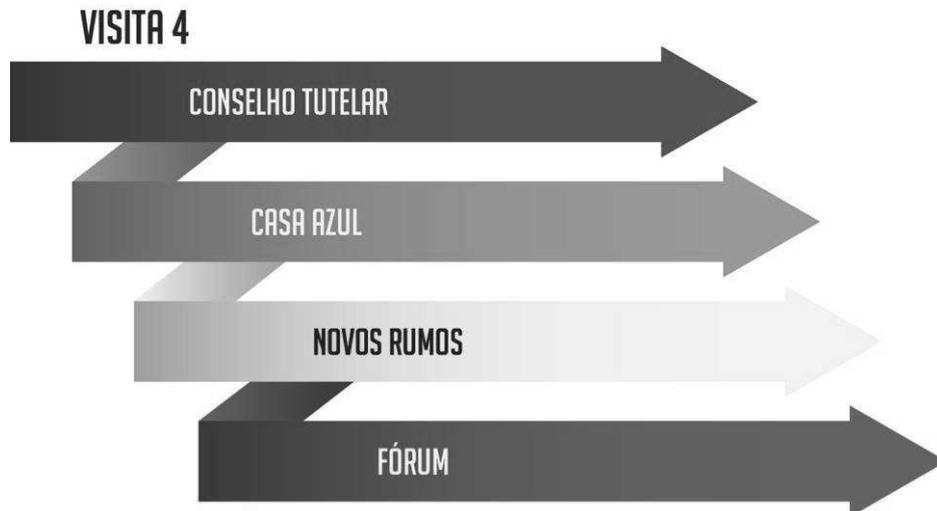


Figura 10: Fluxo ocorrente na quarta visita a Foz do Iguaçu

#### 1.6.5 A quinta vez

Em nossa quinta ida à cidade, a pesquisa iniciou-se no dia 09 de Dezembro de 2013. Iniciamos logo observando uma avenida popular do local, indicada por Rute, do Conselho Tutelar e pelas profissionais da Casa Azul. A avenida era repleta de hotéis e motéis e conhecida por haver pontos de prostituição. Fomos observar cerca de 20:00 h, e percebemos grupos de três ou quatro mulheres, algumas com roupas justas ao corpo, outras não. Pela aparência, notamos a presença de menores de 18 anos, no entanto, sabíamos que ao abordá-las, não iriam admitir que estavam ali ilegalmente, por receio de que fizéssemos algum tipo de denúncia. Assim, nos atentamos em observar, no entanto, não ficamos por ali por um longo período de tempo, pois o local não era seguro.

No dia 10, retornamos ao Conselho Tutelar para fazer uma entrevista com Rute, como já estávamos familiarizadas com ela, perguntamos se seria possível dessa vez ter a presença do Léo também, ela aceitou e como de costume, contribuiu fortemente para a pesquisa. Logo após, aguardamos a presença de Amanda e Camila para que eu e Luana fossemos conversar novamente com elas, no entanto não apareceram.

No dia seguinte seguimos para a Casa Azul, os acompanhamentos individuais que eu e Luana, em dupla fizemos na parte da manhã na biblioteca foi com Marcela, Carol, Paulo e Ana. Enquanto isso, Bruno e Léo disponibilizavam brincadeiras com o restante. A proposta do dia era a de conhecer a casa dessas crianças, com quem moravam antes de virem para Casa Azul, como era a convivência nessa casa, o que gostavam, o que não gostavam e como se sentiam em relação à casa-lar. Diante disso, solicitamos que desenhassem suas respectivas casas contribuindo para que pudéssemos dialogar sobre a temática.

Enquanto desenhava, Ana disse que quando convivia com a mãe e o padrasto morava com 13 pessoas e se sentia bem nessa casa, no entanto, ao morar com o pai não gostou, admitiu que ele “mexia com ela<sup>7</sup>”, oferecia dinheiro, e ela depois rasgava. No momento de Marcela, a criança afirmou não gostar de conviver em sua casa, pois sofria maus tratos de sua irmã dependente de cocaína e negligência da mãe. Falou ainda que seu padrasto “mexia” com ela, e que era “muito chato”. Carol, irmã de Ana, ao desenhar, fez o desenho da casa que convivia com o pai, diferente da irmã, relatou que não gostava de morar nessa residência, mas que tinha vergonha de dizer o motivo. Na vez de Paulo, que se recusou a desenhar, tivemos que usar um dispositivo diferenciado, contar uma história, e aproveitamos a biblioteca para isso. No livro escolhido, falava-se de família, assim, aproveitamos para discutir sobre a história do livro e daquela criança, Paulo também se recordou da casa do pai, disse que ele era “muito ruim”, que não gostava dele, mas demonstrava sentir saudades da mãe. Nossa intenção não era de invadirmos a privacidade das crianças, nem muito menos fazê-las relembrem os momentos de sofrimento, assim, enquanto estas não nos davam liberdade de falar sobre suas lembranças em suas casas, não fazíamos muitas perguntas, mas entendíamos a importância de respeitar a saúde emocional de cada uma.

No período da tarde, tivemos um momento ainda com Isabela e Eduarda. Nesse dia, Isabela tinha outro compromisso, por isso fomos breves com ela. A adolescente se recusou a desenhar, dizia que gostaria de conversar, com isso aproveitamos para perguntar como era a outra casa que habitava. Isabela afirmou que não gostava de conviver lá devido ao mesmo motivo apresentado por Marcela - à violência que sofria da irmã. Afirmamos que estávamos contentes de agora ela

---

<sup>7</sup>O vocábulo “mexer”, nesse sentido, está relacionado com a violência sexual sofrida como abuso ou exploração.

estar num ambiente seguro, livre da violência familiar. Ela ainda disse que gostava da casa-lar. Logo após, precisou sair e com isso, iniciamos com Eduarda. Essa criança quis mostrar seu álbum de fotografias, aproveitamos para através das fotos conhecer seus familiares, mas ali só havia seus irmãos. Ela contou que os pais são alcoolistas e por isso está vivendo na Casa Azul com os irmãos. Disse que gostava de viver na casa que morava, que uma das coisas que fazia lá era brincar. Eduarda esperava a recuperação dos pais para voltar a conviver com eles.

Por fim, fomos no dia 13 de Dezembro para a ONG Tribos, entrevistamos Carla que detalhou o caso de uma adolescente explorada sexualmente e comercialmente que acompanham na ONG. Logo após entrevistamos Débora e Henrique que não deixaram de compartilhar suas experiências com o caso que ainda convivem e com os que já conviveram.

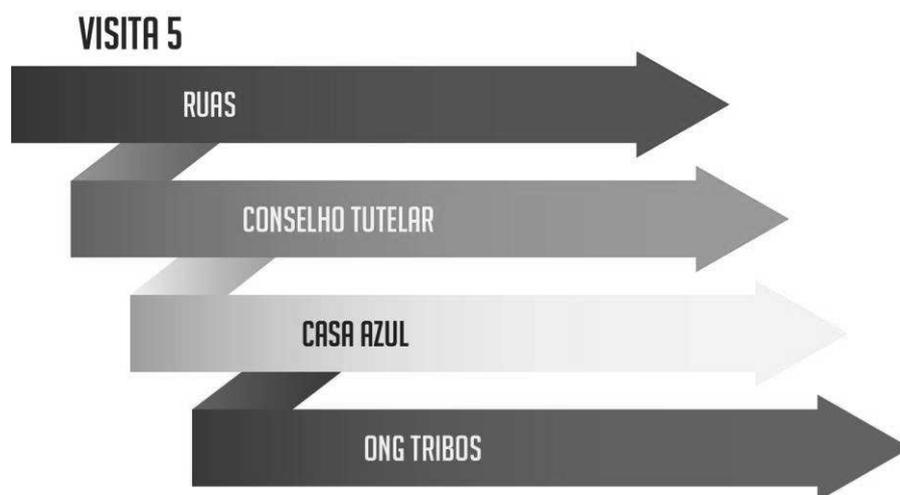


Figura 11: fluxo ocorrente na quinta visita a Foz do Iguaçu

#### 1.6.6 A última vez

Em nossa última vez na cidade, vimos a importância de encerramos a intervenção com as crianças da Casa Azul e finalizar o estudo com as demais instituições, dessa vez, somente eu e Luana havíamos ido a Foz. No dia 14 de Janeiro de 2014 fomos á Itaipu expor nossa pesquisa e entrevistar os representantes dos projetos sociais voltados às crianças e adolescentes ali

existentes. Cláudio e Jenifer nos receberam, falaram sobre os projetos sociais da empresa, incluindo os de prevenção à violência sexual e ouviram a nossa proposta. Logo após pudemos entrevistá-los coletivamente e compreender suas visões sobre a realidade na cidade. Nesse mesmo dia, fomos ao Fórum discutir sobre a temática com a juíza Adriana e pudemos compreender mais sobre sua percepção em relação à violência sexual infantil na cidade.

No dia 15 de Janeiro de 2014 visitamos a Casa Amarela e pudemos conversar com a psicóloga Eloísa, por mais que não assumisse ter muita experiência com a temática, contribuiu profundamente. Sobre o contato com a possível mulher que já havia passado pela Casa Amarela e que poderia auxiliar no estudo através de sua própria vivência com a exploração sexual, não se concretizou.

Em seguida, nos direcionamos para a Casa Azul, como seria o último momento com as crianças, demos a liberdade para escolherem a atividade do dia e aproveitamos para anunciar nossa finalização de visitas. A primeira criança que tivemos o momento individual foi Paulo, ele pediu para que lêssemos histórias à ele, já Ana, nos escreveu uma carta dizendo que gostava muito de nós. Com Carol, também lemos algumas histórias de um dos livros das bibliotecas, não diferente com Marcela. Por fim, entramos em contato com Eduarda e Isabela e assim como foi com todas as crianças, não deixamos de dizer o quão gratificante foi conhecê-las. Pudemos ainda dialogar com estas sobre um pouco mais de suas rotinas.

Em 16 de Janeiro de 2014 entrevistamos a assistente social de um CRAS da cidade, ela nos explicou que os adolescentes explorados sexualmente e comercialmente não são acompanhados pela instituição, mas encaminhados para a ONG Novos Rumos, e percebem o CRAS como um local de referência para esse encaminhamento. No entanto, a profissional possuía vivências e práticas para compartilhar contribuindo com a pesquisa.

Logo após fomos à ONG Tribos e entrevistamos as assistentes sociais Jéssica e Magali que compartilharam suas experiências com os adolescentes e crianças que já passaram pela instituição por estarem envolvidos com a exploração sexual comercial. E, por fim, fomos ao CREAS entrevistar as profissionais do local e assim como em todos os discursos, notamos um desabafo dos trabalhadores frente a realidade da cidade e sobre os recursos limitados que possuem para enfrentar a violência sexual na infância.

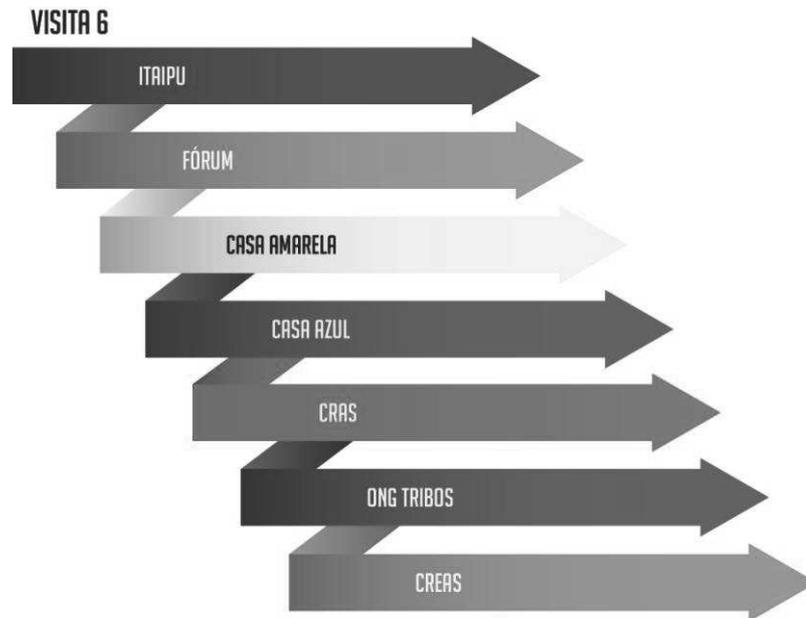


Figura 12: Fluxo ocorrente na sexta visita a Foz do Iguaçu

## 2. A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS SOBRE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS COM A ESCCA

Para compreender a ESCCA na cidade vimos como primordial entrarmos em contato com os profissionais que atuavam no combate desse fenômeno, diante disso, apresentamos o discurso desses trabalhadores frente à temática apresentada. Chegamos à conclusão de que os profissionais trouxeram à tona quatro principais assuntos envolvendo as características de Foz do Iguaçu enquanto cidade de fronteira, o forte uso de drogas na região, discussões sobre gênero e sobre suas percepções quanto às crianças e adolescentes explorados sexualmente e comercialmente.

### 2.1 Um pouco mais sobre Foz do Iguaçu

Vimos que a cidade estudada, diante da realidade da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, além de se constituir enquanto fronteira entre a Argentina e Paraguai e como centro turístico, possuía uma realidade peculiar

sobre a situação de suas políticas públicas, e sobre os consumidores e aliciadores do fenômeno.

### 2.1.1 A situação das políticas públicas e a ESCCA de Foz do Iguaçu

Apesar das diversas instituições mencionadas que nós procuramos para a concretização do trabalho, notamos que embora os projetos e programas que visem o combate da ESCAA e do desenvolvimento dos direitos humanos infantis, encontramos profissionais que não se vêem em uma situação de trabalho favorável o suficiente para promover uma condição apropriada às crianças e adolescentes violados. Notamos isso através de falas que apresentavam uma espécie de desabafo e até cansaço quanto a condição encontrada, pois para abolir essa forma de violência, era necessário atingir diversas outras redes de crimes e de outras violações que são, muitas vezes organizadas e ocultas. Eram inúmeros os casos a serem ditos. A conselheira tutelar Rute comentou sobre a temática que:

*“[...] é um campo muito delicado, (...) porque é uma organização bem montada, tem estratégias bem definidas, então, pra você poder conseguir abordar, pegar e até abrir inquérito não é sempre que a gente consegue. Tem vários casos que a gente tem conseguido e são essas experiências que motivam a gente para não desanimar [...]” RUTE.*

Nisso, percebemos que havia uma luta contra essa forma de violência, mas ao mesmo tempo, acabou sendo desfalecida por não conseguir acompanhar a altura e profundidade do fenômeno aqui abordado. Conforme Moraes (2009), é preciso considerar que a ESCCA é um fenômeno complexo devido aos mais variados atores envolvidos, sobre isso, Leal (1999) ainda reflete que a violência sexual acaba não sendo compreendida como localizada, mas um processo de redes que se articulam com outras formas de violência e de crimes. Lidar com a exploração de crianças de Foz do Iguaçu não é o suficiente, se os casos de Ciudad del Este e Puerto Iguazú

são constantemente presentes e não há estrutura política adequada para lidar com isso. Sobre isso, a assistente social da Casa Azul, Lucy, ainda comentou que:

*“É bem complicado. Porque o município de Foz do Iguaçu tem tantos adolescentes do Paraguai, como da Argentina, de Foz do Iguaçu, aí as vezes o Conselho Tutelar atende essas meninas, elas não querem falar o endereço onde elas moram, eles não podem colocar dentro de uma casa-lar porque não tem casa de passagem<sup>8</sup> aqui em Foz e daí a gente também não aceita porque não tem documentação brasileira. Às vezes eles (Conselho Tutelar) falam que ficam perambulando horas com essa criança, adolescente, dentro do carro e a demanda é grande [...]” LUCY*

A cidade enfrentava a falta de uma Casa de Passagem o que dificultava a concretização do trabalho de diversos profissionais, principalmente os da Assistência Social. Percebemos que assim como a exploração é bem articulada na Tríplice Fronteira, há uma desorganização nas redes para lidarem frente a isso, devido a grande demanda e a dificuldade de acesso a essas crianças e adolescente. Como já indicado por Sprandel (2005), há políticas, mas insuficientes. Pois a realidade da fronteira enfrentava não apenas um fluxo de turistas que se interessam pelas Cataratas do Iguaçu ou pela Itaipu, mas por conta do turismo sexual (MORAES, 2009) além dos violadores existentes na própria cidade e dos casos intrafamiliares.

Thamires, a psicóloga do Novos Rumos ressaltou sobre a jovialidade das crianças e adolescentes que estão sob situação de exploração sexual na fronteira:

*“[...] meninas assim de onze, doze anos, paraguaias, estão ali são exploradas, com doze anos elas já engravidam, quando elas tem vinte anos o filho de dez já está indo junto, é bem complicado, aí o Conselho do Brasil pega e leva pro Paraguai, fica cinco minutos no Paraguai e eles estão aqui de volta [...]” THAMIRES*

Sobre isso, ainda notamos sobre o déficit das assistências governamentais provenientes da área da Saúde e até Educação de ambos os lados da fronteira entre

---

<sup>8</sup> Uma Casa de Passagem possui como principal objetivo abrigar temporariamente pessoas que tiveram seus direitos violados, principalmente no caso de crianças e de adolescentes, essa estrutura aguarda a regularização da situação judiciária pelo Juizado e Conselho Tutelar da vítima acolhida (PREFEITURA DE CAXIAS, 2015).

Brasil e Paraguai (Foz do Iguaçu e Ciudad del Este) não abrigando ou dando suporte para situações como essas.

Compreendemos que os jovens não estavam sendo atendidos devidamente quanto suas necessidade de saúde relacionadas à sexualidade e à reprodução. Consequentemente, serviços de saúde deparavam-se com dificuldades para um atendimento propício incluindo os profissionais de saúde. As crianças e adolescentes acabavam muitas vezes não sendo reconhecidos como participantes de uma vida sexual e principalmente reprodutiva não recebendo uma devida atenção e investimento dos serviços de saúde (BRASIL, 2007).

Entendemos que por mais que diferentes profissionais venham a identificar os casos de exploração, estes são interrompidos momentaneamente e logo voltam ao mesmo estado de violência. Em relação a Argentina, Thamires disse que apenas maiores de 18 anos tinham esse acesso, pois são exigidos documentação e acompanhamento dos pais, no caso de meninos ou meninas. No entanto, através do discurso de Rute, há casos provenientes de todos os países da Tríplice Fronteira.

Sobre isso, a assistente social, Lorena, mencionou sobre a falta de controle na entrada e saída de pessoas no Paraguai permitindo a exploração sexual que ao mesmo tempo, tão detectada na fronteira, não sofre denúncias e encaminhamentos com freqüência, controle este destinado às redes de segurança da região. A Polícia Federal, responsável em fiscalizar os crimes que passam pela fronteira, muitas vezes se atentava ao tráfico de produtos ilegais e até de drogas, mas não o de crianças e adolescentes ou à violência ali emergente. Contudo, a psicóloga Eloísa, responsável pela Casa Amarela, afirmou uma movimentação social em prol da conscientização da cidade sobre a importância de extinguir essa forma de violência:

*“Até no Fórum a gente tem algumas reuniões relativas a essa questões de fazer campanhas, palestras, nas escolas sabe, para as pessoas estarem conscientes de refletirem sobre o assunto pelo menos, de colocarem o que é certo e o que errado [...]”* **ELOÍSA**

No entanto, não podemos deixar de mencionar que a época que a investigação ocorreu era a de meses antecedentes da Copa do Mundo 2014, com sede no Brasil. Essa informação nos levou a compreender a mobilização da cidade turística para evitar não só a agravação da exploração sexual comercial de crianças

e adolescentes como impedir ainda uma imagem mundial de que Foz do Iguaçu é fortemente mobilizada por violência infantil. Luísa, a assistente social do CRAS, com um pensamento não diferente das demais profissionais, relatou:

*“Nós estamos em uma divisa e eu vejo muito pouco ainda em relação à divisa [...]”*

### **LUÍSA**

Contraditoriamente, segundo Cláudio, trabalhador da Itaipu, ele nos informou que a Hidrelétrica atua no desenvolvimento dos mais variados programas na defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, envolvendo políticas de prevenção como a distribuição de folhetos e adesivos contendo informações sobre a violência sexual e episódios de envolvimento e lazer com crianças e adolescentes de comunidades carentes:

*“A gente sempre busca parceiros pra incentivar e fortalecer essas políticas públicas e a gente nota que embora falte muito ainda, algumas coisas tem funcionado [...]”*

### **CLÁUDIO**

No entanto, notamos que apesar do pensamento esperançoso e positivo do administrador, juntamente com o discurso da maioria dos profissionais que entramos em contato, os programas e a estrutura da cidade ainda são insuficientes.

*“É um trabalho de prevenção que tem que ser feito (...) tem tanta coisa acontecendo, mas muita coisa ainda precisa ser feita num trabalho de prevenção, de conscientização, de aglomerar muito mais grupos, muito mais união, por que é uma realidade muito forte aqui.”* **DÉBORA**

Assim, entendemos que não podemos nos conformar ou acomodar com a situação das instituições e programas desenvolvidos em Foz do Iguaçu, pois de acordo com a demanda de violência e exploração, ainda há muito o que percorrer no sentido de prevenção e intervenção.

Frente a isso, o discurso dos profissionais mencionados resultou numa percepção quase que única considerando a realidade de fronteira em que Foz do Iguaçu encontra-se em meio a falta de políticas que combatam adequadamente a

exploração sexual comercial de jovens na região *versus* a expansão e organização da violência dificultando sua abolição. É necessário uma maior capacitação dos agentes combatentes e um investimento em melhores condições de trabalho e em mais pessoas que visem colaborar com a efetivação dos direitos desses jovens.

Notamos que em Foz, não há políticas públicas que possam combater com a violência abordada indicando falhas em seus sistemas de proteção e defesa (MORAES, 2009) além de sua escassez (LEAL; LEAL; LIBÓRIO, 2007). Assumimos ainda a importância de compreender o período do desenvolvimento humano, inclusive o da adolescência, como uma fase que necessita de atenção e recursos especializados (ABERASTURY; KNOBEL, 1985) e também devemos considerar o contexto social e histórico que esses jovens estão inseridos (LEVI; SCHMITT, 1996).

#### 2.1.2 A ESCCA envolve violadores de todas as classes sociais

Foi-nos interessante notar que na região estudada, os exploradores se caracterizavam por participar das mais diversas classes sociais podendo abranger até mesmo uma cultura distinta da brasileira, não sendo novidade já que Foz possui a presença de 80 nacionalidades (FOZ DO IGUAÇU, 2015).

Carolina, a técnica de empregabilidade da ONG Novos Rumos, ainda comentou sobre outra realidade da cidade: a de ser uma cidade com significativas empresas:

*“A cidade e a realidade existe, se existe a exploração, o explorado, é porque existe o explorador e esse explorador está onde? Ele está nas empresas.”* **CAROLINA**

Aqui percebemos ainda a influência e existência de violentadores provenientes das mais variadas classes sociais, incluindo os empresários, pessoas elitizadas e profissionais bem sucedidos. Todavia, mesmo as pessoas mais informadas colaboram para a violação dos direitos humanos dos tantos casos citados não considerando a criminalidade de que estão envolvidos e a gravidade que

irão contribuir para ocasionar no estado emocional de cada jovem explorado, no estado físico e em suas condições de vida.

Outro ponto abordado que faz parte da realidade da cidade é a cultura árabe, influente na região:

*“Não quero generalizar, mas a gente sabe que a etnia árabe tem uma desvalorização em relação a mulher, mulher é muito desvalorizada pra essa cultura em relação a cultura brasileira por exemplo, e... nós sabemos de casos de árabes que fazem contratos com as adolescentes de... de namoro, contrato de namoro “namora comigo três meses” e aí ela se sente o máximo, porque durante três meses ela vai pra jantar, ela vai dormir em hotel, ela vai ganhar bichinho de pelúcia, roupa nova, quem sabe sapato e ela fica super feliz [...]”* **CAROLINA**

De acordo com Carolina, a desvalorização da mulher e sua percepção enquanto objeto acabava permitindo com que muitos dos árabes contribuíssem com a exploração sexual comercial através desses contratos de namoro, realizando negócios de trocas sexuais com essas meninas. As jovens acabavam sendo mercantilizadas por homens que dotados de uma condição financeira atraente, se aproveitam dessa condição e ofereciam um mundo ditamente atrativo que comumente elas não teriam acesso sem o sexo.

Luma, a pedagoga da mesma instituição, também enfatizou a rede de pessoas envolvidas no ramo, mas que não aparecem de forma explícita considerando juntamente a realidade das diversas culturas e etnias presentes:

*“A gente tem um peso muito grande com taxistas, caminhoneiros, questão de traficantes, então tudo isso eu acho que pesa (...) querendo ou não há a questão dos árabes também né, dos turcos aqui.”* **LUMA**

Carolina comentou sobre a rede de taxistas que estão envolvidos no fenômeno da ESCCA, que forneciam os endereços mais propícios para esses programas e levavam seus clientes ao local desejado.

*“Você vê lá no painel do carro do taxista “Disque 100 contra o abuso sexual”, aí você pergunta pra ele né, ‘e aí? E aí, tem programa? (...) Onde você pode me levar?’ Aí eu pergunto (fazendo-se do taxista) ‘você quer gastar quanto?’ ”* **CAROLINA**

Nisso, percebemos que essa rede estava abrangendo um sistema extremamente amplo que envolve não só quem usualmente vê como necessário o uso de táxis, como os próprios taxistas que não deixam de ser aliciadores e assim participantes desse processo.

Débora, uma das coordenadoras das casas da ONG Tribos, formada em pedagogia, comentou que uma das adolescentes já exploradas que passaram pela instituição se relacionava com policiais ou pessoas com um poder aquisitivo alto:

*“Tem pessoa de “cacife” digamos assim, que tem policial que se envolve com isso, que tem guarda municipal que se envolve com isso.”* **DÉBORA**

Através de sua fala, Débora ilustrou a participação dos mais variados atores dentro desse contexto. Os policiais que deveriam estar protegendo as pessoas da violência e de demais crimes, em parte, estavam sendo cúmplices para que as violações se agravassem e mantivessem. Conforme Lorena

*“O triste é você saber quando o adolescente fala isso, quem são essas pessoas “Ah é um policial” [...]”* **LORENA**

A assistente social também afirmou que além da pouca informação que esses adolescentes possuíam sobre suas próprias vivências, entrava a discussão sobre o perfil do explorador, que muitas vezes eram policiais que se aproveitavam do fenômeno no lugar de combatê-lo.

São vários os exploradores, os da própria região e aqueles que passam por esta, provenientes de vários locais, até mesmo os caminhoneiros que transitaram pelas rodovias cerqueiras e turistas que procuraram a cidade em busca não só de lazer ou cultura, auxiliando, mesmo que indiretamente e sem propósito, as redes turísticas da cidade (hotéis, restaurantes) e os taxistas (FALEIROS, 2007). Localizamos também a incidência de um sistema social desigual em que pessoas são usadas e exploradas para manterem e garantirem o privilégio de outras

(GOMES, 1994) de maneira injusta e desleal. Em meio a isso, é importante relembrar que há redes institucionais que são contra qualquer tipo de violência e que há empresários e trabalhadores que visam a garantia dos direitos infantis procurando batalhar em detrimento da ESCCA por meio do incentivo à denúncia.

### 2.1.3 O turismo e a fronteira

A maioria dos profissionais que entramos em contato trouxe à tona uma realidade clara na cidade: a fronteira. Ao estarmos nos envolvendo com uma área que faz divisão com territórios internacionais, encontramos peculiaridades que nos foram expostas. Há ainda o turismo sexual presente que colaborou para a rede de aliciamento em que agências de turismo, hotéis e taxistas participavam (REPORTER BRASIL, 2004).

Em relação a isso, dentro de nosso contato com Rute, a conselheira tutelar, pudemos conversar com clareza acerca da fronteira, sobre a ESCCA, para ela:

*“[...] mais crianças e adolescentes estão passando por isso do que a gente pensa, mas a gente tem muitos casos, muitos casos. É uma realidade nossa de fronteira que está ali, cada dia mais forte [...]” RUTE*

De acordo com Rute, a maioria dos casos que atendeu na cidade envolveu violência sexual intrafamiliar e prostituição:

*“Acho assim, como cidade fronteira, ela tem várias facetas né, tem a questão da exploração comercial por terceiros, que não envolve a estrutura familiar e nós temos o que é mais revoltante, assim que é quando isso acontece dentro do próprio núcleo familiar (...) ambiente familiar é uma situação muito grave, machuca mais ainda.”*

**RUTE**

Aqui foi possível percebermos a abrangência que a violência sexual atingiu em Foz enquanto uma violência doméstica ocasionada por amigos da família da vítima

ou até mesmo por algum familiar (BRASIL, 2001). E ainda ressaltamos a violência que se passou na rua transparecendo a exploração comercial. No entanto, compreendemos que ambas trazem consigo a possibilidade de graves conseqüências no estado da pessoa violentada, bem como transtornos emocionais, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras (BRASIL, 2001). A ESCCA não pode ser entendida quando se remete somente às crianças prostituídas nas ruas, mas àquelas que também tratadas como objetos sofrem violações dentro do ambiente que deveriam ser protegidas: em suas casas havendo o descumprimento do papel da família em exercer os direitos e uma condição de vida saudável para a criança e adolescente (ECA).

Rute ainda nos informou que recebeu denúncias sobre meninas paraguaias atuando em Foz do Iguaçu e que atendia casos de brasileiras detidas pelo consulado do Brasil no Paraguai sendo adolescentes que vivenciavam a exploração com fins lucrativos. Compartilhou que há um:

*“Movimento de mão dupla, como vêm as crianças, especialmente crianças, meninas bem novinhas, que vêm do Paraguai para trabalhar aqui (no Brasil) na prostituição, que são aliciadas, que são vendidas e são alugadas durante o dia, mais durante o dia, nós temos também as mulheres que levam as meninas para se prostituírem no Paraguai a noite.” RUTE*

A fronteira, de fato, foi um decisivo elemento que contribuía para a expansão da ESCCA. A passagem de crianças e adolescentes permitia o acesso à outro país com facilidade, pois era dispensado pela fiscalização a passagem de pessoas. Isso contribuiu com a entrada e saída de meninas e meninos prostituídos.

Essa exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um fenômeno que surgia tanto no Brasil, mais precisamente, Foz do Iguaçu, como fora do país. A conselheira narrou ainda:

*“Nós tivemos consulado entregando menina, tivemos Consulado da Argentina também, Consulado brasileiro na Argentina entregando uma há uns dias atrás, que era de Brasília e foi parar lá em Porto Iguaçu também em exploração.” RUTE*

Essa fala ilustrou que o fenômeno não ocorria somente a partir e dentro do território geográfico e nacional, mas se expandiu indicando a quebra dos limites da cultura e língua. Não havia indícios de limites territoriais para a ESCCA e nem simbólicos. Havia um movimento circular abrangendo a Tríplice Fronteira que contrariava legislações e os direitos humanos. A mãe social Maria fez uma comparação de Foz com a cidade de Cascavel ou São Miguel, que são também nacionais e próximas da região:

*“É outra realidade, que a turma de Foz, os prefeitos daqui não vêem isso (...) nossa cidade é diferente, não é um Cascavel da vida, não é assim, por exemplo, São Miguel da vida, aqui é diferente (...) esse negócio de prostituição, as pessoas (paraguaios) quando são barradas aqui, elas levam para o Paraguai. Tanto que eles traziam menina de lá, de noite, de madrugada, e traziam, transportavam elas pra cá, tipo como já aconteceu com a gente, de esconder as meninas aqui que eram vendidas lá, então é diferente de outra cidade.”* **MARIA**

Portanto, essa realidade visava um enfrentamento singular, pois a região o é. Com isso, Maria trouxe em sua fala a atuação de profissionais que se disponibilizavam em manter a criança e adolescente em seu determinado país e com isso, sofria encaminhamentos neste, todavia, vemos o quanto esse trabalho ainda é insuficiente. Rebeca, a assistente social do CREAS indicou-nos a emergência da Tríplice Fronteira:

*“Algo assim que a gente vê, não é algo que os outros contam, onde você passa você vê, por mais que estejam todas maquiadas, você vê que são meninas mesmo, que estão ali sendo exploradas.”* **REBECA**

Rebeca estava referindo-se às meninas vítimas que por mais que apresentassem comportamentos não apropriados para suas idades, como o uso de maquiagem, ainda assim, claramente são crianças e são adolescentes. Estas meninas mencionadas eram as vistas na fronteira entre Brasil-Paraguai que submetiam-se à ESCCA diariamente sem uma fiscalização efetiva indicando que ao mesmo tempo que essa forma de violência apresentou-se como organizada e oculta

foi possível notar a clara exposição e visibilidade dos explorados. Era um fenômeno mascarado, mas ao mesmo tempo solidificado para qualquer que passasse pela fronteira e observasse com mais atenção. Rebeca ainda mencionou:

*“Foz do Iguaçu tem coisas boas, mas também ela traz sobre ela muitas coisas ruins. Então a prostituição é muito gritante aqui, em toda a região (...) é um ponto turístico, muitos vem pra cá, não atrás das belezas naturais que se tem, mas de outras belezas naturais, que são nossas crianças e adolescentes, de uma forma bastante agressiva, violenta.”* **REBECA**

Entendemos que além dos atrativos turísticos da cidade como as Cataratas do Iguaçu que regia um significativo fluxo de pessoas, havia um atrativo peculiar: o de crianças e adolescentes prostituídos. Notamos a incidência de um turismo sexual incorporado ao turismo da cidade (MORAES, 2009). Foz é uma cidade que fazendo divisa com mais dois países, abarcava um número significativo de rodovias permitindo o transporte de inúmeros caminhões e tendo atrativos que aproximavam pessoas de múltiplos pontos brasileiros e do mundo contribuindo para o indício de uma elevada movimentação de pessoas, possibilitando a movimentação da ESCCA.

Carolina nos informou sobre a emergência da instituição que ela estava atuando de ter sido desenvolvida na cidade, sendo a primeira Novos Rumos do Paraná, justamente pela região haver muitas estradas e conseqüentemente caminhoneiros.

*“Onde tem caminhão tem prostituição e nós estamos falando aqui de zona de fronteira (...) Isso não é generalizar pra todos os caminhoneiros, pra categoria, mas isso é um fato, isso é um fato. O fluxo das rodovias influencia e estimula a violência, a exploração sexual.”* **CAROLINA**

A técnica de empregabilidade complementou discorrendo sobre o número de rodovias associando com cuidado para não generalizar aos caminhoneiros – que sabemos que não são todos – que fazem parte desta rede de exploração e criminalidade. Em relação a esse assunto Lucy comentou que uma região de Foz denominada Porto Seco é um dos centros de prostituição mais conhecidos:

*“Onde ficam bastantes meninas (...) se vocês passarem ali vocês vão ver (...) ali nesse Porto Seco sai e entra caminhão toda hora, então ali também é grande.”*

### **CAROLINA**

Isso comprovou que há um fluxo de pessoas que passavam pela cidade não somente a passeio ou a negócios, mas que se aproveitavam das condições fornecidas contribuindo para o turismo sexual. A psicóloga Rosa confirmou sobre a Avenida Costa e Silva, conhecida por haver pontos de prostituição devido à concentração de motéis, não excluindo a ESCCA, sendo claramente observável na avenida. Sobre isso, percebemos que Foz é preparada para a hospedagem de pessoas interessadas em serviços sexuais incluindo os de crianças e adolescentes. Prostíbulos, motéis, e pontos de prostituição não faltam aos olhos da cidade.

Notamos a existência de uma rede incorporada que trabalhava a serviço da prostituição e exploração sexual comercial sofrendo vantagens a partir da localização da cidade que se encontravam, sendo cidade de fronteira. Essa rede ainda lucrava com uma fiscalização insuficiente presente, e com os atrativos turísticos e estrutura da cidade em receber viajantes de todo o mundo e país brasileiro. O acesso facilitado com o Paraguai e o tráfico de drogas também foram elementos que faziam parte dessa rede que funcionava sustentando as interligações existentes nela e como consequência, a violência.

Consideramos um território como um espaço social que é historicamente e socialmente organizado permitindo relações de poder e redes que acabam estando em constantes transformações. O arranjo espacial é influenciado pelo capital e Estado interferindo na organização da sociedade que faz parte (SOUZA; GEMELLI, 2011). A fronteira Brasil-Paraguai foi constituída a partir da necessidade concebida pela segurança nacional que se fundamentou num espaço carente de políticas públicas disponíveis para favorecer o crescimento da região (MACHADO et al, 2005). Assim, compreendemos que a fronteira tem sua diferenciação das demais regiões e territórios, nela são apresentados conflitos transculturais e identitários, diferenças econômicas que permitiram uma devida singularidade. No entanto a organização transfronteiriça participa da pauta das políticas de ordem nacional remeto-se a repercussões nos fluxos e regiões que envolvem a fronteira, pois assumimos que não há territórios sem sujeitos (SOUZA; GEMELLI, 2011).

É importante ressaltarmos que a construção da Hidrelétrica Itaipu que rege o Lago da Itaipu abrangeu os países da Tríplice Fronteira, com isso gerou impactos significativos sobre a Macroregião Oeste do Paraná, principalmente em Foz que em 1970 com cerca de 33 mil habitantes, saltou para mais de 136 mil dez anos depois (IBGE, 2010) carecendo de uma necessidade que visasse abranger novos postos de saúde, escolas, moradias, saneamento básico e lazer (SOUZA; GEMELLI, 2011) . No entanto, essas necessidades ainda não foram supridas e a cidade não suporta a realidade da fronteira juntamente com o desenvolvimento da Hidrelétrica e turismo. Assim entendemos que a fronteira vai além de limites políticos-organizacionais, mas compreende transformações e impactos nos territórios que a envolvem.

Vimos que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes estava ligada às redes de crime organizado envolvendo o tráfico de drogas e de armas, no entanto, este fenômeno é difícil de ser visualizado devido aos serviços da clandestinidade, impedindo sua quantificação. A Ponte da Amizade<sup>9</sup>, local em que ocorre a passagem da fronteira Brasil-Paraguai é onde há a presença de jovens na rua em situações indignas de trabalho infantil como a exploração sexual, essas crianças estão vulneráveis à ação de aliciadores e violentadores (REPORTER BRASIL, 2004). Conforme Faleiros (2007),

O mercado do sexo é um mercado clandestino, pois funciona fora das normas legais de funcionamento comercial, sem registro, pagamento de impostos ou emissão de notas fiscais. (...) É interessante notar que a clandestinidade do mercado do sexo é de certa forma ambígua, pois as “mercadorias” comercializadas são altamente expostas. (FALEIROS, 2007, p.41).

Um fenômeno que, ao mesmo tempo busca a omissão, é altamente exposto, exibindo crianças e adolescentes à margem da violência sexual e exploração comercial. Assistimos uma rede altamente interligada que compreende a complexidade da ESCCA, formada por hotéis, motéis, boates, bares, taxistas, entre outros aliciadores que participam , englobam e incentivam essa forma de violência. Assim como o conceito de rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1997) apresentado anteriormente, percebemos que não só esses aliciadores formam essa rede, mas o

---

<sup>9</sup> A Ponte da Amizade, é um local determinante para as relações comerciais entre Brasil e Paraguai, através da ponte, é possível a transação de pessoas e automóveis permitindo o acesso de um país para o outro e acrescentando na economia da região (PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU, 1997).

fato da proximidade com a fronteira contribuiu com essa clandestinidade e acesso facilitado ao mercado do sexo, o que permitiu a expansão do mercado consumidor tornando o sexo cada vez mais como uma mercadoria vendável e lucrativa, principalmente quando esse mercadoria é de um público mais jovial (FALEIROS; FALEIROS, 2007).

Sobre o acesso facilitado à fronteira, podemos reafirmar aqui que a noção de território dimensiona-se não só a um país ou dado limite geográfico (DELEUZE; GUATTARI, 1997), mas no caso estudado, vemos que o território da ESCAA percorre pelos países vizinhos a cidade de Foz do Iguaçu tecendo redes que o compõe. São nessas redes que notamos a metáfora com o rizoma que conecta um ponto com outro gerando conexões e contatos de dispositivos na cidade que auxiliaram no fortalecimento da violência sexual.

São nos territórios que há movimentos que englobam essas forças, comunicações e relações determinando eixos históricos e sociais (FONSECA; KIRST, 2003). Percebemos com isso, uma necessidade urgente de mudança de caminho produzindo possibilidades para o novo, percorrendo a novas linhas e encorajando a desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1997) daquilo que é prejudicial para tantas crianças e adolescentes.

## **2.2 As redes de pensamento que entrelaçam com a realidade do tráfico de drogas**

A facilidade de acesso de um país para o outro da Tríplice Fronteira ao lado de um número elevado de rodovias em Foz do Iguaçu e o preço acessível das drogas provenientes do Paraguai foram elementos contributivos com o uso e abuso de maconha, ingestão de álcool, entre outras substâncias psicoativas. Quanto a isso, ressaltamos que a ESCCA extra-familiar infelizmente foi associada e em sua maioria vivenciada com a drogadição, já que em grande parte, envolve-se com o tráfico de drogas (SPRANDEL, 2005) ocasionando um movimento circular em que a ESCCA é necessária para o suprimento da droga e o uso desta é preciso para o mantimento da prática e submissão à ESCCA. Sobre esse tópico, discutimos em

relação à escassez de políticas que suporte o público apresentado e as condições existentes que contribuem com o uso e abuso de drogas.

### 2.2.1 O acesso à droga

Compreendemos que o tráfico de drogas é um fenômeno ilegal, a droga, percebida como uma mercadoria é introduzida e exportada de maneira discreta acompanhada de contrabando, corrupção e lavagem de dinheiro. Na fronteira Brasil-Paraguai ocorre o maior número de fluxos de substâncias psicoativas transnacionais, sendo o local onde se localiza um centro que recebe e fornece produtos contrabandeados incluindo o tráfico de drogas (ROCHA, 2012).

De antemão, notamos as principais características que disponibilizaram essa realidade, como a extensão do Lago da Itaipu que não favoreceu a fiscalização policial, no que desenvolveu um espaço propício para os contrabandistas (GEMELLI; SOUZA, 2011). O acesso à droga, principalmente à maconha, é facilitado em Foz do Iguaçu, já que ela é proveniente do Paraguai e é encontrada com abundância, sem muitos esforços, com isso, os consumidores não sentem dificuldade em manter o uso.

A dinâmica da fronteira é evidenciada através dos fluxos das drogas. A atividade de tráfico de drogas ilícitas ratifica a criminalidade construindo e compreendendo uma rede ilegal. No entanto, vemos que nos aprofundar em conhecimento no mercado das drogas, concluímos que a droga e o contrabando possuem inúmeras conseqüências como a criminalidade e o desenvolvimento de uma rede não só local, mas ainda a níveis regionais a internacionais. Assim, é necessário uma integração da fiscalização das nações envolvidas desenvolvendo uma rede que conflitue com a que já está organizada (GEMELLI; SOUZA, 2012). Sobre isso, a psicóloga Thamires, dizendo sobre as adolescentes exploradas sexualmente confirmou que não só o acesso de pessoas no Paraguai é facilitado, mas à droga no país também é:

*“As meninas vão muito pra balada no Paraguai, menor de idade vai, é mais barato, tem acesso à droga mais fácil.”* **THAMIRES**

Essa organização contribuiu para o favorecimento do tráfico de drogas envolvido e vivenciado em casas noturnas e conseqüentemente para sua dependência. Jovens atraídos por momentos de descontração e diversão buscaram por ambientes que forneçam festas, música, danças, álcool e demais tipos de drogas. Importante destacarmos que com o acesso facilitado para o Paraguai, esses jovens tem condições de irem até ao país fronteiro e voltar horas depois. Em meio a esse mundo conhecem as mais variadas substâncias alucinógenas e prazerosas comprometendo-se com o uso e abuso destas.

Sobre os adolescentes que já tiveram contato com a Vara da Infância e da Juventude, a juíza Adriana assumiu que:

*“Cerca de noventa e cinco por cento dos adolescentes maiores de 12 anos já experimentaram ou são usuários de maconha. É enorme a oportunidade, a droga aqui é muito fácil muito barata. É difícil também saber quem realmente faz uso esporádico de quem é um dependente porque eles todos afirmam que fazem uso de maconha ou já fizeram ou eventualmente fumam e tem contato ou já tiveram ou já experimentaram outras drogas.”* **ADRIANA**

A juíza afirmou que a maioria dos adolescentes que chegou até ela para serem acompanhados judicialmente teve ou tem algum envolvimento com a maconha e que isso é influência da facilidade em ter contato com este tipo de droga. A maconha possui substâncias relaxantes e que desenvolvem uma sensação de bem-estar, por conta disso seu uso tão intensificado no meio de adolescentes indicam uma necessidade na busca pelo prazer e fuga de sentimentos de angústia (SHIAPETTI; SERBENA, 2007). Seu consumo auxilia na convivência de um estilo de vida desconfortável, que detém qualquer forma de sofrimento como a ESCCA, ao mesmo tempo que vivenciar essa violência sexual traz consigo novas experiências e o contato com as ruas que possivelmente incentiva o uso e abuso de drogas.

Conviver com um país logo ao lado, por certo, carrega vantagens, como mercadorias menos custosas em vista das brasileiras, eletrônicos, perfumes importados, bolsas e roupas de marcas internacionais, além do acesso a uma nova cultura, língua e costume. No entanto, há ainda suas desvantagens, principalmente

quando a fiscalização fronteiriça não é focada na inspeção de pessoas sem meios de transporte facilitando a passagem de jovens que vão caminhando pela Ponte da Amizade com drogas ilícitas e com o objetivo de vivenciarem a exploração sexual comercial. Não podemos declarar aqui que não há entrada de drogas brasileiras no Paraguai, admitimos que além da importação, há uma exportação em nosso país, e com isso, cada vez mais, vemos obstáculos em seu enfrentamento.

### 2.2.2 A relação do uso de drogas com a ESCCA

Apesar dos esforços provenientes pela Polícia e Receita Federal do Brasil, o comércio ilegal, incluindo o de drogas ilícitas, é facilitado pela deficiência de fiscalização e de policiamento na região. Há ainda a própria corrupção, com frequência, de policiais incentivando o tráfico de drogas e o contrabando de demais mercadorias (FILHO, 2012). Percebemos que por meio do discurso dos profissionais sobre a exploração sexual comercial, o tema da drogadição acabou surgindo justamente por ser comum a entrada e saída de drogas ilegais pelo Paraguai e por estar tão próximo de suas vivências. Com isso, além das consequências psicológicas resultantes da violência existente, a conselheira Rute comentou:

*“A gente pega tantas meninas embriagadas andando de madrugada, vão cair no hospital, sem familiar (...) a gente já vê claramente que anda junto.” RUTE*

Conforme Zaitter (1994), na maior parte dos casos de pessoas que abusam do álcool é possível prever problemas emocionais como um relacionamento familiar fragilizado, conflitos pessoais, a dificuldade em aceitar normas e a crise existencial além da curiosidade quanto às sensações que a droga propicia e a auto-afirmação e exibicionismo frente às pessoas ao redor. Com isso reforçamos a importância e determinação que o grupo de amigos pode influenciar, sendo que parte das

primeiras experimentações se dá quando o adolescente convive com amigos que já usam drogas permitindo sua introdução a esse mundo (PECHANSKY; SZOBOT & SCIVOLETTO, 2004). Deste modo, assumimos que os jovens comprometidos com a ESCCA e drogas têm possibilidades de estarem passando por momentos de sofrimento, desconforto e tendo suas estruturas abaladas.

Sobre os motivos do uso freqüente de drogas, como o álcool, envolvem o prazer em aproveitar os efeitos das substâncias e a diminuição de ansiedade ou estresse. Sabemos que o álcool auxilia no alívio da tensão trazendo a sensação de bem-estar (SHIAPETTI; SERBENA, 2007). No caso de meninas no contexto da exploração sexual comercial extra-familiar, sem familiares, que são localizadas em hospitais sob efeito do uso exagerado de bebidas alcoólicas, acreditamos que por mais que vejam os programas sexuais como lucrativos em termos financeiros, necessitam buscar outra forma de prazer que supere a do dinheiro, e acaba sendo através do uso de drogas.

Entendemos que se relacionar com vários parceiros dentro de uma cultura que em grande parte percebe isso como imoral (LOURO, 2010), pode gerar um desconforto para a pessoa explorada sentindo-se em dificuldade em sobreviver em condições como estas, além dos possíveis agravos existentes ao seu redor. Nesse âmbito, notamos a necessidade de um alívio emocional para o sentimento de culpa que tantos adolescentes e jovens podem sentir ao estarem fazendo favores sexuais em troca de objetos ou dinheiro. Na tentativa de aliviar esses sentimentos, muitos e muitas se tornam usuários de drogas.

No entanto, admitimos os prejuízos que o álcool pode causar em uma criança ou um adolescente, pois nesta etapa da vida, em que muitos se sentem onipotentes e desafiados a enfrentar situações perigosas, estão submetidos a riscos maiores do que a de um adulto alcoolizado. Para grande parte desses jovens há um sentimento de autonomia e proteção ilusória contribuindo para graves consequências. Na infância e adolescência, o cérebro ainda está em má formação, e é possível que a droga interfira em questões neuroquímicas do amadurecimento cerebral (PECHANSKYA; SZBOTA E SCVIOLETTOB, 2001).

A adolescência, passando por transformações corporais e psicológicas permite novas formas de agir, principalmente com a convivência em grupo (ABERASTURY e KNOBEL, 1985) trazendo comportamentos arriscados e

incentivados pelos colegas e arriscados. Não podemos deixar de considerar as questões sociais inseridas (PITOMBEIRA, 2005), como o estímulo ao consumo de álcool enfatizado pela mídia que apontam uma aproximação com a independência e autonomia almejada dos adultos (ALAVARASE; CARVALHO, 2006). Estudos nacionais também apontam o abuso do álcool e da maconha associados com comportamentos sexuais arriscados como a precocidade da atividade sexual a não prevenção de DSTs, e a prostituição (SCIOLETTO et al, 1999) aumentando as chances de violência sexual para a vítima, sua exposição à ESCCA e agravos para saúde resultando em trocas sexuais sem consciência (SPITZNER, 2005). Em relação a isso, a assistente social Lorena afirmou:

*“A drogadição é muito vinculada com a situação de exploração sexual, principalmente das adolescentes que estão na rua em troca de dinheiro. Pra você conseguir ficar você acaba usando droga.”* **LORENA**

Lorena estava afirmando sobre o movimento circular que há nas ruas em relação aos adolescentes explorados, são explorados para sustentar o comprometimento com as drogas e ao mesmo tempo, se comprometem com as drogas para sustentar o envolvimento com a exploração. Nesse círculo, uma das psicólogas do CREAS, Sofia, comentou sobre os diversos riscos que esse público sofre:

*“Riscos para o próprio desenvolvimento delas, o desenvolvimento psicológico que a gente sabe que a exploração sexual em si traz prejuízos emocionais, às vezes muito profundos e os prejuízos também sociais, os prejuízo físicos, uma adolescente de doze anos não está preparada pra ter uma vida sexual ativa e no entanto ele é jogado nesse ambiente que ele tem que ter essa vida sexual ativa, então ele acaba se expondo a uma série de riscos, uma questão de doenças contagiosas, pela falta do uso de preservativos, ou de outra forma de se cuidar, acaba se envolvendo muitas vezes paralelo a isso com o uso de drogas, como tráfico, aqui em Foz ser fronteira, isso tá muito ligado um ao outro.”* **SOFIA**

Assim, notamos que o uso de drogas é um dentre os diversos prejuízos envolvidos com a exploração sexual comercial, principalmente a de rua, pois é ali que a maconha ou álcool estão disponíveis através do contato com outros adolescentes, crianças, aliciadores e traficantes. Vemos a urgência de um serviço que englobe uma educação que atinja a prevenção de todos os danos que esses jovens estão submetidos. Sofia ainda confirmou:

*“Muitos deles estão relacionados com essa situação de uso de entorpecentes muitas vezes pra manter o vício ou muitas vezes é essa exploração ocorre porque eles têm contato com esse mundo ilícito essa troca de favores (...) então acho que uma coisa está ligada a outra.”* **SOFIA**

Porém, temos que ter o cuidado para não generalizar a situação desses jovens, no entanto, não podemos negar o risco do envolvimento com drogas e o forte movimento que a fronteira paraguaia interfere nisso.

### 2.2.3 Quando não há suporte institucional para o usuário

A realidade vista em Foz do Iguaçu nos indicou através do contato com os profissionais que atuam no combate da ESCCA sobre o despreparo da cidade enquanto suporte institucional e estrutura política que possam acolher e preparar jovens envolvidos com a ESCCA e não diferente com os comprometidos com a droga.

Ao discutirmos sobre esse assunto com Lucy, de acordo com ela, a dependência da droga é um dos elementos que impede o combate contra a exploração sexual comercial extra-familiar, pois muitos desses jovens não se mantêm nas casas-lares, quando encaminhados, devido à abstinência da droga, sofrendo dificuldades em conviver num ambiente sem algum tipo de substância psicoativa, já que estes elementos são proibidos nesses locais. A assistente social também acrescentou que:

*“Quando essas meninas chegam aqui pra gente é muito difícil de elas permanecerem no acolhimento, geralmente o máximo que ela conseguem é duas semanas (...) geralmente tem evasão delas (...) Por causa do uso de droga delas. Porque além delas estarem nesse ciclo da exploração comercial a maioria usa drogas.” LUCY*

Vemos que se o próprio abrigo de crianças e adolescentes é escasso, não seria diferente com os que são usuários e regem um treinamento e disponibilidade de profissionais capacitados. Sobre o “ciclo da exploração comercial”, a profissional referiu-se à própria relação estreita do uso de drogas com a ESCCA, já que muitos jovens envolvidos com os riscos provenientes da rua acabam abrangidos por traficantes, álcool e maconha. Lucy ainda descreveu que: *“Pelo menos todos que eu atendi, esses que estão já nessa exploração comercial já são usuários, dificilmente um adolescente que entra nessa rede que não é usuário. Aí o município não tem um programa efetivo que atenda essas crianças usuárias, só tem o CAPS, com uma equipe muito reduzida pelo que eu estou sabendo, nem os computadores, nem impressoras funcionam por lá.” LUCY*

O CAPS atende pessoas com transtornos mentais e de conduta, no entanto não é uma instituição organizada nem preparada para receber jovens usuários saindo do foco do público pretendido. A cidade não apresentou suporte para abrigar usuários. Concluímos que para um usuário se desligar das drogas, requer condições físicas e psicológicas. No entanto, nem todos os profissionais estão capacitados para esse tipo de tratamento. Com isso, Lucy complementou:

*“Elas não conseguem ficar no serviço de acolhimento, porque no serviço de acolhimento a gente não tem. Porque na verdade teria que ser aquelas residências terapêuticas, onde tem enfermeiros, médicos, pra conseguir com medicação, porque daí elas entram em abstinência e não conseguem ficar. As que não usam até, que é a minoria, essas que eu percebi que não usaram ficaram, até conseguiram sair assim.” LUCY*

Sendo assim, vemos que é necessário um olhar abrangente sobre o fenômeno da exploração sexual compreendendo uma equipe profissional diversificada que atue interdisciplinarmente, pois vai além do que se diz respeito à violência e assistência social, mas direta ou indiretamente é possível que leve a danos à saúde física e também mental, pois está altamente relacionada com o envolvimento com drogas ilícitas e seu uso intensivo. É necessário um investimento não só na capacitação de pessoas que visem atuar nesse ramo como em estruturas institucionais que suportem um acolhimento, tratamento e recuperação bem sucedidos.

As incoerências vistas sobre uma falha na estrutura política que alcance jovens usuários são reflexos da falta de uma política pública que se integre, pois os órgãos governamentais, em sua maioria agem isoladamente não traduzindo suas propostas, suas práticas. E por mais que com frequência, haja discursos políticos, palestras e encontros científicos sobre o uso e abuso de drogas ilícitas e necessidade de intervenção, são poucas as táticas de prevenção implementadas. Embora tenham ocorrido mudanças políticas para o avanço de estratégias de intervenção, o contexto sugere que as medidas adotadas não tiveram eficácia o suficiente para atingir os usuários (NOTO; GALDURÓZ, 1999). Com isso entendemos que não basta a existência de intervenções frente ao complexo da drogadição, mas propostas que permitem um diálogo entre si desenvolvendo métodos apropriados com a realidade do local e abrangendo a demanda de todas as necessidades apresentadas e assim assumindo-as como interligadas dando atenção às diversas pessoas e públicos de usuários.

É importante considerarmos que a vigilância epidemiológica do uso de drogas é pouco influenciável pela intervenção dos serviços de saúde, pois está relacionado a fatores de aspectos sociais o que implica numa proposta que compreenda o fenômeno não como isolado, mas um todo. Há elementos que se divergem quanto à busca do jovem pela droga bem como sua relação com a família, as condições sociais e econômicas, a convivência com pessoas que usam de drogas sendo na família ou não, a modalidade de assistência de saúde e as influências da droga no cotidiano. Afirmamos e relembramos ainda que o risco é maior em pessoas que estão insatisfeitas com sua qualidade de vida, que não apreenderam informações

adequadas sobre a temática, tem acesso facilitado às substâncias ou que detêm saúde deficiente (BALLANI; OLIVEIRA, 2007).

Além disso, nos é possível investigar pontos críticos do processo da atenção à saúde bem como o desempenho das políticas públicas, pois a interface entre as políticas de educação, saúde, econômicas e de assistência social são inadequadas, deficientes e despreparadas o que determinam a ocorrência do uso de drogas e seu abuso (BALLANI; OLIVEIRA, 2007).

Assim compreendemos que a complexidade do fenômeno demanda um investimento significativo de atenção e que esse investimento não pode ser isolado ou único, mas é importante que abranja várias áreas da ciência e das políticas públicas para alcançar crianças e adolescentes que vivenciam a exploração sexual comercial e o envolvimento com drogas ilícitas, álcool e cigarro.

## **2.3 Uma discussão sobre Gênero**

Frente às reflexões por nós descobertas e investigadas, uma das questões a serem levantadas foi da diferença de gênero implicada com a diferença de poder dentro do âmbito da ESCCA. Foi necessário discutir qual é o papel da mulher diante das determinações culturais por ela impostos bem como, a violação de meninos incluindo os que mantinham relações homoafetivas.

### **2.3.1 O lugar/papel da mulher**

Ao discutirmos sobre exploração sexual comercial e o papel da mulher, Carolina discorreu sobre a Amélia, considerada a mulher ideal, em meados de 1940, que para ela, era submissa ao seu esposo:

*“Uma mulher de verdade, era aquela que passava fome ao lado do marido (...) Aí a gente vai mudando, chega em 2000 “agora eu to solteira e ninguém vai me segurar.”*

**CAROLINA**

Aqui percebemos como os meios de comunicação acabaram acompanhando e até informando sobre o papel das variadas mulheres presentes no discorrer das culturas e sociedades e ainda a diferença da postura da mulher diante desse processo. Concordamos com Strey (1998) em que a mulher é assumida diferentemente em distintas épocas transmitindo as diversas imagens femininas, através das mais diversas manifestações culturais. A técnica de empregabilidade ainda comentou sobre a exposição do corpo da mulher existente na cultura brasileira:

*“A exposição feminina é histórica em nosso país e se a gente for ver lá fora qual é a imagem do Brasil?: samba, carnaval e mulher pelada.”* **CAROLINA**

Para Carolina, essa imagem, fortemente generalizada, é decorrente de uma trajetória de um país reconhecido mundialmente por seus carnavais e pelo culto ao corpo realizado principalmente nessa época, o que permite a reprodução da ideia de que quem domina esse corpo exposto não é quem o expõe, mas a quem lhe é exposto mantendo, de forma sutil, a violência simbólica. Para Bourdieu (2002, p. 4-5), essa violência é “suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento (...) do sentimento”. Frente a isso, Bordieu (2002) afirmou que as mulheres acabam sendo tratadas como objetos através da exposição de seus corpos tendo que até inconscientemente, agradar, atrair e seduzir os homens. Sobre isso, Goellner (2008) disse:

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas, sempre à descoberta e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças

biológicas que o definem, mas fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (GOELLNER, 2008, p.28).

Um corpo vai além de seus limites físicos. Um corpo é ilimitado. E dentro de uma cultura que exhibe o corpo, valoriza-o como instrumento de sedução. Carolina definiu que essas determinações sociais são cruciais para a desvalorização da mulher e contribuição da exploração sexual comercial destas, não deixando de incluir o âmbito infanto-juvenil. Também comentou que as conseqüências desse pensamento são desenvolvidas nas adolescentes violadas na exploração:

*“Então eu acho que o viés da exploração, da imagem feminina, do corpo da mulher, eu acho que ela é muito presente na nossa cultura. E aí as meninas vêem isso com naturalidade.”* **CAROLINA**

Carolina afirmou enfatizando a presente dominação masculina em que essas adolescentes estavam inseridas e relacionando isso com a exibição e uso do corpo da mulher. Luma reafirmou isso:

*“Eu acho até propriamente da questão do público masculino fazer mais uso do corpo feminino, como forma de exploração.”* **LUMA**

Exploração esta vítima de um sistema machista, como compreendido por Leal e Leal (2005), proveniente do lugar de submissão mulher/homem. Conforme Faleiros; Faleiros (2007, p. 60) “o machismo que impera em amplos setores da sociedade favorece o acobertamento e a tolerância dessa prática infame em muitas regiões” o que permite a afirmação e firmamento dos conceitos do patriarcado e das práticas que submetem a mulher ao poder arbitrário e autoritário masculino.

A psicóloga Sofia, sobre esse assunto afirmou que acreditava que a maioria dos adolescentes e crianças explorados era do sexo feminino devido também ao estigma da mulher apresentado em nossa cultura:

*“Acho que por uma questão cultural mesmo, de que a mulher ela é mais frágil, de que a mulher permite ou é suscetível a ser explorada.”* **SOFIA**

O conceito social de que a mulher é mais frágil nos leva à questão: se ela é mais frágil, é mais frágil em relação a quem? A resposta é: ao homem. Sendo mais frágil, surge-nos o pensamento social de que é possível que ela seja submetida. Assim, a mulher sendo representada como sexo frágil acabou fazendo parte de uma classe social desvalorizada e com um poder inferior ao do homem. Percebemos que um dos elementos que contribuem para a manutenção da violência contra as meninas, é a diferença de gênero para com seus clientes, diferença esta que sofre influências sociais das desigualdades econômicas e de escolaridade resultando na desigualdade de poder (MARINHEIRO; VIEIRA; SOUZA, 2006). Para a psicóloga Rosa, não foi diferente:

*“Quem mais sofre exploração são as meninas, são mais vulneráveis (...) até pela fragilidade da menina eu acredito. O sexo feminino é mais frágil do que o masculino, o lado feminino já tem essa questão da mulher ser objeto.” ROSA*

Percebemos que os discursos apresentados se implicam pelo reconhecimento do papel da mulher relacionado a delicadeza, àquilo que pode ser quebrável e a partir disso, exige cuidados particulares admitindo sua percepção enquanto um objeto que permite manipulação. O homem sendo biologicamente mais forte que a mulher ocupou um lugar social de poder sobre esta contribuindo para que muitos abusem de meninas e mulheres. Aqui corroboramos com Leal e Leal (2005) que também enfatizaram as determinações das relações culturais, como o machismo que inseriram as jovens meninas em uma situação de desvantagem. Contudo, devido a essa suposta fragilidade, a mulher deveria ser tratada com um maior cuidado e não abuso e violência.

Para a psicóloga Thamires houve novamente esse pensamento, ter a apresentação de mais meninas exploradas que meninos também é proveniente de um sistema cultural:

*“Eu acho que até pela cultura do país assim, que a mulher é muito mais submissa (...) A sociedade ainda é muito machista, a mulher ainda é muito um objeto.”*

**THAMIRES**

Quando a psicóloga afirmou isso estava associando sobre o sistema de submissão que a mulher tem estado inserida (LOURO, 2008) sendo vítima de uma diferença de gênero e conseqüentemente de poder, assim, muitas vezes, submetendo-se sutilmente a esse sistema.

Dentro desse contexto, Bourdieu (2002) também expôs sobre a própria divisão de trabalho e afazeres do homem com a mulher, resultado da violência simbólica e da divisão sexual separando o homem da mulher, feminino do masculino, trabalho do homem com trabalho da mulher, atitude do homem com atitude da mulher e conseqüentemente, aceitando, socialmente, a dominação do homem sobre a mulher. Essa divisão de sexos, ocorrente de uma diferença de corpos (SAFFIOTI, 2004) e ainda de poderes, resultou na normalidade da divisão dos afazeres de cada um, a mulher faz o almoço enquanto o homem conserta o carro; a mulher é quem limpa a casa enquanto o homem a mantém; a mulher cuida dos filhos enquanto o homem cuida das finanças. E dentro disso, há infinitas divisões, e nelas é ressaltado que a mulher é dominada e como essas situações ocorrem na rotina de ambos, tanto o dominador-homem quanto a dominada-mulher estão imersos na naturalidade dessa repressão (BOURDIEU, 2002). Esses valores culturais impostos resultam da influência do patriarcado, definido como:

Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação, e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. (CASTELLS, 1999, p. 169)

Com o patriarcado, a autoridade do homem sobre a mulher, a forte diferença de gêneros, e a conseqüente violência desta admitimos a complexidade em que encontramos meninas dentro do fenômeno da exploração sexual comercial. Para Faleiros; Faleiros (2007), o pai tem qualquer forma de autoridade sobre seus filhos e mulher exercendo poder em relação à eles e mantendo uma autoridade superior no papel do homem. Contudo, esse lugar apresenta representações contraditórias, pois ao mesmo tempo, a mulher é encarada não como vítima de um sistema desigual, mas como conflituadora deste, já que para muitos, é ela quem provoca a violência:

*“Menina usa short curto aí é a menina que está provocando, não é porque Foz faz um calor terrível.” ROSA*

Infelizmente a ideia de que a menina usa roupas sensuais é interligado ao pensamento de que a culpabilização da violência sexual é proveniente da mulher e não do homem, frente a isso, a psicóloga Rosa trouxe um determinante importante: o clima da região, que é o Subtropical Úmido caracterizado pelas elevadas temperaturas no verão. (PARANÁ, 2015). Assim, a criança, menina, adolescente, mulher, usava roupas curtas pelo calor que a região enfrenta desmerecendo uma interpretação equivocada. No caso das crianças, a psicóloga comentou que ainda não estão na fase do desenvolvimento que abrange o interesse sexual por outros não possuindo estrutura emocional e muito menos física para relações sexuais, com isso, referindo-se às meninas vítimas da exploração intrafamiliar:

*“Tem nem o corpo formado ainda (...) ela é uma criança e não tem maldade.” ROSA*

O discurso de Rosa vem com um sentimento de ironia e revolta frente à forma de pensamento moralizadora da sociedade. Assim, quebrou uma corrente de pensamento absolutista e tradicionalista e por meio de suas experiências e vivências ali, demonstrou um olhar abrangente frente à criança e o adolescente explorado comercialmente.

Com isso, vemos que ao falarmos de relações de gênero estamos ainda discorrendo sobre poder, e enquanto as relações entre o masculino e o feminino forem desiguais e assimétricas, o lugar da mulher estará subjugado ao domínio patriarcal do homem (COSTA, 2000). Todavia temos conhecimento de que:

O poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de números pontos e em meio a relações desiguais e móveis; que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhe são imanentes; são os efeitos imediato das partilhas, desigualdades e desequilíbrio que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações (FOUCAULT, 1999, p.89).

De acordo com esse pensamento de Foucault (1999) vemos a existência de uma complexidade que abrange as desigualdades, o domínio patriarcal e o os

resultados disso implicando no poder do mais forte sobre o mais fraco. Essas manifestações permitem um índice considerado de meninas violentadas e subjugadas e a reprodução do domínio patriarcal e machista. O poder passa a ser violento quando impõe uma relação de força, dominação e lucro, nessa relação desvantajosa, o dominado é feito de objeto utilizado para os ganhos do dominador. Qualquer relação violenta nega os direitos daquele que é dominado e distorce sua identidade (FALEIROS; FALEIROS, 2007). Nesse caso, negando os direitos humanos de crianças e adolescentes.

Na sociedade que vivemos infelizmente há uma banalização dessa forma de violência contra mulheres/meninas e até uma tolerância proveniente do senso comum já que essa mesma sociedade incentiva os homens a exercerem sua virilidade fundamentada em força e dominação dentro da relação social de gênero. As pessoas são instruídas para estabelecer um pensamento machista e sexista convivendo com essa idéia de dominação e dominador sem ao menos refletir sobre interferindo na realidade de muitas crianças e adolescentes (SAFFIOTI, 2004).

### 2.3.2 Quando os meninos são explorados – a criança enquanto objeto de submissão

Entendemos que gênero caracteriza-se pelo rompimento da imposição das relações biológicas compreendendo-lhes a um caráter social (SCOTT, 1990). No entanto, por mais que os discursos dos profissionais tenham nos apresentado uma diferença de gênero determinada pela submissão da mulher para com o homem, nos foram expostos casos de meninos explorados por pessoas do mesmo sexo. Com isso entendemos que além das diferenças sociais estabelecidas, como apontado por Scott (1990), notamos outra forma de submissão, a do adulto sobre a criança, independente do sexo e gênero admitindo uma soberania do mais velho em relação à pessoa mais jovem. De acordo com os profissionais que entramos em contato, a maioria dos casos de exploração sexual comercial de jovens ocorreu com meninas, entendemos isso com uma exclusão social proveniente. Todavia Lucy esclareceu:

*“Mas tem meninos também. Recentemente até a gente teve um caso de um menino, dois meninos da mesma família, que o pai abusou.” LUCY*

E anda sobre isso, a assistente social Rebeca, do CREAS ditou que:

*“Acho que os meninos ficam mais ocultos. Eles não se expõem que nem as meninas, acho que eles são mais reservados.” REBECA*

Por meio disso concluímos que a maioria da violência evidenciada era a de meninas porque os meninos que sofreram exploração sexual não se preocupavam em expor essa prática já que em grande parte masculina, ocorria uma troca sexual de cunho homoafetivo possibilitando a discriminação social não só da prática sexual, mas do tipo do gênero. Segundo Luma:

*“Hoje é mais fácil a gente ver uma mulher revelando que ela é explorada do que o homem revelando uma opção sexual dele, porque a gente sabe o preconceito que é lá fora. Acho que isso tudo também gera, tanto na questão da exploração, do abuso, quanto no justificar a questão do homem.” LUMA*

Diante disso, principalmente da discriminação e do preconceito existente com a homoafetividade, não são todos os meninos que acabavam se expondo ou até admitindo que eram explorados, pois assumir isso, é assumir uma série de comportamentos não aceitos socialmente provenientes ainda da ideia de que a experiência homossexual seria algo a se envergonhar (BOURDIEU, 1999) ou a tornar o indivíduo menor diante da sociedade (GOFFMAN, 1988). A dominação masculina acabou determinando ainda o comportamento sexual não só da mulher, mas do homem (BOURDIEU, 2002), que é imposto a ser normatizado e heterossexual. Dessa maneira, muitos dos meninos explorados – que em sua maioria eram vítimas de outros homens – não assumiram a relação homoafetiva que tiveram e tão pouco a própria violação ocorrida lembrando que a herança normativa é proveniente das tradições da igreja cristã trazendo estigmatizações sobre a sexualidade e sexo. São heranças influenciadas para combater a ameaça à família ideal, tradicional, composta pela mulher, homem, e filhos (LOURO, 2010), com isso,

qualquer outra estrutura diferente desta seria reprovada. Dessa forma, percebemos que nos casos da exploração com meninos, havia uma complexidade maior envolvendo uma outra forma de estigma apresentado pela pedagoga.

Ressaltamos ainda que de acordo com os profissionais entrevistados, na ESCCA encontramos não só a presença da homoafetividade, de uma maneira singular e masculina nesses favores sexuais, mas entendemos a expansão até a travestilidade, ou seja, meninos que visavam caracterizar-se com acessórios e vestimentas consideradas como femininas atraindo homens para relações específicas. Assim o/a travesti é um homem ou menino que se veste como alguém do sexo oposto. No entanto, notamos que esse público, ao sofrer discriminação social e de gênero, estava submetido a reações hostis e de violência (SOARES, 2012). Segundo a psicóloga Milena, sobre esse assunto:

*“Existe mais preconceito com os meninos que tentam ganhar dinheiro com relação sexual com outras pessoas, sabe?”* **MILENA**

No CREAS, assim como na maior parte das instituições contatadas apresentaram-se mais meninas e novamente foi-se ressaltado a discriminação e inibição dos meninos que mantêm relações homoafetivas demonstrando que há a presença da exploração nos meninos também, mas que essa exploração não sofre denúncias com tanta freqüência, é mais oculta. Sofia ainda afirmou sobre os meninos:

*“Eles são em bem menor quantidade do que as meninas, bem menos frequentes, bom aí bem menos frequentes eu não posso afirmar, porque tem os casos que não chegam até aqui, que não aparecem, que não são denunciados.”* **SOFIA**

Notamos que o imaginário referente ao menino, que não vivencia tantas denúncias quantos as meninas é primeiro: mais mascarado, oculto, justamente pelo receio deles em expor os favores sexuais homoafetivos e segundo: quando expostos, não geram tanta mobilização social como quando com as meninas, pois estas são consideradas mais frágeis emocionalmente, psicologicamente e fisicamente e ainda porque socialmente falando, um menino que possui vida sexual

ativa não chama tanto a atenção quanto uma menina. Pois o papel social do homem é o da força, virilidade e de poder e isso é afirmado com o auxílio da frequência de relações sexuais, que apesar de existirem as homoafetivas, havia as heterossexuais também. Nos casos em que os meninos escondiam suas vivências devido ao receio de exporem-se por manterem relações com homens, assim juntamente com (Faleiros; Faleiros, 2007) notamos a forte influência moral que o modelo do patriarcado dominou frente à imposição da busca por uma sociedade formada pela família nuclear, heterossexual e monógama. Além de que, como ressaltado por Scott (1990), o gênero é um elemento que constitui as relações sociais fundamentadas pelas diferenças de sexos gerando significados às relações de poder que são reproduzidas nas culturas e sociedades. Dessa forma, havendo uma categorização e diferenciação de gênero, notamos a reprodução da exclusão, principalmente com os adolescentes envolvidos com a travestilidade.

No entanto, nos casos de exploração dos meninos por mulheres, Lorena, a assistente social do Novos Rumos, ao comentar sobre os casos que acompanhava, admitiu que:

*“O jovem é até 21 anos, então o rapaz de 20 anos que sai com uma mulher por troca de dinheiro é mais difícil ele entender que ele às vezes também está em situação de exploração, ele é homem, tem toda uma questão cultural eu acho também, o “cara” saiu com a mulher, dormiu com ela e ainda ganhou.”* **LORENA**

Essa “questão cultural” é a própria naturalidade da dominação masculina sobre a mulher, dominação esta que já é percebida como uma forma de exploração, exploração de seu corpo e até comportamento. Por meio disso, o homem, que já se beneficiava somente na relação sexual casual, via lucro maior ainda se recebesse algum objeto de valor ou até mesmo dinheiro em troca. Aqui, Lorena estava ressaltando casos em que adolescentes e jovens do sexo masculino eram explorados por mulheres. No entanto, estes, não se sentiam vitimizados, pelo contrário, para eles, havia uma dupla exploração: a do corpo da mulher e do dinheiro desta.

Porém, há uma desvantagem nesse papel dominador, viril, superior e inabalável do homem frente ao inferior e visto como que está por baixo da mulher, que é a quem se condiciona a penetração, pois nisso, o homem não poderia expor

suas fragilidades, sensibilidades e fraquezas (SCOTT, 1989). Um jovem homem, dificilmente assumiria que foi violentado ou explorado sexualmente e ainda comercialmente por uma mulher, mas sim, como afirmou a assistente social, manteria a imagem de homem determinada pela “questão cultural” que está inserido. No entanto, apesar dessa discussão, na Vara da Infância e da Juventude, a maioria dos casos de ESCCA que chegavam para a juíza Adriana eram de meninos:

*“Talvez porque quando é tornado mais público essa questão envolvendo menino (...) não sei se choca mais ou simplesmente chama mais a atenção, então se trabalha mais pra que se chegue até aqui à vara (...) meninos homossexuais também são vítimas de exploração sexual.”* **ADRIANA**

Nesse contexto vimos que os jovens que são encaminhados para uma intervenção direta do Fórum, são os casos mais peculiares e que por mais que não se apresentasse rotineiramente, quando realmente expostos, causavam surpreendimento, e eram mais notórios justamente por serem incomuns. Nessas situações, as histórias desses meninos é que muitos por serem homossexuais eram abandonados por suas famílias e buscavam outras formas de sobrevivência vivendo nas ruas e encontrando a exploração sexual comercial, conforme a juíza:

*“É muito jovem, sem experiência, é fácil ser convencido a prática de qualquer coisa.”* **ADRIANA**

Nesse parâmetro, notamos que apesar da diferença presente com os meninos e as meninas na exploração sexual comercial, ainda havia uma exploração a mais, a da criança em si, que escondendo ou não, tendo vergonha ou não, sabendo ou não, nas ruas ou em casa, todas, sem exceção eram violadas. Estamos falando de pessoas que apesar de seus direitos e reconhecimento conquistado, estão longe da inocência, como proposta por Áries (1978) diluindo a diferença entre adulto e criança e desconsiderando suas peculiaridades, como indicado no passado por Postman (2005).

#### 2.4 O que pensam esses jovens?

Notamos ainda que dentro do discurso dos profissionais abordados havia uma percepção unânime em relação às crianças e os adolescentes violados, para esses jovens, os favores sexuais fornecidos eram considerados como uma troca vantajosa e lucrativa. Em alguns casos, a relação sexual ocorria devido à situação desfavorável da criança ou adolescente, pois submetiam-se aquele estado para auxiliar nas condições econômicas familiares.

#### 2.4.1 Uma troca vantajosa

*“A adolescente, que em vários relatos a gente escuta, que é convidada pra um jantar num restaurante em que ela não teria condições dentro do universo particular dela, ela tem contato com um homem que pode levá-la pra restaurantes ou hotéis, ela acha que ela está explorando ele, então o que eu entendo? Ela não se enxerga explorada, ela se enxerga sortuda “oba! Tenho um alguém para me dar alguma coisa”* **CAROLINA**

Notamos que a adolescente que é explorada, ao poder alcançar espaços dominados por uma classe social antes não reconhecida por ela, encontra-se em uma situação de vantagem e não sente-se explorada sexualmente/comercialmente nesse quadro, pelo contrário, sente que está recebendo mais do que tem dado. Thamires ainda afirmou:

*“Eles não se sentem explorados, não se sentem vítimas (...) a gente tem muitos casos de meninas que a exploração que sofre é por uma via da troca mesmo “quero ir na balada”, por exemplo, “mas não tenho dinheiro, eu fico com um cara mais velho que me chamou pra ir, vai me levar no camarote, vai comprar roupa pra eu ir, vai pagar minha bebida, depois eu fico com ele a noite e está tudo certo, eu não preciso*

*pagar nada (...) eu sou muito esperta porque eu não preciso pagar nada”, então pra esse jovem é muito difícil de dizer “olha, isso é uma via de exploração”* **THAMIRES**

A psicóloga comentou também:

*“A gente já teve alunos que tinham contrato de namoro com árabe “então você assina contrato comigo por esse tempo”, se eu não me engano seis meses (...) no contrato tem “eu te dou presentes e você mantêm relações”* **THAMIRES**

Quando a psicóloga indagou qual presente a adolescente desse caso havia ganhado, a resposta foi que era um ursinho de pelúcia. Há também os casos em que esses jovens morando em suas casas com seus padrastos eram obrigados a manter relações sexuais com eles para poderem continuar usufruindo da casa e dos alimentos consumidos. Em várias situações, se a mãe soubesse, afirmava que a filha estava seduzindo o marido.

*“Eles não percebem como a gente percebe, eles acham que ninguém está explorando (...) Eles têm uma maneira muito diferente de ver. Eles acham que (...) ganhar dinheiro fazendo sexo, eles estão influenciando as pessoas. Não vêem como um problema, não vêem como violência, vêem como uma forma de ganhar dinheiro (...) Tinha uma menina que falava que não gostava.”* **MILENA**

Através da fala dessa profissional, ressaltamos a relação sexual como um negócio, uma venda, uma troca, uma relação comercial. Todavia, se há alguma exploração comercial, para esses adolescentes, pois percebemos a satisfação nas conseqüências dessas relações. Rebeca trouxe essa ideia de ganhos e perdas, momentos prazerosos, e desagradáveis:

*“Não é que trazia o prazer em si, mas que era uma fonte de se conseguir dinheiro e até se divertir, era uma forma de diversão, eles levavam tudo numa boa, (...) a gente já não via sofrimento neles. (...) acaba indo pra balada, acaba tendo uma vida que eles não têm, é uma outra vida, uma outra realidade, então aquilo que falta dentro da casa deles, eles conseguem num passe de mágica ter no momento, estar num*

*lugar muito chique, conseguir se vestir muito bem, andar com pessoas que não fazem parte da sua área, então pra eles é como se fosse algo que satisfizesse os desejos mesmo (...) Nesse momento de euforia pra eles me parecia assim ser algo que agradava.”* **REBECA**

O ter e o poder ter foram elementos que contribuíam para o mantimento da exploração sexual nesses jovens, entendemos que frente todas as formas de informação, propaganda e entretenimento, expor-nos e exhibir as coisas que temos estabeleceu uma forte importância no modelo de vida dominante (DEBORD, 2003). Um modelo que implicou na afirmação daquilo que podemos parecer ser e não necessariamente no que somos, dada uma ênfase em parecer ter dinheiro, parecer ter felicidade, parecer ter roupas almeçadas, dentre outros exemplos (DEBORD, 2003).

Frente a isso, notamos a influência do capitalismo que se consiste resumidamente na expansão de mercados e na mercantilização da vida econômica, esse movimento é excludente, pois possui uma lógica exploratória que visa lucros frente ao mais desfavorecido economicamente (HARVEY, 2011). O capitalismo é baseado em trocas desiguais (WALLERSTEIN, 2001) e esse modelo se reproduz nos favores sexuais concedidos em troca de dinheiro. Nesse contexto, os jovens explorados são os objetos mercantilizados.

O ser foi substituído pelo ter sendo como um norteador para os valores atuais indicando a busca por mercadorias e bens de consumo. Nesse contexto, vemos que para tantos jovens envolvidos com a violência sexual, essa idéia é altamente sustentada o que faz com que estes valorizem mais o ter do que os danos que podem resultar em cada um de seu ser. Para Caligaris (2000), isso é resultado das determinações de uma sociedade moderna e neoliberal, marcada pelo mercado do consumo e no avanço tecnológico, (CALIGARIS, 2000).

Para esses jovens, a relação sexual fornecida não era uma forma de pagamento da festa e das roupas que receberam de seus exploradores, mas uma troca, no caso, vantajosa. Contudo, sobre as jovens envolvidas com atos de prostituição, Thamires também afirmou:

*“Elas comentam como foi a relação, não era o que elas queriam, mas elas tinham que ficar porque elas ganharam todas aquelas coisas (...) eles são menores de idade, é uma troca sexual, então elas são vítimas dessa violência, e elas não se reconhecem assim.”* **THAMIRES**

Frente a isso, ao mesmo tempo que sentiam-se em uma posição de vantagem nessa troca, os adolescentes assumiram que as relações ocorridas não eram prazerosas, apenas os benefícios que elas apresentavam. De acordo com Lorena, esses jovens também não conseguiam ver esse fenômeno como uma forma de exploração:

*“Elas não se identificam enquanto exploradas (...) fizeram para poder conseguir se manter, conseguir estar com a roupa que elas querem, estar levando comida pra casa. Outras vezes não, a adolescente quis pra poder estar participando, indo numa balada, ficando num camarote e daí também ela inverte, ela entende que aquilo foi uma vantagem “tive uma noite com ele mas eu fiquei no camarote”* **LORENA**

Nisso afirmamos uma ausência de informação quanto aos direitos humanos de cada jovem, bem como uma falta de conscientização referente à situação que se encontram. Eram crianças e adolescentes que não compreendem com clareza as diversas formas de violência que estão inseridas e no caso das que sofrem ameaças dos padrastos ou que são discriminados pelas mães, não exercem o direito de casa, alimentação, cuidado familiar e do direito de não se subjugarem a nenhuma forma de trabalho ou violência.

São jovens que submetidos a uma sociedade exibicionista inserem-se em situações não prazerosas a ponto de manterem um status social que para eles são ditos como admiráveis, indo a festas custosas e fazendo o uso de roupas importadas.

#### 2.4.2 Quando a vítima encontra-se em situação de baixa renda

*“Muitos não sabem mesmo da gravidade que é o uso do corpo, a troca do corpo como objeto, às vezes estão com a pessoa e nem sabem que ela está fazendo uso, está explorando (...) a gente vai percebendo cada dia mais nos atendimentos que eles não têm tanto discernimento do que é isso, porque que isso está acontecendo com eles. Mas o explorado também sofre. Porque às vezes por uma questão realmente de renda, porque precisa, porque por uma primeira vez teve um retorno, ele continuou sendo vítima, ele precisa estar ali, porque às vezes a pessoa que a explora não a deixa sair também. Então essa pessoa também sofre, ela não está ali de livre e espontânea vontade porque gosta e porque está ali recebendo só seu benefício, muitas vezes é porque ela está ali porque não consegue sair mesmo e quem está explorando não a deixa sair também.” LUMA*

Luma comentou sobre a falta de noção e discernimento que a maioria dos adolescentes que lidou acerca dessa troca sexual não percebem que seus corpos estão sendo submetidos como objetos e ao mesmo tempo, sujeitam-se a essa prática devido a uma necessidade financeira ou porque o próprio explorador não permite com que o jovem siga outro caminho oferecendo formas de pagamento mais chamativas ou até violentando-os.

Vários dos profissionais alegaram que ao combaterem a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes encontravam-se sob uma concorrência desleal e injusta já que o que podiam oferecer para aqueles jovens não era nem a metade do que lucravam nas ruas. Muitos dos adolescentes e jovens submetidos à ESCCA eram seduzidos pelo dinheiro recebido de maneira instantânea e diária, diferente dos salários convencionais oferecidos por outras formas de trabalho e fonte de renda.

A mãe social da Casa Azul trouxe-nos acerca das famílias desse jovens que tem a mãe alcoolista ou usuária de algum outro tipo de droga, e que no caso:

*“Ela usa a criança pra trazer dinheiro, o que está acontecendo com a criança lá na rua não interessa (...) e a criança vai trazer ‘minha mãe pediu, eu vou trazer pra ela’. Vimos que o menino ou menina frente a essa situação encontrava-se na obrigação de obedecer e contribuir com as necessidades financeiras familiares” MARIA*

Assim como enfatizado por Leal e Leal (2005), entendemos que por meio da desigualdade recorrente das relações culturais entre criança e adulto, parte do público infantil se submete a experiências que as inserem em um campo de violação e ausência de direitos tendo que submeter-se à exploração sexual por conta das ordens e autoridades provenientes dos cuidadores que se aproveitam das crianças em busca de alguma forma de lucro. Vemos que esses jovens estão não somente dentro de um sistema de violência sexual ou cultural, mas ainda estrutural sendo participativa de uma organização econômica desigual, social e política o que resulta na exclusão social e na falta de garantia de direitos (LIBÓRIO, 2005).

Crianças responsáveis em suprir a família financeiramente estão submetidas em assumirem papéis que não lhe cabem, como o de mantenedoras e trabalhadoras tornando-as adultizadas e longe dos direitos infantis, os quais são ter uma vida escolar ativa, ter acesso à saúde, lazer, higiene e alimentação, enfim, acesso a uma vida digna e humanizada. O papel da criança está longe de ser um papel de trabalhadora e responsável em trazer os mantimentos domiciliares, mas deve assumir o papel contrário, que seria de receber cuidados e proteção.

Assim, entendemos que a situação de pobreza é uma das condições fundamentais que implicam na exposição de crianças e adolescentes na exploração sexual comercial (FIGUEIREDO, BOCHI, 2015). No entanto, apesar da pobreza ser a principal causa apontada para a violação sexual, é necessário admitirmos que não é o fator determinante para indicar a criança ou adolescente como uma vítima em potencial (DUARTE, 2009), já que há jovens das mais diversas classes sociais envolvidos nesse ramo.

Apontamos também que a criança, novamente, assumiu uma infância adultizada cumprindo deveres de adultos e se portando com comportamentos que ainda não são compatíveis com suas idades e estados de maturidade. Não é papel da criança ter que trabalhar, mas o de ser protegida e de sofrer cuidados.

#### 2.4.3 A naturalidade na ESCCA

Vimos que as vivências dos adolescentes explorados nas ruas não são notadas por eles enquanto um delito, Sofia afirmou sobre os adolescentes que:

*“Eles não percebem a exploração sexual como um crime, eles não percebem as questões que são inerentes a ela como a gente que é profissional percebe, eles não percebem o risco que elas sofrem, elas não percebem o quanto isso pode ser prejudicial pra vida presente e futura delas, elas não percebem o risco no qual elas estão inseridas.”* **SOFIA**

Diante disso, esses adolescentes estão inseridos num meio que pode levá-los a sofrer outras formas de violência, bem como a física, psicológica e até moral, além de estarem subjugados a riscos de doenças contagiosas e ao comprometimento com as drogas. Contudo, não tem acesso à informações que lhe instruem a se proteger dessas experiências e em compreender a situação perigosa que se encontram. No discurso de Adriana:

*“acho que é muito difícil você colocar pra ele “olha você tem outras formas de obter outros ganhos, você tem uma outra vida, outros sonhos, outras metas esse não é o caminho, essa é uma violência”* **ADRIANA**

Vemos que pelo jovem não se sentir violado com a exploração sexual comercial, não compreende a possibilidade de outras formas de viver a vida, ainda porque muitos destes estão em condições de vulnerabilidade e dispostos a sustentar a própria família por um meio mais rápido que outras formas de trabalho que exigem horas de trabalho e um retorno que não é instantâneo, mas frequentemente, uma vez por mês. A coordenadora de uma das casas-lares da ONG Tribos, a Débora, apresentou ainda esse ponto de vista:

*“Não vê isso como se fosse um crime como se fosse uma coisa prejudicial, elas acham que a gente cobra muito, que ‘não tem nada a vê’ eles dizem, “ah você vê maldade em tudo”, então pra eles isso não é uma coisa errada,(...) que está complicando elas ou que vai complicar. Muito difícil colocar dentro desse parâmetro de entendimento de que isso é um erro, de que não pode, talvez elas até tenham*

*essa noção, mas elas tem necessidade e por isso elas tentam ver isso como uma coisa normal para estarem com a consciência mais tranquila.” DÉBORA*

Sendo assim, para Débora, esses adolescentes pensam que não há violência, exploração, nem criminalidade no fenômeno podendo ser continuado, ao mesmo tempo, a coordenadora entendia que esses jovens podem fazer uso dessa forma de pensamento para não assumirem a realidade que enfrentam e poderem sentir-se em paz consigo mesmos como que suas formas de vidas não trouxessem nenhuma espécie de sofrimento.

Notamos, assim como Gomes (1994), a importância de se dar atenção ao fenômeno apresentado já que insere diferentes representações da violência e de danos às vítimas, que por vezes, não se consideram como vítimas. São jovens expostos à situações de degradações e violações incluindo a vulnerabilidade existe em relação ao contato com drogas.

Nesse contexto consideramos a importância de assumir que uma criança com idade inferior a doze anos e um adolescente que ainda não completou dezoito, não escolheram o caminho da exploração sexual, porém, acabaram sendo induzidos por essa prática (FIQUEIREDO, 2015) o que leva-os a não reconhecerem a situação que estão como uma violação, violência ou delito. São jovens o suficiente para não compreenderem a complexidade do fenômeno que estão envolvidos e para terem consciência dos riscos possíveis e da exploração que sofrem, exploração de seus corpos, de suas sexualidades, exploração econômica e principalmente o aproveitamento e defraudação de suas infâncias. Não compreendem o lugar de cidadãos que podem (ou deveriam) ocupar e de com isso, terem acesso aos seus direitos.

### **3. A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EXPLORADOS SOBRE SUAS PRÓPRIAS VIVÊNCIAS**

Por meio da aproximação e contato direto com algumas das crianças e adolescentes que já foram explorados, percebemos que havia jovens que sofreram violência sexual de algum parente ou amigo da família, mas que não receberam a devida proteção e escuta. Nesses casos, a maioria das mães que tinha conhecimento da situação se omitia por receio de perder os benefícios provenientes do explorador, que era o marido (pai ou padrasto da criança). Assim, a criança ou adolescente, era explorado não só pelo violentador, mas pela mãe, que se aproveitava da situação para o sustento da casa.

Em nenhum dos casos de violência intrafamiliar, a criança ou adolescente aceitava o dinheiro fornecido pelo violentador, no entanto, não viam os brinquedos e doces como uma forma de pagamento. Nessas situações, notamos a expressão de desconforto e sofrimento vivenciado. Eram jovens que desinformados de seus direitos de vida, e até mesmo de cidadania, e sem estrutura para uma mudança de lugar social e físico, não compreendiam que não precisavam conviver com a presença da violência, melhor dizendo, não entendiam que não precisavam aceitar

aquilo, pelo contrário, tinham o direito de discordar e denunciar. Todavia, vemos que a criança ou adolescente, muitas vezes, passou por esse tipo de situação por medo do próprio agressor, por suas ameaças ou por não entender que diante da lei brasileira, não é obrigada a estar ali. Segundo Braun (2002), a criança pode até ter noção de que está sofrendo algum delito, no entanto deixa de denunciar por medo que aquela forma de violência se agrave ou seja intensificada contra alguém que ela ama, é comum que a vítima sofra ameaças do violentador contra sua família.

Através de nosso processo de aproximação sucessiva, foi possível um vínculo afetivo com os jovens da Casa Azul, o contato surgiu por meio de dispositivos como dinâmicas em grupo, contar histórias de livros infantis e desenhos que auxiliassem no início de um diálogo e uma convivência permitindo que pudéssemos conhecer e sermos conhecidos pelas crianças. Dentro de cada caso, surgiam assuntos relacionados às histórias desses jovens bem como suas vivências antes e durante o período da institucionalização, seus interesses e atividades do dia-a-dia. Porém, vimos a necessidade, antes de tudo, de conversamos com as profissionais do abrigo sobre os respectivos casos, para que elas nos transmitissem as informações necessárias quanto as vivências das respectivas crianças e adolescentes.

A princípio, fizemos dois encontros com todas as crianças do abrigo, até mesmo as que não entravam em nosso público de pesquisa, pois como tínhamos como intuito apenas criar um vínculo, não queríamos deixar os outros meninos e meninas de fora. Logo após, quando sentimos o momento, eu e Luana iniciamos os encontros individuais que ao todo foram três, estes ocorreram apenas com as crianças exploradas, enquanto isso, o Bruno e Léo ficavam com o restante das crianças realizando dinâmicas e brincadeiras. Lembrando que na Casa Azul, foram seis os casos, cinco crianças e uma adolescente. Já no Conselho Tutelar, entramos em contato com Rute, conselheira tutelar, visitamos a casa de vítimas e tivemos a oportunidade de encontrá-las em uma das salas da instituição. Concluímos que no público que sofria exploração sexual comercial intrafamiliar surgiram diferentes formas de reação e de marcas e desconfortos emocionais, resultando em sentimentos de raiva, tristeza e até mesmo na denúncia.

### 3.1 A desinformação – crianças sem acesso aos seus direitos

Paulo foi a criança mais jovem que entramos em contato e também era o único menino. Sua exploração intrafamiliar era resultado da violência física e sexual do pai juntamente com a omissão da mãe da criança frente às informações do pediatra que a instruiu para fazer a denúncia. Vale ressaltarmos que o pai, apesar de ter passado um período de tempo preso, acabou sendo solto e estava rodeando o local da instituição desacatando ordens judiciais de que deveria manter distância de seus filhos. Sobre Paulo, de acordo com a psicóloga da instituição Casa Azul:

*“Ele já não fala muito, ele é bem reservado, falar qualquer coisa de família ele se fecha, a gente soube por vários outros motivos, e uma escapada assim que ele deu, que ele deixou escapar, mas chegar e falar, ele não.” ROSA*

Ao nos aproximarmos de Paulo, notamos que não se sentia bem comentando sobre o pai, dizia que era muito ruim e que não pretendia voltar a morar com ele, pois agredia fisicamente ele e sua irmã.

Ao falar sobre o violentador, mesmo não ordenando e nem tendo condições de organizar suas falas e pensamentos, o menino fechava os olhos, balançava a cabeça de um lado para o outro e também a abaixava, franzia a testa e demonstrava um desconforto. Por muitas vezes explanava afeto pela mãe, saudade dela, mas em relação ao pai, era diferente. Ali havia um desconforto em falar sobre o pai e até mesmo em pensar em voltar a estar perto dele novamente. Era uma aversão, um sentimento de repulsa. Ao expressar o que sentia pelo pai, disse “muito ruim” significava que Paulo não queria estar perto do pai, pois este não lhe trazia boas sensações, devido à violência, ou melhor, às violências.

Paulo não comentou sobre o abuso. Entendemos que ele não se sentia a vontade em falar no assunto, ou por ser de pouca idade, ainda não tinha o entendimento da gravidade da situação, sendo que nos confirmou não saber o porquê de estar morando no abrigo. Sabemos que o papel do pai é de cuidador e protetor. Nesse caso, além da violência sexual, há a negligência por parte da mãe

também que se omitia frente à situação, assim, percebo a falha do papel da família na garantia dos direitos e proteção do menino (BRASIL, 2002). A criança não compreendia que estava sendo explorada também pela mãe, que se omitia para manter os benefícios do pai. Quando a exploração é intrafamiliar, é possível que acabe sendo mascarada até mesmo pra quem é abusado.

Paulo era vítima de uma rede de violências, a física, sexual e conseqüentemente a psicológica. Não diferente de sua irmã, Carol, no entanto, essa menina demonstrava que compreendia alguns indícios do que havia passado com a relação com o pai, e por isso, sentia-se com receio em poder tocar no assunto, no sentido de negar comentar sobre sua família, chegou a dizer:

*“não, não, da minha família não, se não vou passar vergonha”, afirmou isso no sentido de negar comentar sobre sua família.”* **CAROL**

Isabela era uma adolescente peculiar, pois possuía comportamentos infantis, até mesmo o modo de falar e de se vestir. No entanto, comunicava-se como ninguém da Casa Azul, tinha fortes interesses em conversar conosco. Sua irmã mais velha, usuária de drogas, a explorava sexualmente e comercialmente, fazendo com que a menina mantivesse relações sexuais com outros homens obtendo um dinheiro para o sustento da dependência de drogas da irmã. De acordo com a assistente social do local “levava ela junto trocar ela por dinheiro, por droga, vendia ela por droga”. Sobre a convivência em sua casa, Isabela relatou que era maltratada e que não gostava de morar lá “ela não cuidava de mim”, foi o que comentou de sua irmã usuária e admitiu preferir conviver na Casa Azul que em sua casa. A adolescente parecia não ter entendimento da violência sexual sofrida, somente da física, apontando os maus tratos que recebia em casa. Talvez devido à sua forma diferente de expressar seus pensamentos e sua deficiência intelectual, não conseguimos alcançar corretamente o que sentia, mas, entendemos que não eram sentimentos agradáveis.

Sobre a violência vivenciada por Eduarda pelo seu vizinho, de acordo com a assistente social da Casa Azul:

*“era um desses vizinhos que dava dinheiro pra mãe também, daí a mãe achava que ele era legal, que ele era bonzinho, talvez até mesmo na inocência, acredito que não sabia e deixava ela aos cuidados desse vizinho”.* **LUCY**

Eduarda, ao comentar sobre a antiga casa que morava, admitiu que convivia com pais alcoolistas e por isso estava ali no abrigo, no entanto, ao falar dos vizinhos, a criança comentou que se envolvia com as crianças vizinhas e com elas brincava. Apesar de ser uma menina mais retraída, Eduarda dizia sobre si com serenidade. Frente a isso, concluímos que essa garotinha não tinha noção do abuso vivenciado, negando-o, como no caso de Paulo ou que não se sentia a vontade para explanar sobre esse assunto conosco.

A informação para prevenção de violência deveria ser implantada até mesmo nas crianças mais jovens, em período pré-escolar para que estas reconhecessem a violência como um delito e que possuem, supostamente, uma equipe de apoio e confiança para compartilharem algum dano o sofrimento. Vimos que as crianças e adolescentes precisam entender que são dotadas do direito da denúncia, afinal, são sujeitos de direitos em processo de desenvolvimento. Devem ser ensinadas a identificar a violência e a denunciar, não sendo obrigadas a reviver a violência falando e relembrando-a a cada instituição e órgão encaminhado, mas denunciar com acolhimento e compreensão. Percebemos a necessidade urgente de programas que visem a prevenção da violência e um trabalho voltado ao público infantil que é indefeso e apresenta-se sem condições para se proteger de danos ocasionados por adultos. Vimos que mesmo sem denunciar, essas crianças não viam outra forma de lidar com a situação da violência, o que já nos é esperado de um público de baixa faixa etária e com essa fase do desenvolvimento.

Conforme Ferrari (2002), a violência sexual acarreta a possibilidade de intervir no desenvolvimento da criança ou do adolescente levando em conta de que o público infantil não possui independência emocional nem maturidade o suficiente para fornecer seu consentimento informado acerca do que é feito ou não com seu corpo. Com isso, cremos que a participação na exploração e violação ocorreu sob coerção física e psicológica contrariando os papéis familiares e regras estabelecidas pela sociedade.

Todavia, sabemos que a violência sexual infantil intrafamiliar é dotada de uma complexidade já que percorre pelo cotidiano familiar, o que ressalta sua urgência em combatê-la e ao mesmo tempo, sua limitação, pois se compreende de maneira mascarada e secreta. Diante disso, percebemos que o papel da família que deveria manter um lugar sagrado, de proteção e cuidado, infelizmente, com a violência infantil, aplica-se o contrário, pois passa a assumir um papel autoritário repleto de ditaduras permitindo a perpetuação da violência de maneira oculta imune às intervenções exteriores (BRAUN, 2002).

### **3.2 A vergonha e silêncio**

Carol não falava muito, e entendemos que se comportava assim para não demonstrar quem era ou o que havia passado, sentindo-se envergonhada pela violência que sofreu. Disse que não gostou de ter morado com o pai, mas que tinha vergonha ao falar o motivo. Demonstrava uma defesa ao falar sobre ele, chegando até a utilizar suas mãos para tampar a própria boca. Sobre isso, concordamos com Lamour (1997) que afirma a ideia de sexo e sexualidade com imoralidade a partir das heranças culturais cristãs e absolutistas de nossa cultura fazendo com que essa forma de pensamento sustente a ideia de sexo com imoralidade. Fazia sentido Carol sentir-se envergonhada frente ao tratamento do pai, pois socialmente, uma relação sexual intrafamiliar é vergonhosa e constrangedora.

Curioso ainda ressaltar sobre o sentimento de vergonha quanto à sexualidade, que na Idade Média não era vivenciado frente a relação do adulto para com a criança, mas com o passar do tempo, acabou sendo tão fundamentado na Pós-Modernidade que resultou em desconforto (POSTMAN, 2005). Antes, tão comum, hoje, vergonhoso. Entendemos que o ser criança é brincar, estudar, ser protegido ou protegida por sua família, primeiramente, ter uma família, e quando isso não ocorre, como no caso de Carol, é aceitável que ela queira esconder-se.

Muitas crianças violentadas sexualmente encararam a vergonha de contar o que passaram, estavam submetidas ao receio de se exporem, ao fato de que o conceito de sexualidade ainda é um tabu, algo medido por nossas heranças sociais, cristãs e tradicionais. Essas crianças também chegaram a sentirem vergonha por verem-se como culpadas de terem provocado o abusador ou por até sentirem prazer no próprio ato sexual. Há ainda a possibilidade de elas se recusarem em falar sobre o assunto por se pouparem em relembrar a situação que passaram.

Segundo Furniss (1993) o sentimento de culpa faz parte dos danos emocionais desenvolvidos nas crianças vítimas de violência sexual, principalmente quando a violação ocorreu de maneira incestuosa e por um longo período de tempo e para Lamour (1997), a criança sente que foi ela quem provocou a violência, por isso mantém o silêncio. Conforme Pacheco e Marques (2009) o vínculo estabelecido entre a vítima e o violador tem origem perversa, pois enquanto gera sofrimento, ocorre afeto provocando sentimentos ambivalentes na criança, é uma relação de poder do explorador que a insere num lugar de sofrimento. A vítima sente-se confusa consolidando o silêncio em que a criança ou adolescente não denuncia por receio de ser culpada ou de provocar problemas na estrutura familiar (SANTOS e ALVES, 2010).

Furniss (1993) ainda coloca que o silêncio na violência é reproduzido para que a denúncia não explicita a violência reproduzida na família, em partes, o crime é negado ou mantido para que não haja alteração no equilíbrio familiar, pois sua revelação daria a oportunidade para uma crise entre os familiares ou problemas para a própria criança que sente-se culpada.

Com isso abarcamos os sentimentos complexos da criança que se diz sentir-se envergonhada quanto ao assunto e podemos notar os mais variados traços que solidificam a violência infantil ocasionando danos profundamente prejudiciais nas questões emocionais e estruturantes do sujeito.

### **3.3 A raiva**

Ana, e era a criança que parecia ser a mais informada sobre o que realmente lhe aconteceu, o porquê de estar ali no abrigo, a violência sexual que sofreu, aparentava ter uma idade superior a que tinha devido ao seu modo de falar e comportamento adultizado. Chegou a comentar sobre quando sua mãe lhe descreveu um abuso quando a menina tinha dois anos de idade:

*“Minha mãe me contou que ele jogou a coberta assim por cima de mim quando eu era pequena, bem pequena (...) aí ele pegou e tentou me abusar também” ANA*

Ao conviver com o pai e com a violência sexual, era oferecido dinheiro à menina, em nossas conversas afirmou que ele lhe oferecia cinquenta reais, mas ela nunca aceitava. Foi interessante o fato de ela claramente não aceitar aquele tipo de acordo, e assim, não receber o dinheiro, não aceitar a venda do seu corpo, a exploração, apesar de ser explorada pela mãe, como já comentado. Pois aqui mais uma vez, a criança é considerada como um objeto que pode ser manipulado, vendido, ou comprado (FALEIROS; CAMPOS, 2000), e aqui, mais uma vez ela utilizou o significante “mexer”, disse que o pai mexia com ela. No entanto, possuía mais clareza e facilidade ao falar sobre o assunto. Mesmo sendo criança, apresentava características de adulta, por demonstrar ser mais informada e esclarecida sobre ao assunto, acreditamos que por isso não possuía o sentimento de vergonha relacionado ao tema do abuso, diferente de sua irmã Carol, que já era mais infantilizada. Em nossos diálogos com Ana, era exatamente essa palavra que utilizava “abuso”:

*“Nóis tava sendo abusada por ele, aí nós veio parar aqui na casa.” ANA*

Ainda afirmou que ele era um criminoso e que deveria estar na prisão:

*“Eu acho que ele devia ser preso porque isso é um crime (...) eu tentava pegar o facão.” ANA*

Enquanto falava isso, fechou suas duas mãos que ficaram hipertônicas. Ainda contou que o pai não estava preso, porque estava fugindo da polícia, e ficava rodeando o bairro da instituição que ela estava morando, isso a estressava:

*“Ixi, me dá uma vontade de pegar e fico nervosa, essas coisas...com raiva.” ANA*

Notamos que o sentimento de raiva de Ana era assumido com uma revolta em pensar na relação incestuosa e no abuso sofrido. Seu desejo em ver o pai preso era desfrutado com um contentamento por justiça ou até mesmo pelo prazer em ver o pai sofrer as consequências de seu crime. Aquela raiva era acompanhada de inconformação de ter um pai egocêntrico, e com valores invertidos. Ao invés de proteger, estava fazendo-a sofrer (FALEIROS, 2007), sua revolta era ao ambiente provocativo, perverso, desagradável e agressivo que a menina viveu. O pai aqui negou seu papel de cuidador e passou a ser violador (FALEIROS, 2007).

No entanto, vimos que a naturalidade da criança ao discutir sobre a temática era acompanhada com sua resiliência frente à situação, apesar do sentimento evidente de raiva, a menina podia contar abertamente sobre a violência e exploração causada. De acordo com Lindström (2001), a resiliência é compreendida pelo conjunto de mecanismos que possibilitam as pessoas se comportarem normalmente sob condições desagradáveis e adversas, como algum tipo de violência ou sofrimento. O conceito também é reconhecido por Steinhauer (2001) como uma adaptação singular que extraordinariamente é boa frente ao estresse vivenciado, como uma habilidade peculiar em a pessoa estressada retornar ao nível anterior ao momento do estresse. Segundo Bouvier (1999), a resiliência é a capacidade de poder virar a página do trauma, mas ao mesmo tempo, não apagá-la. Conforme isso, entendemos que a criança que claramente ilustra e explana sobre o assunto teve vestígios de resiliência para poder comentar sobre os momentos estressantes com clareza e facilidade. Ana pôde comentar sobre a violência vivida e mesmo assim apresentou indícios de saúde e desenvolvimento, apesar de indícios de estresse.

### **3.4 A tristeza**

Marcela foi a criança que demonstrou uma evidente tristeza quanto à violência sofrida. Vivenciou agressões físicas da mãe e de uma das irmãs mais velhas, usuária de drogas. A criança chegou a mencionar:

*“Eu odeio minha mãe, ela não cuidava de nós.”* **MARCELA**

Com isso, demonstrou um sentimento de revolta sobre o tratamento recebido. A mãe passava horas fora de casa sem providenciar os cuidados necessários para a criança, que acabava sendo agredida frente à violência da irmã sob o efeito das drogas ou pela própria mãe, quando a criança fugia de casa em busca de uma condição de vida mais viável. Ainda comentou que o padrasto “mexia” com ela afirmando ser uma situação “chata”. Deixou bem claro que não se sentia a vontade em falar sobre o assunto, chegou a diminuir o tom de voz e até abaixar sua cabeça ao mencioná-lo. Marcela demonstrava fortes indícios de esperança em ser adotada por outra família.

Entendemos que a criança, frente ao sofrimento vivenciado, caracterizou-se como impotente diante da situação de violência, não tendo condições em pedir ajuda, em ter voz ou até mesmo forças para implicar em sua condição de vida. Amanda passou por algo imposto, forçado e como uma criança dotada de sentimentos demonstrou considerar as violações experimentadas como desagradáveis gerando-lhe tristes lembranças.

Na definição de violência infantil, notamos que o abusador pode implicar na causa de algum dano psicológico na vítima, transgredindo-a enquanto objeto e contribuindo na coisificação da infância negando os direitos da criança e do adolescente e que estão em condições de desenvolvimento (AZEVEDO; GUERRA, 1995). Assumimos que além dos aspectos físicos prejudicados, há os psicológicos que podem produzir efeitos perpétuos e arruinadores (KAPLAN; SADOCK, 1990). E entre os fatores que influenciam no agravamento emocional é se a violência ocorre em casos incestuosos, se foi regida por segredos e ameaças ou se ocorreu por um longo período de tempo (FURNISS, 1993). Frente a isso entendemos a tristeza

transparecida na criança, o incômodo em trazer à tona as lembranças desagradáveis e inconvenientes, o humor deprimido e chateação ressaltada.

### **3.5 Quando há informação e denúncia**

Amanda e Camila, que tiveram acompanhamento do Conselho Tutelar, são duas irmãs que sofreram abuso do companheiro da mãe e após oito anos, Amanda acabou fazendo a denúncia. As duas irmãs já não moravam juntas mais, pois Camila estava morando com seu companheiro, e por isso estava distante dos abusos há mais tempo que Amanda. Amanda ainda morava com uma irmã mais nova, que havia sofrido a violência do padrasto também. Amanda chegou a mencionar conosco sobre a violação de direitos quando propomos uma atividade de contar os momentos agradáveis e desagradáveis de sua vida tanto à ela quanto à Camila. Assim, a adolescente mencionou que seu padrasto mexia com ela, no sentido do abuso sexual, e que não se sentia bem quanto a isso por isso procurou ajuda de uma psicóloga para denunciar. No entanto, entendemos que a criança que vivencia a violência e não pede ajuda, o faz por falta de informação de seus direitos enquanto ser humana, por acreditar que é ela quem provoca a excitação sexual no adulto sentindo-se culpada ou por medo das ameaças sofridas pelo abusador.

Como Amanda acabou compartilhando com outra pessoa acerca da violência, entendemos que a adolescente não se sentia bem frente a situação sendo que a princípio, compartilhou com a mãe, mas como essa não se mobilizou diante dos fatos, a menina buscou ajuda em outro meio. Interessante notar que por mais que ela denunciou após anos, entendemos que foi apenas nesse período que Amanda encontrou forças e até entendimento de que poderia atuar sobre seu modo de viver auxiliando na vida de sua irmã também. Amanda, nesse momento, já adolescente passou a ter mais informação quanto à sua situação, diferente das outras crianças mencionadas. A informação estava associada com um vestígio de que aquela adolescente possuía um breve conhecimento sobre seus direitos, sobre o direito de escolha sobre seu parceiro sexual, e sobre poder ter sua sexualidade desenvolvida

sem interferências ou nenhum tipo de dano sendo físico ou mental, e finalmente, o direito de poder denunciar e compartilhar um incômodo vivido.

Infelizmente a mãe, ao invés de agir como elemento de proteção acatando o sofrimento infantil, acaba condenando a criança como destruidora do equilíbrio domiciliar (FURNISS, 1993). Muitas vezes, as mães se recusam a enxergar a violência sexual, ao negar entendemos como uma defesa utilizada pela mãe para poder suportar os danos e impactos que a violência pode causar, além de encarar uma frustração com a unidade familiar e da mãe com seu parceiro. Quando a mãe não acolhe e acredita no que a criança diz, vemos que é uma das piores coisas que pode acontecer nesse contexto desmerecendo a realidade da menina ou menino e ainda permitindo a continuidade da violência. No caso de Amanda, apesar de ter levado anos para poder romper o silêncio, a adolescente demonstrou informação quanto aos seus direitos, mesmo não tendo o auxílio materno, isso contribuiu para que medidas corretas fossem tomadas e a violência encerrada.

#### **4. UM POUCO MAIS SOBRE A ESCCA DE FOZ DO IGUAÇU**

Dentro desse contexto e através da jornada apresentada, vimos alguns pontos a mais a se discutir, como há diferença na realidade dos casos de violência intrafamiliar e extra-familiar e em como a região da Tríplice Fronteira, mais precisamente de Foz do Iguaçu ainda precisa urgentemente desenvolver conceitos e políticas voltadas ao Desenvolvimento Comunitário frente às crianças e adolescentes explorados, já que se situam sem poder e direitos garantidos.

##### **4.1 A realidade da ESCCA extra-familiar é distinta da ESCCA intrafamiliar**

A família se caracteriza como uma instituição fundamental que desencadeia os processos de desenvolvimento e evolução das pessoas, principalmente das

crianças. Atua enquanto propulsora ou inibidora do crescimento físico, intelectual e social, e ainda auxilia na saudável formação emocional e psicológica. (Cezar-Ferreira, 2004; Marques, 2001, 2002; Szymanski, 2001). Diante dos casos apresentados e das realidades encontradas, notamos que as vivências das crianças e adolescentes que enfrentavam uma exploração sexual comercial nas ruas da cidade eram distintas daquelas que sofreram essa violência de modo intrafamiliar. Nisso vimos a não efetivação do verdadeiro papel da família sobre as crianças e adolescentes presentes trazendo índices que não enquadram proteção e cuidado.

A violência intrafamiliar é caracterizada por ser praticados por pais, parentes ou responsáveis da criança ou adolescente (FALEIROS; FALEIROS, 2007) podendo ocorrer até mesmo dentro do domicílio da vítima, ou do vitimizador, este se aproveita do grau de confiança e até dependência que outros membros da família possuem à ele e de sua autoridade sob a vítima. Nessa forma de violência ocorrem interações não saudáveis entre pai, mãe e filhos dificultando o empenho nos papéis familiares (FERRARI, 2002). Já na violência apresentada como pública, extra-familiar e comumente considerada como de rua, temos autores desconhecidos como clientes ou como os aliciadores, que não deixam de ser taxistas, donos de hotéis e de bares envolvidos com essa prática (FALEIROS; FALEIROS, 2007). Assim, na violência extra-familiar há a transgressão por pessoas sem vínculo afetivo ou com alguma relação de parentesco (ANTONI et al., 2011).

Dessa maneira, entendemos que estávamos diante de dois públicos. As crianças e adolescentes das ruas que sofriam violência extra-familiar, sendo de pessoas do não convívio familiar, e em grande parte, esses jovens não sentiam-se violadas ou violentadas, mas que estavam fazendo um uso de um meio de vida para sobreviver, e em alguns casos, para obter momentos de diversão em troca, dessa forma, eram meninos e meninas que para eles, estavam explorando pessoas mais velhas e optando por apresentar esse modelo de vida. De acordo com nossas observações nas ruas, notamos a busca desses jovens em se exporem para poderem participar das vivências da exploração sexual comercial, justamente pelo uso de roupas que expõe o corpo e de estarem localizadas em pontos de prostituição, no entanto, sabemos que não tinham consciência acerca dos riscos que estavam submetidos e da violação sofrida.

Já no caso das crianças e adolescentes explorados em suas respectivas casas por familiares ou pessoas próximas, estes demonstraram em seus discursos que não queriam essas pessoas por perto ou se negavam em estar com elas. Para esse público, percebemos indícios de um repúdio à exploração, mesmo que esse fenômeno proporcionasse algum benefício em troca, como dinheiro ou brinquedos. As crianças e adolescentes das ruas buscavam aquilo que as crianças e adolescentes exploradas por pessoas próximas evitavam. Contudo, ao mesmo tempo, entendemos que as condições de ambos os públicos eram diferentes, pois o público das ruas em sua maioria apontava um descontentamento com a situação financeira existente, um interesse por algum tipo de droga ou de outras formas de prazer, como ter acesso a determinadas festas ou boates.

Não deixamos de admitir que a criança e adolescente ainda não tem uma percepção clara da situação de vida que se encontra, aqui poderíamos falar que o público de rua escolheu viver da maneira que bem entende, todavia, acreditamos que estes não percebiam a dimensão da situação que estavam considerando-se como exploradores e não explorados. Mas compreendemos que por ser um público ainda jovem não entenderam que são violados, que estão sendo aproveitados e usados por adultos e que sofrem diversas formas de delito.

Nossa preocupação frente ao público que sofria violência em casa é referente aos demais familiares que não se atentavam à condição das crianças que eram responsáveis, e negligenciavam a proteção e cuidado à elas. Em ambos os casos, não importa a forma de violência, entendemos que toda pessoa em estado de desenvolvimento rege atenção, voz, cuidado e afeto tendo consciência ou não de sua situação, afirmando ou não que escolheu sua condição ou dotada ou não de informação quanto à violência e exploração sexual comercial.

Nisso percebemos que apesar da necessidade de uma formação familiar saudável que venha proporcionar a evolução e proteção de suas crianças, há casos em que esses jovens são incentivados à violência permitindo com que se submetam a riscos emocionais e a danos físicos. Como visto, o papel da família nessas situações se direciona contra o que é idealmente proposto.

#### **4.2 O Desenvolvimento Comunitário e a ESCCA**

É possível que o Desenvolvimento Comunitário abranja as mais diversas classes sociais, as distintas raças, e os mais variados tipos de pessoas, idades e culturas. É através da intervenção dos conceitos e valores do Desenvolvimento Comunitário que temos a oportunidade de construir um mundo que tenha acesso à cidadania, direitos humanos, saúde, escolarização, assistência social, ao desenvolvimento econômico, ambiental e enfim, à qualidade de vida mental e física de cada pessoa resultando no desenvolvimento de determinado bairro, município e até comunidade.

Desenvolver uma comunidade é auxiliar na construção de criatividade, solidariedade, informação e atuar para que não só um ou outro sujeito tenha acesso à esses valores, mas que todas as classes sociais e todo o grupo comunitário possa compreender e conseqüentemente aplicar o bem que o saber e o conhecimento trazem. Um bairro ou município que compreenda em conjunto as necessidades das demais pessoas que fazem parte de seu convívio ou contexto deveria se mobilizar para o Desenvolvimento Comunitário. Um bairro ou município que perceba a demanda de algum grupo social em específico poderia intervir de alguma maneira possibilitando a igualdade à todos e não só a um grupo. O Desenvolvimento Comunitário é poder aplicar um desenvolvimento não só a alguns, mas a todos, principalmente às minorias.

Ao falarmos em minorias, envolvemos um dos públicos mais frágeis e que nem sempre tem seus direitos humanos alcançados: o público infantil. Há diversas formas de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, entre elas, a exploração destes ligado ao trabalho infantil resultando na adultização (FALEIROS; FALEIROS, 2007), que rege uma infância desfantilizada impedindo o exercer do Artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”

Desenvolver uma comunidade é exercer o que é proposto e benéfico através da legislação, o que reafirma a expansão dos direitos da criança e do adolescente, a proteção, cuidado, e defesa de violações ou de qualquer ato violento. No entanto,

ainda é presente nas instituições brasileiras bem como família, escola, igrejas e demais serviços de assistência a defesa do exercício de uma pedagogia de submissão de adolescentes e crianças a algum poder que seja autoritário e violento do mundo adulto. Na prática, notamos o não exercer dos direitos de tantas crianças e adolescentes, muito pelo contrário, há um passo invertido quanto ao que é proposto pelo ECA. A violência contra crianças e adolescentes é uma relação de poder desigual, por meio de atores e forças extremamente diferentes (FALEIROS, 1998). Conforme Minayo (2001), a violência contra criança é uma transgressão no dever do adulto ou da sociedade de proteção e auxílio no crescimento e desenvolvimento da criança que impede mantê-la como sujeito e não como coisa. Ao negarmos esses direitos, negamos suas respectivas humanidades.

Ao nos remetermos às conseqüências e seqüelas psicológicas, físicas e sociais resultantes da negligência sofrida no período infanto-juvenil vemos que se articulam por meio de uma ausência de afeto, de valorização e reconhecimento da cidadania e do desenvolvimento saudável desse público. Aqui notamos que as manifestações de negligência vão muito mais além da falta de cuidado ou do cuidado insuficiente, mas ainda se consolidam quando crianças e adolescentes assumem responsabilidades de adultos, como quando cuidam de si próprios ou se sustentam através do trabalho infantil ou prostituição. (FALEIROS; FALEIROS, 2007).

A violência, mais precisamente, a sexual, é uma transgressão continuada por uma relação de poder perversa. No entanto assumimos aqui que seu combate é dificultado por estar envolvida a diversos grupos que atuam e contribuem nisso em rede e massa, como diversas instituições públicas, escolas, e centros de atendimentos sociais (FALEIROS; FALEIROS, 2007). Apresenta-se como uma violação ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral, e sexual. Dentro da ESCCA ocorre a violação do direito em não sofrer exploração econômica, de não trabalhar antes de se completar 14 anos, e mesmo após os 14 anos, o de poder trabalhar dentro de condições dignas. A violência sexual é ilegal, e deveria, em todos os seus parâmetros ser inaceitável:

Ela fere a ética e transgredir as regras sociais e familiares de convivência mútua e de responsabilidade dos adultos para com as crianças. Essa violência se contrapõe aos direitos humanos conquistados pela sociedade. Ela nega a dignidade do outro, do ponto de vista de sua integridade física e

psicológica. (...) É considerada um crime na nossa legislação (FALEIROS; FALEIROS, 2007, P.38)

Dentro disso, ocorre um abuso na sexualidade desses jovens, sendo negada a sexualidade e seu desenvolvimento. Esse poder autoritário e desigual do adulto lida com a identidade da vítima trazendo danos severos e desestruturantes. A relação estabelecida nesse contexto deturpa as relações culturais afetuosas e sociais entre adulto e criança ou adolescente, pois transforma-as em relações comerciais, erotizadas e genitalizadas. Também gera confusão nas vítimas sobre o papel do adulto trazendo uma descaracterização da representação dada socialmente de pai, e cuidador, assim permite a perda da legitimidade do adulto frente às suas funções sociais. Essa relação acaba sendo invertida com a violência, tornando desumano aquilo que deveria ser humano, negligente aquilo que deveria gerar cuidado, agressivo o que deveria ser afetivo, e individualista o que deveria ser solidário (FALEIROS; FALEIROS, 2007).

Conforme Boaventura Souza Santos (2013), nosso sistema de direitos humanos ainda é pouco, e muitos daqueles que se dizem “cidadãos” ou que se entendem como tal, não são sujeitos de direitos humanos, são apenas objetos dos discursos de direitos humanos, isso não difere com o público por nós apresentado. Pensamos ainda que os direitos humanos, falando em um conceito geral, são considerados como direitos, se levam consigo o reconhecimento dos direitos coletivos (SANTOS, 2013). Com isso, se entendermos a necessidade em tomar para nós a emergência da situação de diversas crianças e adolescentes, poderemos contribuir com a expansão das práticas humanitárias. Devemos agir como que se esses problemas sociais fossem também nossos e deste modo, auxiliar na efetiva construção daquilo que chamamos de direitos humanos.

Compreendemos, assim como Santos (2009), uma necessidade urgente em permitir a expansão da dignidade e dos direitos humanos, permitindo que suas propostas sejam praticadas. No entanto, vemos uma complexidade na aplicação desses direitos, que infelizmente possuem falhas em sua universalidade sendo que todas as culturas entendem a importância da dignidade humana, mas nem todas a entendem enquanto direitos humanos. Por isso que toda cultura e comunidade é incompleta em termos de dignidade, pois se não o fosse, haveria uma única cultura e comunidade.

Todo qualquer ato de natureza delituoso vai contra os princípios regidos pelo Desenvolvimento Comunitário, que se caracteriza pela solidariedade e desenvolvimento social. Uma criança que vivencia exploração comercial está contra o desenvolvimento econômico; uma criança que se encontra sem proteção, sofre negligência, uma criança que tem seu corpo e desenvolvimento sexual, físico e mental violado está longe de qualquer forma de desenvolvimento sadio e estruturante. Falamos aqui de um público que não experimenta o amor, a comunhão, a intervenção legislativa e estatal. Um público adultizado e objetizado. Com isso, notamos que com a ESCCA há um desencontro da proposta oferecida pelos princípios do Desenvolvimento Comunitário.

Por mais que encontramos instituições que propiciem a assistência social, pedagógica, psíquica, judiciária, empresarial e de saúde vemos que ainda caracterizam-se por uma defasagem de preparo profissional, de número de profissionais, reconhecimento governamental e investimento tanto de atenção e de financeiro nessa área. A ESCCA faz parte de um fenômeno composto em rede o que dificulta seu acesso, ao mesmo tempo em que é tão exposta nas ruas e pontos de prostituição sendo visível e exposta.

Apesar de nossa compreensão sobre o avanço que a sociedade contribuiu para a proteção e cuidado das crianças e adolescentes contra a violação de seus direitos, bem como políticas de proteção contra a violência e o trabalho infantil (FALEIROS; FALEIROS, 2007), vemos ainda uma necessidade urgente de reavaliar as propostas apresentadas e buscar quais resultados elas tem gerado, e quais precisam ser consolidados. Ter um estatuto e leis que consideram todas as crianças e adolescentes dotadas de direitos não significa que estas o usufruem.

Segundo Souza Santos (2007) os direitos humanos vêm como uma forma de resposta forte aos problemas mundiais, no entanto, precisamos não de grandes respostas, mas de questionamentos bem elaborados fundamentando a reflexão e dando início a discussões de coisas que são realmente importantes, como a violência presente no cenário infantil prejudicando a estrutura de tantas crianças e adolescentes. Nos deparamos com táticas e estratégias que visem o desenvolvimento, no entanto, estas mesmas não são abrangidas. Mas nem por isso devemos deixar de acreditar no poder da mobilização social e das propostas e idéias que contribuem. Assim, entendemos um trabalho que reinvente os direitos de

maneira alcançável e que possa ser experienciado, o que faz com que haja a promoção de perguntas e questionamentos frente à realidade existente.

Dessa maneira, para um Desenvolvimento Comunitário efetivo, teríamos que promover e aceitar o conceito de desarranjo ou de cosmo (PASSOS; BARROS, 2009) e envolver as crianças como pessoas que possuem os mesmos direitos que os adultos, sendo elas negras, meninas, meninos, ricas ou pobres indo contra uma sociedade que interfere na desvalorização das crianças e adolescentes.

Contudo, apesar de compreendermos o trabalho dos profissionais e as redes de garantia de direitos, ainda há um ilimitado número de representantes dessas crianças e adolescentes violados que aderem à causa da violência infantil e aos danos por elas ocasionados, em Foz do Iguaçu. É preciso que entendamos a necessidade de uma relação profunda e compreensiva dos profissionais frente à demanda apresentada (SINGER, 2004) surgindo, por meio disso, um trabalho efetivo e solidário. Vimos a atuação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, mas ao mesmo tempo, notamos uma necessidade de um trabalho interligado, como proposto por Bauman (2003), um trabalho envolvido entre si para a concretização do mesmo ideal. Assim, é importante entender que viver em comunidade, é viver e atuar sobre aquilo que se tem em comum (BURBANO, 2011) deixando de negar a realidade social que nela existe.

Vemos através disso, uma necessidade de maior intervenção do Estado que administre (PARREIRA, 2009) o fenômeno da ESCCA de maneira focal e organizada, atendendo a área da Educação, com políticas preventivas de relação sexual precoce e inseguras; interferindo na Saúde, capacitando profissionais que lidem nesse processo; e na Assistência Social através do reconhecimento do problema existente e das pessoas envolvidas. No entanto, não podemos atribuir o Desenvolvimento Comunitário apenas às medidas governamentais e aos profissionais envolvidos, mas ouvir e se aprofundar no que a comunidade tem a dizer (CARMO, 2001). Percebemos que as crianças exploradas, por vezes se calam frente à violência, e é preciso práticas que desenvolvam uma maior segurança, cuidado e proteção à elas, além de um empoderamento afirmando-as como sujeitos de direitos o que implica na denúncia. Vemos ainda jovens que não se sentem violados o que sugere políticas de conscientização e que apresentem outras estratégias de vida para o desenvolvimento saudável destes.

A exploração sexual comercial em crianças e adolescentes coopera para o impedindo do desenvolvimento escolar de tantos meninos e meninas, que acabam deixando de ir à escola por conta de suas outras ocupações e deixando de brincar, enfim, de se ter o direito de ser criança/adolescente. Sabemos da importância dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento saudável infantil, além do papel da escola. Assim: “São crianças que não podem ou não puderam viver a sua infância plenamente” (Moraes, 2009, p. 112), ou adolescentes que não podem ou puderam desfrutar de sua adolescência.

Através da Convenção 182 (IPEC, 2000) admitimos que dentre as piores formas de trabalho infantil está a escravidão, tráfico e a prostituição. Não é novidade que isso resulta em danos a saúde trazendo ameaças ao direito à vida.

Há a violação dos direitos sociais e dos direitos humanos, e principalmente da dignidade (FALEIROS, 2004). Ocorre a desumanização dessas crianças e adolescentes, não ocasionada por estas, mas por todos que contribuem com esse comércio ou que se omitem frente a ele. Assumimos aqui o termo “desumanização” recorrente à violação dos direitos humanos implantados pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esse público, em específico, anseia por cuidados, inclusive pelo amor, que a princípio, sabemos que não é de um companheiro ou companheira, mas de um amor maduro, responsável, de função protetora, paterna e/ou materna (MORAES, 2009).

O amor aqui considerado é uma emoção particular que possibilita a convivência humana, assim, essa emoção se constitui em interações com o outro. O amor é algo cotidiano, natural, comum, não tendo nada de especial, como interpretado pelo cristianismo. Mas deve promover a convivência e principalmente o respeito. O amor fundamenta o social, no entanto, nem toda convivência e relação humana é social, pois: “Sem a aceitação do outro na convivência, não há fenômeno social” (MATURANA, 2002, p.25). É uma emoção central da história evolutiva do ser humano sendo um componente indispensável para o desenvolvimento - incluindo as questões físicas, psíquicas, sociais e espirituais: “a maior parte do sofrimento humano vem da negação do amor” (p.25).

As crianças e adolescentes explorados sexualmente possuem seus direitos humanos violados, e apenas a partir do reconhecimento da necessidade de cidadania deles que haverá o desenvolvimento de relações sociais, solidárias e

compreensivas. Pois, nem sempre estabelecemos relações sociais, mas relações hierárquicas e de poder, que novamente, negam o outro em sua legitimidade e diferenciam a sociedade em classes não só econômicas, mas de superioridade e inferioridade (MATURANA, 2002). Essas diferenças são reproduzidas nas comunidades.

Apesar dos fluxos e rapidez das relações, pensar nas demandas de um comunidade é poder exercer o pertencimento à ela, e assim ir contra os fundamentos do egoísmo e da individualidade. Muitos se omitem e negam o fenômeno da exploração sexual, pois não tomam esse problema social como parte de seus problemas.

Em parte, não percebemos o bem que viver em comunidade pode fazer, pois a comunidade nos proporciona justamente o sentimento de não estarmos sós, de fazermos parte de algo que vai além de fronteiras físicas: “Saber que não estamos sós e que nossas aspirações pessoais são compartilhadas por outros pode conferir segurança” (BAUMAN, 2003, p.60).

Uma comunidade, só exerce o seu papel de acolhimento e segurança através do trabalho coletivo, fundamentando-se em compromissos que sejam de longo prazo, afirmando os direitos de todos e exercendo-os. Direitos esses que necessitam não só de reconhecimento, mas de discussão sobre como podem ser praticados. É necessário o diálogo com o outro, além de entendê-lo, precisamos compreendê-lo (BAUMAN, 2003).

De acordo com Morin (2003, p.74): “Somos verdadeiramente cidadãos, dissemos, quando nos sentimos solidários e responsáveis”. Ao ignorarmos o direito de cidadania do outro, deixamos de ser cidadãos. Ao ignorarmos o direito de humanização do outro, deixamos de ser humanos. Quanto menos percepções globais temos, acabamos nos desfazendo de nosso senso de responsabilidade, com isso, há o enfraquecimento de diálogo, e conseqüentemente de solidariedade impedindo o elo entre os cidadãos:

Solidariedade e responsabilidade não podem advir de exortações piegas nem de discursos cívicos, mas de um profundo sentimento de filiação (*affiliare*, de *filius*, filho), sentimento matripatriótico que deveria ser cultivado de modo concêntrico sobre o país, o continente, o planeta (MORIN, 2003, p.74).

Assim, as medidas de proteção, as redes institucionais e as famílias, ao cumprirem seu papel de garantia de direitos e de humanização acabam sendo verdadeiros cidadãos mantendo o sentimento de pensar no outro e mantendo a cidadania deste. No entanto, não basta apenas pensar, mas desenvolver práticas que visem à dignidade.

Ainda corroboro com Santos (2001, p.28): “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. Todos temos o direito de cidadania, de respeito, de proteção e cuidado. E o mais importante, todos temos o direito de termos e convivermos com nossos direitos.

Concordamos de que parte de quem é explorado sexualmente almeja por uma vida mais digna, e principalmente em poder encontrar um único companheiro para a vida toda. São crianças e adolescentes que desejam ser amados, cuidados, contudo, que por vezes não encontram maneiras para chegar a isso, não sabem o que fazer para constituir uma família e sustentá-la de outra forma, além da aqui exposta (MORAES, 2009).

Dessa forma, olhar e discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes explorados é exercer o papel de cidadão que todos temos direito ao acesso. Além disso, pudemos ingressar a uma fonte de informação subjetiva, em sua maioria, estigmatizada e dotada de preconceitos que é a da observação, do diálogo, da troca de saberes e afetos com os profissionais e as vítimas. Pensando que para sermos solidários e darmos a voz que estas carecem precisamos ter o intuito de gerar conhecimento sobre elas e suas subjetividades e trazer essas informações para toda sociedade visando levar a ciência ao senso comum (SANTOS, 2009) e gerar mobilização social. Podemos não ser aliciadores ou enganadores, mas se negarmos o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes, estaremos negando essas crianças, e indiretamente ou não, rejeitando-as

A violência sexual dentre tantas outras não é entendida como localizada, mas é um processo com ações em redes que se articulam. Para combatê-la é necessário identificar os focos dos atores responsáveis e trabalhar nos conflitos (LEAL, 1999). Uma das formas para que o desenvolvimento social ocorra é priorizar a infância e seus direitos, fornecendo sistemas que propiciem a equidade reduzindo dessa maneira as diferenças e injustiças sobre as crianças que tanto necessitam de

cuidados e proteção (SPRANDEL, 2005). Também consideramos a importância de solidificar os pontos de interesse e as relações solidárias de uma comunidade, como apontado por Burbano (2011) além de expressar e requerer os direitos que o Estado não contribui e garante (PARREIRA, 2009).

É preciso entender que ao lidarmos com seres humanos afim de promover cidadania e garantia de direitos, é fundamental a consideração dos sentimentos, percepções, pensamentos e opiniões. Todavia, a criança e o adolescente por participarem de um grupo, em grande parte, sem acesso ao direito à informação, acabam não percebendo que estão sofrendo violência. E o fato de não perceber ou de não ver como um delito, não deixa de ser. Pois a violação ocorre a partir da desigualdade, o mais forte sobre o mais fraco, o maior sobre o menor, o adulto sobre a criança. E quando há desigualdade, há violência.

## **5. CONCLUSÃO**

“O lugar da criança, ao longo da história, foi desenhado como lugar de objeto, de incapaz, de menor valor” (FALEIROS, 2007, p.37). Apesar do avanço histórico e social nos conceitos de infância e adolescência, notamos um retorno na adultização desse público, que por muito tempo, ao longo da história não obteve uma identidade particular de detentor de cuidados e foi considerado como um grupo de pequenos adultos. Dizemos isso porque embora as crianças e adolescentes tenham conquistado visibilidade dentro da legislação brasileira e da Educação, ainda há jovens na faixa etária abaixo de dezoito anos que se submetem ao trabalho infantil estando longe do exercer de seus direitos enquanto seres humanos, que podem e até devem ter uma vida digna, incluindo alimentação sadia, educação, uma família protetora e lazer. É direito da criança estar distante de qualquer forma de violência, bem como negligência, violência psicológica, física e a sexual.

A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes é um fenômeno que na região da Tríplice Fronteira, principalmente em Foz do Iguaçu ocorre em uma complexidade que envolve o tráfico e envolvimento de drogas permitindo com que crianças e adolescentes sejam usuários para poder manter a exploração que ao mesmo tempo influencia no abuso de bebidas alcoólicas e demais drogas, como maconha, entre outros. Essa violência ainda envolve crimes como o envolvimento sexual de adultos com crianças, o uso de seus corpos como objetos mercantilizados que podem ser vendidos, alugados, enfim, contratados. Na ESCCA ainda notamos a presença de jovens em situação de pobreza que obrigados por suas famílias, se responsabilizavam com o sustento destas, indo contra os papéis sociais delimitados em que os pais devem ser cuidadores e mantenedores e os filhos, cuidados e aptos para receber atenção e afeto.

Nesse estudo vimos que a partir dos casos apresentados, a ESCCA existe e resiste. Isso ocorre devido ao lugar que a criança e adolescente se encontram diante de nossa cultura e sociedade. Parte desse grupo não possui seus direitos humanos exercidos, muito menos a consciência de que tem direitos e que podem ter acesso à informação, Educação e Saúde. São jovens submetidos a práticas de exploradores e violentadores que não consideram as crianças e adolescentes como pessoas dotadas de direitos e acabam fazendo uso e proveito de suas condições sociais e intelectuais.

Apesar de encontrarmos pessoas formadas em Psicologia, Direito, Serviço Social, Pedagogia, entre outros, vimos que o nível de Educação proposto não engloba a realidade da ESCAA, e por isso, grande parte desses profissionais entram no mercado de trabalho sem conhecimentos prévios que dizem respeito à violência sexual infantil e muito menos quanto às propostas para combatê-la. É necessário um investimento e preparo de pessoas que estão no Nível Superior de Educação incluindo assuntos que vão de encontro com a nossa realidade e assim, desenvolver profissionais capacitados que possam atuar nos tantos casos existentes.

Sobre Foz do Iguaçu, infelizmente não apresentou uma rede de políticas que se interligam oferecendo auxílio para crianças e adolescentes usuários e que tenham recurso e profissionais o suficiente para atuarem no ramo da violência sexual. Além da precariedade na realidade de fronteira que a cidade enfrenta, impedindo um monitoramento efetivo da passagem de pessoas de um país a outro

da Tríplice Fronteira, principalmente a passagem de crianças. Foz participa de uma região turística o que acabou atraindo o turismo sexual e uma organização nesse ramo através de hotéis, taxistas e bares. São múltiplos elementos que contribuíram na expansão da exploração sexual na cidade o que podemos notar que apesar dos folhetos e anúncios na cidade contra a violência infantil, há uma luta injusta e desigual. Pois o poder da publicidade não supera o do lucro obtido nesse ramo por esses jovens e das situações muitas vezes trágicas por eles vividas.

Vimos que a realidade de Foz do Iguaçu por ser uma cidade de região de fronteira, turística e sem recursos educacionais, da Saúde e de Assistência Social o suficiente, está engajada com a determinação social da criança enquanto objeto, e por isso, infelizmente, muitos dos que fazem parte do seu fluxo, estavam reproduzindo o pensamento de que assim como foi desde os primórdios, a criança e o adolescente não são sujeitos, não possuem direitos e nem voz. No entanto, sabemos que há uma parcela considerável da região que luta no combate contra qualquer tipo de violência, inclusive a sexual incluindo a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Percebemos que a realidade enfrentada foi compreendida por relações de poder envolvendo uma desigualdade entre a criança e o adulto, o homem e a mulher, o heterossexual com o homossexual, e assim reproduzindo com maior ênfase a categorização do menor para com o menor. Essas relações desiguais foram construídas socialmente desenvolvendo justificativas para a violência sexual, a violência de gênero e a violência infantil. Nisso, notamos uma deslealdade da soberania do adulto frente à criança, o que faz com que sejam violadas não usufruindo de seus direitos infantis.

No entanto, o que nos chama a atenção é que de acordo com os discursos dos profissionais contatos, esses jovens explorados de maneira extra-familiar não se sentiam violados. Para eles, estão explorando, lucrando, em vantagem frente ao cliente-adulto que os procuram. São adolescentes e crianças que não se percebem enquanto explorados ou que estão vivenciando práticas de trocas e favores sexuais sem entender a dimensão disso, assim, estavam assumindo que escolheram a vida que tinham, deixando de enxergar os danos, riscos e situação real que se encontravam.

A percepção das crianças e adolescentes envolvidos com a ESCCA nos chamou a atenção devido aos seus sentimentos diante da violência sofrida. Nos casos intrafamiliares, notamos danos emocionais ocasionados, além de desconforto frente à lembrança da violência. Eram crianças desinformadas quanto aos seus direitos e ao mesmo tempo, receosas frente à possibilidade de denúncia, já que eram movidas pelo medo e ameaças do abusador. Ao mesmo tempo que nos casos extra-familiares também admitimos uma falha nas informações fornecidas a esses jovens quanto aos seus direitos e entendimento sobre o que realmente é violência.

Percebemos a urgente necessidade em investir em Políticas Públicas, capacitação profissional, informação, educação voltada à prevenção de violência sexual, em segurança, saúde e em uma sociedade que possa dar ouvidos às crianças e adolescentes compreendendo-as como seres humanos, dignos de direitos, e de voz. Entendemos que apesar das instituições estarem dispostas a garantir os direitos humanos de tantas crianças e adolescentes, estas enfrentavam os recursos precários e a demanda desproporcional com o número de profissionais envolvidos.

Concluimos que dar voz a essas crianças é poder compreendê-las e ao menos ter uma mínima noção dos sentimentos e percepções destas frente à violência. São jovens desinformados quanto suas vivências e violações, muitas vezes, sem o direito de exercer uma vida digna, longe das ruas, drogas e próximo de uma educação qualificada, família que exerça seu papel fundamental de cuidado e um governo que se atente às suas necessidades psicológicas. Também compreendemos que a ESCCA vai muito mais além do que podemos imaginar compondo redes altamente organizadas envolvendo pessoas que atuam no tráfico de drogas e clientes dos mais variados níveis sociais.

Pensamos que em nossa investigação ocorreu uma falha nos serviços de Desenvolvimento Comunitário não só na cidade, mas na região estudada, pois não há como interferir em Foz do Iguaçu sem levar em consideração o aspecto peculiar da cidade que envolve a realidade turística e de fronteira. Entendemos que para haver um desenvolvimento, é necessária uma colaboração dos poderes governamentais, das instituições e da comunidade em si construindo relações sociais, afetuosas e solidárias. Sem a participação de todos nesse âmbito, combater a tamanha complexidade do fenômeno é mais inacessível, pois é preciso que todos

venham a tomar a violência sexual e a violência infantil como algo comum e existente. Diante disso, vimos a necessidade de interferir nas Políticas Públicas da região envolvendo os serviços de segurança, de Saúde, educacionais, de assistência, de informação, na capacitação de profissionais da área, no investimento nas famílias gerando conscientização e percepção dos direitos humanos infantis e na atenção aos jovens da cidade, além da aplicação de conceitos que afirmem a ESCCA como um delito e não como um sistema que englobe jovens que escolheram se prostituir.

Compreender totalmente as percepções quanto à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes ainda envolve um vasto terreno a ser investigado e não podemos afirmar se isso é possível, pois sabemos que muitas dessas crianças e adolescentes atuam de maneira oculta. No entanto, o que nos cabe é desenvolver propostas que contribuam em um desenvolvimento que abranja não apenas certa parcela da população, mas principalmente, as minorias.

Uma de nossas principais dificuldades da pesquisa foi o do próprio deslocamento e disposição para a compreensão da temática, e também tivemos que unir as principais fontes de Foz do Iguaçu e entender como funcionam em rede, o que rege tempo e disponibilidade. Vimos como barreira o contato direto com as crianças e adolescentes explorados nas ruas, pois entendemos que muitos não iriam expor suas verdadeiras identidades de crianças dificultando o acesso à pesquisa. No entanto, a recepção dos profissionais foi de uma riqueza sem valor, contribuíram e sempre pareceram dispostos para a colaboração no trabalho e para nosso acolhimento.

Com isso, o Método Cartográfico nos trouxe desafios como os de enfrentar momentos não propostos tanto com as crianças quanto com os profissionais envolvidos. Esse método, por consistir no contato com o novo e inesperado, também nos gerou insegurança no contato com pessoas desconhecidas e principalmente, por envolver uma temática de violência, vimos dificuldade em imergir e estudar a rede e todo o contexto das instituições e pessoas envolvidas, pois percebemos quão articulada e complexa é a violência na região. Contudo, estávamos dispostos a fazer parte não só de uma pesquisa, mas de uma aventura. E assim, como cientistas, cada novidade era bem-vinda em nossa proposta e base para a pesquisa. Tivemos acesso a situações, histórias e discursos que traziam um elevado grau de



**cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009. p.131-149.

ANTONI, C; YUNES, M. A. M; HABIGZANG L; KOLLER, S. H. Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. **Estudos em Psicologia**, v.28 n.1, Campinas, 2011.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família.** Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. **Violência doméstica na infância e na adolescência.** São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BALLANI, T. S. L e OLIVEIRA **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**, M. L. F. Uso de Drogas de Abuso e Evento Sentinela: Construindo uma Proposta para Avaliação de Políticas Públicas. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.16, n.3, p.488-94, 2007.

BARROS, L. P; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos in: PASSOS E; KASTRUP, V. ESCÓSSIA L. (Orgs.). In: **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

BARROS, E; R. B. PASSOS. A cartografia como método de pesquisa e intervenção. In: **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

\_\_\_\_\_. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOUHET, B; PÉRAD, D; ZORMAN, M. Da importância dos abusos sexuais na França. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus, 1997

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina.** Tradução Maria Helena Kuhner. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOUVIER, R.W. Abus sexuels et résilience. In: **Souffrir et se construire**, pp. 125-161. Ramonville: Editions Érès, 1999.

BURBANO, A.C. **Apuntes sobre el Desarrollo Comunitario**, Eumet.net – Universidad de Málaga – España, Julho, 2011. Disponível em: [http://biblioteca.utec.edu.sv/siab/virtual/elibros\\_internet/55714.pdf](http://biblioteca.utec.edu.sv/siab/virtual/elibros_internet/55714.pdf)

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. **Secretaria de Políticas de Saúde** – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Marco teórico e referencial**: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRAUN, Suzana. **A violência sexual infantil na família**: do silêncio a revelação do segredo. Porto Alegre: Age, 2002.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARMO, H. Universidade Aberta, Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) e ISCSP/UTL In: **Actas da 1ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental**, ISPA, 2001.

CARMAGNOLA, G. Disponível em: <[http://www.portalguarani.com/364\\_gladys\\_carmagnola.html](http://www.portalguarani.com/364_gladys_carmagnola.html)>. Acesso em 24 de Agosto de 2015.

CASTELLS, M. O Poder da Identidade. In: **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. v.2. 1999.

CEZAR-FERREIRA, V. A. M. A pesquisa qualitativa como meio de produção de conhecimento em psicologia clínica, quanto a problemas que atingem a família. **Psicologia: Teoria e Prática**, 6, 81-95, 2004.

CHIAPETTI, N. e SERBENA, C. A. Uso de Álcool, Tabaco e Drogas por Estudantes da Área de Saúde de uma Universidade de Curitiba. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.20, n.2, p.303-313, 2007.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero e Pró-Gavião, Vitória da Conquista, 16 a 18 de Fevereiro de 2000. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DAVIDSON, J .C. e TAYLOR, J. S. **Child prostitution and sex tourism - Venezuela**. Relatório de pesquisa para o World Congress Against Commercial Sexual Exploitation of Children da Unicef, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, Volume 4. São Paulo: 1997

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, Texto Editora, 7ª Edição, 2010.

DUARTE, Luciana da Silva. **Curso Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília – DF – Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENAS/MJ. 2009. Disponível em: [http://senaspead.ip.tv/modulos/educacional/conteudo/01021/paginas/EnfrentamentoExploracaoCriançasAdolescentes\\_completo.pdf](http://senaspead.ip.tv/modulos/educacional/conteudo/01021/paginas/EnfrentamentoExploracaoCriançasAdolescentes_completo.pdf)

EZEQUIEL, A. E. **Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad**. México: El Ateneo, 1982.

FALEIROS, E. T. S. A Exploração Sexual Comercial de Crianças e de Adolescentes no Brasil. In: LIBÓRIO, R. M. C; SÔNIA, M. G. S. **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes No Brasil**: Reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia: Universidade Católica de Góias, 2004.

FALEIROS, E. T. S; CAMPOS, J. O. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**. Brasília: CECRIA; MJ-SEDH-DCA; FBB; UNICEF, 2000. Disponível em: [http://escca.luizaugustopassos.com.br/wpcontent/uploads/2011/02/livro\\_repensand](http://escca.luizaugustopassos.com.br/wpcontent/uploads/2011/02/livro_repensand)

o\_os\_conceitos\_eva\_publicacoeshttpwww.mpes.gov.br/nexoscentros\_apoioarquivos1.pdf1.pdf>.

FALEIROS, V. P; FALEIROS, E. S. **Escola que Protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FALEIROS, V. P. O Fetiche da Mercadoria na Exploração Sexual. In: LIBÓRIO, R. M. C; SOUZA, S. M. G. (Orgs). **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil**: Reflexões Teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia: Universidade Católica de Góias, 2004.

FALEIROS, V. P. Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção. In: **Anais do Congresso Nacional de Assistentes Sociais**, Brasília, 1998.

FERRARI, D.C.A. Definição de abuso na infância e na adolescência. Em FERRARI, D.C.A., VECINA, T.C.C. **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática, São Paulo: Ágora, 2002.

FIGUEIREDO, K. e BOCHI, S. B. B. **Violência sexual: um fenômeno complexo**. 2015. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap\\_03.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf)>

FILHO, C. P. C. **Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**: Transfronteirização Através Do Crime. Doutorando em Geografia pela UFRGS. Recebido em: 13 ago. 2012 Aceito em: 20 set. 2012. Disponível em: <<http://unbral.nuvem.ufrgs.br/base/files/original/3d4dcc99a5728e18ff5440d17d7a6534.pdf>>

FONSECA, T. M. G. & KIRST, P.G. **Cartografia e devires**: a construção do presente. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol.1: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOZ DO IGUAÇU. Portal do Turismo de Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em:<<http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/?idMenu=734>>. Acesso em 23 de Julho de 2015.

FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**: Vol. 12. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1912.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção, **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, Ano 7, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/20037/a-infancia-na-contemporaneidade-e-as-praticas-psicologicas#ixzz3k3IK963O>>

FURNISS, T. (1993). **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas.

GALEANO, E. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

GEMELLI, V.; SOUZA, E. B. C. A fronteira da ilegalidade: Brasil e Paraguai no cenário das redes das drogas ilícitas. **Revista da ANPEGE**, v.8, p.109-121, 2012.

GOELNNER, V.S. **A Educação Dos Corpos, dos Gêneros e das Sexualidades e o Reconhecimento da diversidade**. Cadernos de Formação RBCE, p. 71-83, mar. 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES R. Prostituição infantil: uma questão de saúde pública. **Caderno de Saúde Pública**; Rio de Janeiro, n.1, v.10, 1994.

GROSSMAN, E. A construção do conceito de adolescência do Ocidente. **Revista Oficial do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente**. UERJ, v.7, n.3, 2010. Disponível em: <[http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=235](http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=235)>

GUATTARI, F. A transversalidade. **Psicanálise e transversalidade**: ensaios de análise institucional. Aparecida: Idéias e Letras, p.75-84, 2004.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IBGE, Instituto **Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010. Cidade de Foz do Iguaçu, PR. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>.

IPEC. **Convenção Sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata Para Sua Eliminação**. Convenção 182. 2000.

ITAIPU. Disponível em: <[www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br)> Acesso em 15 de Julho de 2015.

JHONNY, A; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: **Pistas do Método da Cartografia**: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

JUSBRASIL. Disponível em: <<http://gov-pr.jusbrasil.com.br/noticias/225423/nucria-promove-evento-para-esclarecer-profissionais-de-seguranca-sobre-pedofilia>> Acesso em 20 de Julho de 2015.

KAPLAN, H.I., & SADOCK, B.J. Compêndio de psiquiatria (2a ed.). **Artes Médicas**, Porto Alegre: 1990.

KASTRUP, V; BARROS, R. B. Movimentos-Funções do Dispositivo na Prática da Cartografia In: PASSOS E; KASTRUP, V. ESCÓSSIA L. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia**: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

KASTRUP, V. O Funcionamento da Atenção no Trabalho do Cartógrafo. In: PASSOS E; KASTRUP, V. ESCÓSSIA L. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia**: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LAMOUR, M. Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

LEAL, M. L; LEAL, M. F. **Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual: um fenômeno transnacional**. Brasília: CECRIA, 2005. Disponível em: <<http://pascal.iseq.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200504.pdf>>.

LEAL, M.L.P. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe** (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

LEAL, M.L.P; LEAL, M.F.P; LIBÓRIO, R.M.C. **Tráfico de Pessoas e Violência sexual**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em:  
<[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=9&cad=rja&ved=0CFwQjAI&url=http%3A%2F%2Fwww.recrianacional.org.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D23%26Itemid%3D91&ei=l96gUcXBNOLy0gGx4DQAw&usq=AFQjCNHSACYk\\_zGuF5xFp5zZh2kfRDqyLg&sig2=iKdC3gUKbcSumtass2SUhA&bvm=bv.47008514,d.dmQ](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=9&cad=rja&ved=0CFwQjAI&url=http%3A%2F%2Fwww.recrianacional.org.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D23%26Itemid%3D91&ei=l96gUcXBNOLy0gGx4DQAw&usq=AFQjCNHSACYk_zGuF5xFp5zZh2kfRDqyLg&sig2=iKdC3gUKbcSumtass2SUhA&bvm=bv.47008514,d.dmQ)>.

LEVI, G.; SCHMITT, J. (orgs). **História dos jovens I: da antiguidade a era moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIBÓRIO, R.M.C. Adolescentes em situação de Prostituição: Uma Análise Sobre a Exploração Sexual Comercial na Sociedade Contemporânea **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.18, n. 3, 2005.

LIBÓRIO, R.M.C. **Desvendando vozes silenciadas: adolescentes em situação de exploração sexual**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

LINDSTRÖM, B. O significado de resiliência. **Adolescência LatinoAmericana**, v.2, p.133-137, 2001.

LOURO, G.L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução Tomaz T. da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

MACHADO, L. O. et al. **Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira**. v.1, 1ª ed. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005.

MARINHEIRO, A.L.V; VIEIRA, E.M; SOUZA, L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Revista Saúde Pública**, v.40, n.4, 2006.

MARQUES, R. Professores, família e projeto educativo. **Colecção: Perspectivas actuais em educação**. Porto, Portugal: Asa Editores, 2001.

\_\_\_\_\_. O envolvimento das famílias no processo educativo: resultados de um estudo em cinco países, 2002. Disponível em <http://www.eses.pt/usr/Ramiro/Texto.htm>> Acessado em 10/03/2015

MATURANA, H.R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MINAYO, M.C.S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, K. **Uma Experiência Etnográfica de Fronteira: exploração sexual comercias de crianças e jovens da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai**. Florianópolis: UFSC, 2009.

MORIM, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma – reformar o pensamento**. Brasil: CIP, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 18 de Junho de 2015.

NOTO A.N.; GALDURÓZ J.C.F. O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Departamento de Psicobiologia, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.4, n.1, p.145-151, 1999.

NUNES, B. F. **Sociedade e Infância no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NUNES, C. A. **Desvendando a Sexualidade**. 5ª edição. Campinas: Papirus, 1987.

OLANDA, A. B. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

OZELLA, S. A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PACHECO, F. C. P; MARQUES, S. P. Intervenção interdisciplinar no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e seus familiares. **Investigação**. v.9, n. 1, p. 73-80, 2009.

PARREIRA, J. M. R. R. **Organizações de Base Comunitária**: Que papel no Conceito e Implementação do Desenvolvimento a Partir de Baixo? Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Agosto de 2009.

PASSOS, E; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). In: **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA L. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia**: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PARANÁ, 2015. Disponível em: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1570&evento=5> >

PECHANSKYA F.; SZOBOTA C. M; SCIVOLETTOB S. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**,26(Supl 1):14-17, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v26s1/a05v26s1>

PERLONGHER, N. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

PITOMBEIRA, D. **Adolescentes em processo de exclusão social: uma reflexão sobre a construção de seus projetos de vida**. 285 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: GRAPHIA EDITORIAL, 2005.

PREFEITURA DE CAXIAS. Disponível em: <http://fas.caxias.rs.gov.br/site/texto.php?codigo=23> > Acesso em 27 de Agosto de 2015.

PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU. **Foz do Iguaçu – Retratos**. Umuarama – PR: Editora Campana e Alencar, 1997.

REPÓRTER BRASIL Disponível em: Matéria de 5 de janeiro de 2004. Acesso em 18/07/2012. <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=213>

RESTREPO, R. C. **Desarrollo comunitário** , Medellín – Colombia, 2008.

RIBEIRO, V.M. **Representações sociais de enfermeiras sobre o aleitamento materno e sua influência nas práticas educativas**. 2011. 126 f. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2011

ROCHA, A. P. **Trajetórias de adolescentes apreendidos como “mulas” do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil – Paraguai: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza**. 396 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2012. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/andrea-pires-rocha.pdf>>

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 151p, 2004.

SANTOS, B.S. Direitos Humanos: O Desafio da Interculturalidade. **Revista de Direitos Humanos**, Junho de 2009.

\_\_\_\_\_. **Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais**. Universidade de Coimbra. Disponível em: <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20humanos%20globaliza%C3%A7%C3%B5es%20rivais Cronos2007.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20humanos%20globaliza%C3%A7%C3%B5es%20rivais%20Cronos2007.pdf)>

\_\_\_\_\_. Para uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v.23, n. 1, 2001.

\_\_\_\_\_. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. Jornal Folha de São Paulo. Outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2013/outubro/13.10-GrandeEntrevista-Boaventura.pdf>>

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, G.G.; ALVES, R.S. Violência sexual contra criança e adolescente. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**. São Paulo, vol.1, n.7, p.49-58, 2010.

SANTOS, H. Desenvolvimento comunitário vs. Educação: duas faces da mesma moeda? **Cadernos de Educação de Infância**, Abr./Jun. 2002. Disponível em: <[http://apei.pt/upload/ficheiros/edicoes/vamos\\_62.pdf](http://apei.pt/upload/ficheiros/edicoes/vamos_62.pdf)>

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.16, n.2, 1990.

SCIVOLETTO S., TSUJI R.K., ABDO C.H.N., QUEIRÓZ S., ANDRADE A .G., GATTAZ W. F. Relação entre consumo de drogas e comportamento sexual de estudantes de segundo grau de São Paulo. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.2, n.2, p.87-94, 1999

SINGER, P. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres ?** Ministério do Trabalho e Emprego, 2004. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8C1B8E5087/prog\\_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8C1B8E5087/prog_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf)>

SOARES, A.S.F; A construção de identidade sexual: travesti, a invenção do feminino. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.2, p.5-14, 2012.

SOUSA, E.S (Coord.). **Guia Prático do Conselheiro Tutelar**. Ministério Público do Estado de Goiás, 2008.

SOUZA, E.B.C; GEMELLI, V.R.B. Território, Região E Fronteira Análise Geográfica Integrada da Fronteira Brasil/Paraguai, **Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n.2, 2011.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e Adolescência**: Reflexões acerca da Educação Sexual na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

SPRANDEL, M. A. (Orgs). **Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai**: Desafios e Recomendações / UNICEF, ITAIPU Binacional, TACRO, Curitiba : ITAIPU Binacional, 2005. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/sitantrifron.pdf>>.

STEINHAUER, P.D. Aplicaciones clínicas y de serviço de la teoría de resiliencia com referencia en particular a los adolescentes. *Adolescência Latino-Americana*, v.2, p.159-172, 2001.

STREY, M. N. Gênero. In: STREY, Marlene Neves (Org.). **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SZYMANSKI, H. **A relação família-escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Plano, 2001.

TADESCO, S.; ESCÓSSIA, L. O Coletivo de Forças como Plano de Experiência Cartográfica. In: **Pistas do Método da Cartografia**: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TOMKIEWICZ, S. Violências e abusos sexuais em instituições para crianças e adolescentes. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

VIRA VIDA. Disponível em: <<http://www.viravida.org.br/programa>>. Acesso em 27 de Julho de 2015.

ZAITTER, M. A. B. **Drogadição**: Drogas e consequências. 3ª edição. São Paulo, SP: Lovise, 1994.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1999. **Child abuse & neglect**. Acesso em 27 de agosto de 2015. Disponível em: <[http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/neglect/en/](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/neglect/en/)>

## APÊNDICES

**APÊNDICE A****ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFISSIONAIS****Identificação:**

Nome:

Profissão:

Instituição que trabalha:

**Perguntas norteadoras:**

1. Fale um pouco de seu trabalho
2. O que você entende por exploração sexual comercial de crianças e adolescentes?
3. Nos casos por você trabalhados, a maioria era de meninos ou de meninas?
4. Como as crianças e adolescentes envolvidos com a exploração sexual comercial entendem esse fenômeno?
5. Como a rede de políticas públicas que combatem a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes funciona na cidade de Foz do Iguaçu?

## APÊNDICE B

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COMEP  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Percurso Cartográfico e Histórias Vidas: A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes em Foz do Iguaçu – PR”. Essa pesquisa está sob a responsabilidade de Thalita Rafaela Neves, que irá investigar percepções sobre a exploração sexual comercial infanto-juvenil a partir do discurso de crianças e adolescentes que vivenciaram essa situação e também de profissionais que trabalham com essa temática. Entende-se que esta questão é muito relevante, levando em conta de que a região de Foz de Iguaçu é fortemente caracterizada por crianças e adolescentes que se envolvem/envolveram nesse ramo e assim, têm sido prejudicadas no âmbito psíquico, social e da saúde.

- 1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:** Ocorrerá como procedimento para a o desenvolver da pesquisa, uma entrevista semi-estruturada com os profissionais que atuam nessa instituição, contendo perguntas sobre o assunto já explicado acima, além da utilização da observação participante percorrendo com o Método Cartográfico. Nesse caso, haverá perguntas sobre a temática apontada e o profissional entrevistado terá a liberdade de responder da maneira e pelo tempo que sentir necessário. Lembramos que a participação para esse trabalho é voluntária, assim, tem-se a liberdade do participante poder desistir, em qualquer momento.
- 2. RISCOS E DESCONFORTOS:** Em relação às entrevistas com os profissionais, este procedimento apresenta um risco mínimo, porém, este será reduzido com o cancelamento ou adiamento da entrevista, caso aconteça algum fato constrangedor que o entrevistado não se sinta bem e assim não queira falar sobre o assunto.
- 3. BENEFÍCIOS:** Os benefícios esperados com o estudo envolvem em trazer novas informações em relação aos sentimentos de crianças e adolescentes frente à exploração sexual comercial que sofreram. Assim, é possível compreendê-las com maior profundidade e pensar em estratégias inovadoras de intervenção quanto ao tema abordado além de compreender o andamento do fluxo das redes institucionais da região estudada.
- 4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA:** Se você, ou os outros participantes precisarem de alguma orientação ou encaminhamento psicológico por se sentirem prejudicados por causa da pesquisa, ou se os pesquisadores descobrirem que você tem alguma necessidade de assistência psicológica, serão

encaminhados para alguma instituição que preste a devida assistência, como o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Rua Engenheiro Rebouças, nº 420 - Centro, telefone: (45)3574-2288.

**5. CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações que serão fornecidas por meio dos métodos e procedimentos já apresentados serão utilizadas somente para esta pesquisa. Todos os dados pessoais aqui adquiridos ficarão em sigilo, ou seja, nenhum nome aparecerá nas transcrições das entrevistas, nem quando os resultados forem apresentados.

**6. ESCLARECIMENTOS:** Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Thalita Rafaela Neves  
Endereço: Conselheiro Zacarias, 445 – Irati/PR  
Telefone para contato: (43) 99065224

Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP  
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus CEDETEG  
Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Vila Carli  
CEP: 85040-080 – Guarapuava – PR  
Bloco de Departamentos da Área da Saúde  
Telefone: (42) 3629-8177

**7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS:** Caso você aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

**8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO:** Se você estiver de acordo em participar, deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

### **CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr(a).

\_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade \_\_\_\_\_, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.  
E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do Representante  
da Instituição

---

Assinatura do Representante  
da pesquisa

## APÊNDICE C

### UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COMEP TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Colaborador(a),

A pesquisa “Percurso Cartográfico e Histórias Vidas: A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes em Foz do Iguaçu – PR” está sob a responsabilidade de Thalita Rafaela Neves que irá investigar percepções sobre a exploração sexual comercial infanto-juvenil a partir do discurso de crianças e adolescentes que vivenciaram essa situação e também de profissionais que trabalham com essa temática. Entende-se que esta questão é muito relevante, levando em conta de que a região de Foz de Iguaçu é fortemente caracterizada por crianças e adolescentes que se envolvem/envolveram nesse ramo e assim, têm sido prejudicadas no âmbito psíquico, social e da saúde.

- 1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:** Ao colaborar com este trabalho, você terá a oportunidade de permitir com que crianças e adolescentes, que já se envolveram com exploração sexual comercial, possam colaborar com a pesquisa, através do método de Observação Participante. Esses procedimentos ocorrerão, primeiramente, a partir de prévios contatos com a instituição que você representa e com as crianças e adolescentes. Lembramos que a participação para esse trabalho é voluntária, assim, tem-se a liberdade do participante poder desistir, em qualquer momento.
- 2. RISCOS E DESCONFORTOS:** Os procedimentos utilizados poderão trazer algum forma de desconforto às crianças e adolescentes, como constrangimento ao se falar sobre o assunto da exploração sexual comercial.
- 3. BENEFÍCIOS:** Os benefícios esperados com o estudo envolvem em trazer novas informações em relação aos sentimentos de crianças e adolescentes frente à exploração sexual comercial que sofreram. Assim, é possível compreendê-las com maior profundidade e pensar em estratégias inovadoras de intervenção quanto ao tema abordado. Também pensamos que com a realização da pesquisa, mais pessoas terão conhecimento sobre o fenômeno da exploração sexual, possibilitando que haja uma diminuição dos preconceitos existentes pela temática, principalmente com estas crianças que não são mais exploradas.
- 4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA:** Se no caso, os participantes precisarem de alguma orientação ou encaminhamento psicológico por se sentirem prejudicados por causa da pesquisa, ou se os pesquisadores descobrirem que as crianças e adolescentes têm alguma necessidade de assistência psicológica, serão encaminhados para alguma instituição que preste a devida assistência, como o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Rua Engenheiro Rebouças, nº 420 - Centro, telefone: (45)3574-2288.

**5. CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações que serão fornecidas por meio dos métodos e procedimentos já apresentados serão utilizadas somente para esta pesquisa. Todos os dados pessoais aqui adquiridos ficarão em sigilo, ou seja, nenhum nome aparecerá nas transcrições das entrevistas, nem quando os resultados forem apresentados.

**6. ESCLARECIMENTOS:** Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Thalita Rafaela Neves  
Endereço: Conselheiro Zacarias, 445 – Irati/PR  
Telefone para contato: (43) 99065224

Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP  
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus CEDETEG  
  
Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Vila Carli  
CEP: 85040-080 – Guarapuava – PR  
Bloco de Departamentos da Área da Saúde  
Telefone: (42) 3629-8177

**7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS:** Caso você permita com que a criança e o adolescente participe, não receberá nenhuma compensação financeira.

**8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO:** Se você estiver de acordo em permitir com a criança ou adolescente que você é responsável participe, deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

### **CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr(a).

\_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade \_\_\_\_\_, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

na participação voluntária da criança ou adolescente em que se responsabiliza para essa pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

---

Assinatura do Representante da Pesquisa

---

Assinatura do Representante da Instituição

---

Nome da criança ou adolescente